



**PROET**  
PROGRAMA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO EM  
ESTUDOS TERRITORIAIS

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**Departamento de Ciências Exatas e da Terra – DCET / *Campus I***  
**Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais – PROET**

**IOLANDA SANTOS DE CASTRO**

**TURISMO E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA ÁREA LITORÂNEA DE  
BAIXIO, ESPLANADA-BA**

**SALVADOR – BAHIA**  
**Ano 2024**



**PROET**  
PROGRAMA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO EM  
ESTUDOS TERRITORIAIS

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**Departamento de Ciências Exatas e da Terra – DCET / *Campus I***  
**Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais – PROET**

**IOLANDA SANTOS DE CASTRO**

**TURISMO E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA ÁREA LITORÂNEA DE  
BAIXIO, ESPLANADA-BA**

Dissertação apresentada à Linha de Pesquisa Planejamento, Ordenamento e Gestão Territorial e Ambiental do curso de Pós-graduação em Estudos Territoriais (PROET), do Departamento de Ciências Exatas e da Terra I, como requisito obrigatório para obtenção do título de mestre(a) em Estudos Territoriais pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Orientador(a): Professora Dra. Ednice de Oliveira Fontes Baitz

**SALVADOR – BAHIA**  
**Ano 2024**

**Universidade do Estado da Bahia**

FICHA CATALOGRÁFICA  
Sistema de Bibliotecas da UNEB

CASTRO, Iolanda Santos de.

TURISMO E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA ÁREA LITORÂNEA  
DE BAIXIO, ESPLANADA-BA

113 fls: il.

Orientador (a): Ednice de Oliveira Fontes Baitz  
Inclui Referências

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia.  
Departamento de Ciências Exatas e da Terra. Programa de Pós-graduação em  
Estudos Territoriais – PROET, Campos I, 2024.



**PROET**  
PROGRAMA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO EM  
ESTUDOS TERRITORIAIS

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**Departamento de Ciências Exatas e da Terra I**  
**Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais – PROET**

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**IOLANDA SANTOS DE CASTRO**

**TURISMO E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA ÁREA LITORÂNEA DE  
BAIXIO, ESPLANADA-BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Territoriais, do Departamento de Ciências Exatas e da Terra I, da Universidade do Estado da Bahia, *Campus* I, Salvador, em 12 de setembro de 2024, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Mestre em Estudos Territoriais, composta pela Banca Examinadora:

---

**EDNICE DE OLIVEIRA FONTES BAITZ – Orientadora**

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Doutora em Geografia, Universidade Federal de Sergipe – UFS

Pós-Doutorado em Geografia, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

---

**LIRANDINA GOMES SOBRINHO – Membro Interno**

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Doutora em Geografia, Universidade Federal de Sergipe – UFS

Pós-Doutorado pela Universidade Técnica de Lisboa.

---

**RAUL REIS AMORIM – Membro Externo**

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

Doutor em Geografia, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Pós-Doutorado em Geografia, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

Dedico esta dissertação a minha família; minha avó  
Madalena (*in memória*), minha mãe Madalena, minha irmã  
Márcia e ao meu companheiro Paulinho.

"Guarde nos olhos/A água mais pura da fonte  
Beba esse horizonte/Toque nessas manhãs  
Guarde o riso/ Como nunca se fez/ Corra os  
campos/Pela última vez/ Guarde nos olhos/A  
chuva que faz as enchentes/Vai um pouco com  
a gente/Rumo à capital".

(Ivan Lins, Victor Martins)

## AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, à Nossa Senhora Aparecida e a Santa Luzia por me darem forças e me guiarem nessa jornada.

À Luz Divina que me guia, dando-me paz, discernimento e sabedoria para superar os desafios e às adversidades.

À minha família; minha mãe pelo amor eterno - sendo a minha maior fortaleza, minha irmã por não soltar a minha mão nos momentos mais difíceis da minha vida. Ao meu sobrinho Dante por tantas alegrias e brincadeiras. Amo vocês.

Ao meu companheiro Paulinho pelo apoio constante e dedicação a nossa família.

À Profa. Dra. Ednice Baitz, um agradecimento especial pela orientação nessa caminhada, pelo acolhimento, conhecimento compartilhado e discussões nos momentos oportunos.

Destaco minha gratidão pela banca examinadora de Qualificação e Defesa final constituída pelos professores Dra. Lirandina Sobrinho (UNEB) e Dr. Raul Amorim (UNICAMP) comprometidos em fortalecer e conduzir caminhos para configurar este estudo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) pela concessão da bolsa sem a qual não seria possível o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao Programa de Pós-graduação Estudos Territorias (PROET), na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) pelas oportunidades e dedicação ao longo do curso.

A comunidade de Baixo pelos conhecimentos compartilhados e construídos, que muito contribuiu para a consolidação deste trabalho.

Aos colegas mestrando, pela troca e construção de saberes durante a jornada acadêmica.

Aos colegas da UEFS da turma de 2015. 1 pelo apoio e incentivo ao longo dos anos.

Por fim, a todos que contribuíram direta e indiretamente para o desenvolvimento e consolidação desta pesquisa.

CASTRO, Iolanda Santos de. **Turismo e Impactos socioambientais da área litorânea de Baixo, Esplanada-BA**. 2024. 113f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais – PROET. Departamento de Ciências Exatas e da Terra I. Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Salvador, 2024.

## RESUMO

Nas últimas décadas, o Litoral Norte da Bahia, passou por significativas transformações, as quais foram ampliadas após o término da BA-099 e cuja atividade socioeconômica de maior impulso é o turismo. A região litorânea de Baixo localiza-se a 140 km da capital Salvador, no Km 121 da BA-099, mais conhecida como estrada da Linha Verde. Os espaços e o modo de vida de Baixo vêm sendo transformados pela urbanização e pelo desenvolvimento turístico nas últimas décadas, tendo como consequência à especulação imobiliária acompanhada de uma hipervalorização de terras por empresários imobiliários turísticos, colocando em risco o meio ambiente, as identidades e tradições. Diante disso, essa dissertação tem como objetivo geral: verificar os impactos socioambientais decorrente da turistificação da área litorânea de Baixo. Como resultado obtivemos, que o turismo Baixo tem-se voltado para os grandes empreendimentos turísticos estimulando a especulação imobiliária e a marginalização da comunidade levando à descaracterização cultural e ambiental, além de outros impactos indesejáveis associados ao turismo, como: segregação socioespacial, exclusão social e supervalorização da zona litorânea, levando a descaracterização da comunidade por ela sentir-se excluída nesse processo. No contexto dessas transformações, nossa atenção esteve voltada, especialmente, para a compreensão das origens, natureza e repercussões dos processos de ordenamento territorial associados a Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (APA/LN), uma vez que 99% da área de Baixo pertence a Prima Empreendimentos. Diante dessa complexidade foi possível observar, identificar, quantificar e qualificar as significativas modificações ocorridas que comprometem os diversos ecossistemas da área, além das mudanças sociais a partir do uso e ocupação destes espaços pela ação antrópica.

**Palavras-chave:** Litoral Norte da Bahia; Turistificação; Ordenamento Territorial.

CASTRO, Iolanda Santos de. **Turismo e Impactos socioambientais da área litorânea de Baixo, Esplanada-BA**. 2024. 113f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais – PROET. Departamento de Ciências Exatas e da Terra I. Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Salvador, 2024.

### **ABSTRACT**

In recent decades, the northern coast of Bahia has undergone significant transformations, which were amplified after the completion of the BA-099 highway, and whose most important socio-economic activity is tourism. The coastal region of Baixo is located 140 km from the capital Salvador, at Km 121 of the BA-099, better known as the Linha Verde road. Baixo's spaces and way of life have been transformed by urbanization and tourist development in recent decades, resulting in real estate speculation accompanied by the overvaluation of land by tourist real estate entrepreneurs, putting the environment, identities and traditions at risk. In view of this, the general aim of this dissertation is to verify the socio-environmental impacts resulting from the touristification of the Baixo coastal area. As a result, we found that Baixo's tourism has been geared towards large tourist developments, stimulating real estate speculation and the marginalization of the community, leading to cultural and environmental de-characterization, as well as other undesirable impacts associated with tourism, such as: socio-spatial segregation, social exclusion and overvaluation of the coastal area, leading to the de-characterization of the community because it feels excluded in this process. In the context of these transformations, our attention was especially focused on understanding the origins, nature and repercussions of the land-use planning processes associated with the North Coast Environmental Protection Area (APA/LN), since 99% of the Baixo area belongs to Prima Empreendimentos. Faced with this complexity, it was possible to observe, identify, quantify and qualify the significant changes that have taken place that compromise the various ecosystems in the area, as well as the social changes resulting from the use and occupation of these spaces by anthropic action.

**Keyword:** North Coast of Bahia; Touristification; Territorial planning.

## LISTA DE ABREVIATURAS

APA – Área de Proteção Ambiental

APA/LN - Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte do Estado da Bahia

BAHIATURSA – Empresa de Turismo da Bahia

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BM - Banco Mundial

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil

CEFIR – Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais

CEP – Código de Endereçamento Postal

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

CONDER Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo

EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo

EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental

GERCO - Gerenciamento Costeiro

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

JK - Juscelino Kubitschek

LTDA - Limitada

MAPBIOMAS – Mapeamento Anual de Uso e Cobertura da Terra

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MICT - Ministério de Indústria, Comércio e Turismo

MMA - Ministério do Meio Ambiente

OMT - Organização Mundial de Turismo

PDDU - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PLANTUR - Plano Nacional do Turismo

PNOT - Política de Ordenamento Territorial

PRODETUR-BA - Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo da Bahia

PRODETUR-NE – Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo do Nordeste

RMS - Região Metropolitana de Salvador

SEI BA - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SIG - Sistema de Informações Geográficas

SIGEF – Sistema de Gestão Fundiária

SUIVEST - Superintendência de Investimentos de Polos Turísticos

UC – Unidade de Conservação

UNEB - Universidade do Estado da Bahia

WWF - World Wide Fund for Nature (Fundo Mundial para a Natureza)

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Estado da Bahia, município de Esplanada: escala espacial de análise.....	23
Figura 2 - Fluxograma metodológico com etapas da pesquisa.....	26
Figura 3 - Faixa de praia em Baixo, Esplanada-BA.....	54
Figura 4 - Lagoa azul em Baixo, Esplanada-BA.....	55
Figura 5 - Lagoa Mamucabo às margens da praia de Baixo, Esplanada-BA.....	57
Figura 6 - Foz do Rio Inhambupe limite dos municípios Esplanada e Conde.....	58
Figura 7 – Manguezais em Baixo, Esplanada -BA.....	59
Figura 8 – Vegetação e dunas preservadas.....	60
Figura 9 - Cachoeira dos Índios.....	60
Figura 10 - Feira livre na vila de Baixo, Esplanada-BA.....	63
Figura 11 - Igreja São Francisco em Baixo, Esplanada -BA.....	63
Figura 12 - Quadra esportiva São Francisco em Baixo, Esplanada-BA.....	64
Figura 13 – Praça São Francisco em Baixo, Esplanada-BA .....	64
Figura 14 - Barracas na orla de Baixo, Esplanada-BA.....	65
Figura 15 - Cartão Postal na orla de Baixo, Esplanada-BA.....	65
Figura 16 - Limites de imóveis de Esplanada, com enfoque para área litorânea de Baixo.....	68
Figura 17 - Mapa Empreendimentos em fase de Licenciamento em Baixo.....	70
Figura 18 – Campanhas da Prima Empreendimentos.....	72
Figura 19 - Construção do Empreendimento Ponta do Inhambupe ano 2017.....	72
Figura 20 - Primeira etapa do Empreendimento Ponta do Inhambupe ano 2021.....	73
Figura 21 - Entrega da primeira etapa do condomínio Ponta de Inhambupe em Baixo.....	73
Figura 22 - Campanha Publicitária da Prima Empreendimentos em 2018 no G1.....	76
Figura 23 - Vista do Mirante: plantil de coco-da-baía, limite entre os municípios de Esplanada e Conde.....	77
Figura 24 - Demarcação dos passeios com placas da Prima Empreendimentos.....	78
Figura 25 – Propagandas de passeios da Prima empreendimentos.....	79
Figura 26 - Anúncio do resort Anantara Mamucabo.....	81
Figura 27 - Anúncio do resort Anantara Mamucabo pelo site da marca Anantara.....	82
Figura 28 - Materiais para confecção de quadros, panos de pratos na casa do Artesão.....	84
Figura 29 - Artesanatos dos artesãos da vila na Casa do Artesão.....	85

Figura 30 - Confecção de Bolsas e Cestos pelo Trançados das Marias.....	86
Figura 31 - Pesca com rede no mar de Baixio.....	87
Figura 32 - Análise multitemporal dos anos 2007, 2017 e 2023 da área litorânea de Baixio, Esplanada-BA.....	89
Figura 33 - Condomínio comercial e residencial Ponta do Inhambupe .....	89
Figura 34 - Mapa de uso e cobertura da terra da APA de Esplanada do ano 1990.....	90
Figura 35 - Mapa de uso e cobertura da terra da APA de Esplanada do ano 2000.....	91
Figura 36 - Mapa de uso e cobertura da terra da APA de Esplanada do ano 2010.....	92
Figura 37 - Mapa de uso e cobertura da terra da APA de Esplanada do ano 2022.....	93
Figura 38 - Câmeras de filmagens e placa de entrada proibida por ser área privada.....	99
Figura 39 - Privatização da área de praia por equipamento hoteleiro Ponta do Inhambupe....	100
Figura 40 - Placa de sinalização do proprietário Prima empreendimentos.....	101

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1- Espacialização de áreas de Imóveis do município de Esplanada.....	67
Tabela 2 -Áreas florestais da BRACELL corresponde aos municípios do litoral norte da Bahia.....	95

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Evolução de uso e cobertura da terra por km <sup>2</sup> de 1990-2022 .....	94
Gráfico 2 - Evolução da silvicultura na APA Esplanada-BA a partir de 1990-2022.....	95
Gráfico 3 - Evolução da área urbana 1990-2022.....	96

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Classes MapBiomas coleção 8.0.....	28
Quadro 2 – Espacialização das Políticas Públicas de Turismo da Bahia dos ano de 1950-2020.....	43

## SUMÁRIO

<b>Apresentação.....</b>	<b>16</b>
<b>Capítulo 1. Introdução.....</b>	<b>19</b>
1.1 Questões norteadoras.....	21
1.2 Justificativa.....	21
1.3 Objetivos.....	22
<b>Capítulo 2. Procedimentos Técnico-Operacionais.....</b>	<b>22</b>
2.1 Locus da pesquisa.....	22
2.2 Percurso Metodológico.....	24
2.3 Atividade de Gabinete I e II.....	26
2.4 Atividade de Campo.....	29
<b>Capítulo 3. Dinâmica litorânea e sua complexidade.....</b>	<b>29</b>
3.1 Desenvolvimento das Políticas Públicas do Turismo.....	33
3.2 Ordenamento Territorial.....	45
<b>Capítulo 4. Dinâmica litorânea e ocupação econômica em Baixio.....</b>	<b>52</b>
4.1 Atuação da Prima empreendimentos em Baixio.....	66
4.2 Baixio ponto de atração turística.....	75
4.3 O artesanato da vila de Baixio.....	84
4.4 Análise do monitoramento do uso e cobertura da terra.....	88
<b>Capítulo 5. Turistificação e o lazer das segundas residências: impactos e conflitos territoriais em Baixio.....</b>	<b>97</b>
<b>Capítulo 6. Considerações Finais.....</b>	<b>103</b>
<b>Referências.....</b>	<b>107</b>

## APRESENTAÇÃO

O trabalho que se apresenta é resultante de uma trajetória acadêmica iniciada pelas inquietações com relação ao quadro conflitantes das relações sociais estabelecidas na área litorânea de Baixio, no município de Esplanada – BA, essa região é marcada por um processo de territorialidades, desigualdades e conflitos. Nascida e criada no município, parti de observações dos mais variados conflitos expressos territorialmente e da percepção do quadro que apresenta como resultante de um longo período histórico de estruturação desse espaço.

A Dissertação, **Turismo e Impactos socioambientais da área litorânea de Baixio**, está estruturada em 5 capítulos mais a conclusão, cujo desenvolvimento teve como objetivo sustentar a hipótese central da pesquisa, que o processo de ordenamento territorial passou por diferentes dinâmicas socioeconômicas que refletem nos mais variados usos e ocupação do solo, e que tem provocado alterações no meio ambiente e na comunidade local.

O **capítulo 1. Introdução**, é dedicado à parte introdutória, expõe a temática, objetivos, justificativa, delimitação do lócus da pesquisa. Ademais, explica como a área litorânea de Baixio se torna uma região atrativa para os grandes empreendimentos, uma vez que empresas transnacionais espanholas e portuguesas ligadas ao setor imobiliário, turístico-hoteleiro começam atuar com muita força para a expansão e consolidação do turismo. Além disso, mostra o olhar da comunidade local, que vê o turismo com desconfiança, pois em geral não participam das tomadas de decisões acerca da implantação de redes hoteleiras, principalmente no que tange aos possíveis impactos sociais e ambientais, que estes empreendimento podem ocasionar para a região.

Já o **capítulo 2. Procedimentos Técnico-Operacionais**, descreve a área de estudo, apresenta o mapa de localização e os procedimentos metodológicos, que está relacionado ao avanço do turismo como um vetor econômico em Baixio onde empresas transnacionais do ramo comercial turístico horteleiro tem-se consolidado nas últimas décadas no litoral norte da Bahia. Mostra ainda, a abordagem qualitativa utilizada, que teve como principal subsídio entrevistas e diálogos com pessoas residentes na vila, comerciantes de pequenos e médios empreendedores, funcionários, guia turístico e representantes do setor turístico da Prima empreendimentos e representantes do governo Municipal (secretaria de turismo e secretaria do meio ambiente de Esplanada). Explica sobre o emprego do geoprocessamento e o Sistema de Informação Geográfica (SIG), que foi imprescindível para a abordagem ambiental integrada com técnicas de mapeamento de uso e cobertura da terra. Finalmente é apresentado em forma

de fluxograma como ocorreram as etapas do desenvolvimento dessa pesquisa estruturadas seguindo três etapas norteadoras: Atividades de Gabinete I e II e Atividades de Campo, posterior e finalmente, a organização dos dados e redação final da dissertação.

O **capítulo 3. Dinâmica litorânea e sua complexidade**, versa sobre o turismo e o imobiliário no Litoral Norte, que são resultados de um novo arranjo espacial. Pois, os condomínios residenciais é uma estratégia utilizada pelo planejamento privado para conter a expansão das residências dos moradores locais, no sentido de não ocorrer a desvalorização e o crescimento desordenado dos padrões estabelecidos pelo capital. Explica ainda, acerca sobre as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, proposto pelo Ministério de Indústria, Comércio e Turismo (MICT) e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). O debate segue, acerca do Território de Identidade Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte, localizam-se os municípios Lauro de Freitas, Camaçari, Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde, e Jandaíra, tem vivenciado profundas transformações na sua estrutura sociocultural e econômica em virtude dos pequenos e grandes investimentos realizados pelos setores público e privado. Ademais, traz a construção da Política de Ordenamento Territorial com enfoque na região do litoral norte em especial na área litorânea de Baixo.

Por conseguinte, o **capítulo 4. Dinâmica litorânea e ocupação econômica em Baixo**, expõe sobre os ecossistemas de Baixo, que são extremamente sensíveis e vulneráveis à ação socioeconômica, em que, nos últimos anos, as empresas têm se instalado para construção de megaempreendimentos na busca de novos espaços de lazer, recreação, turismo e moradia, além de exploração de diversas unidades geoambientais tem provocado desequilíbrios irreversíveis no ambiente. Aborda ainda, que Esplanada que de acordo com Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais a empresa Prima Empreendimento é proprietária da Fazenda Baixo, dos imóveis cadastrados do município ela possui aproximadamente 99,63% do território. Esses dados evidenciam que a Prima Empreendimentos comprou uma área muito grande, tendo quase cem por cento das terras dos imóveis cadastrados do município de Esplanada. Por isso nota-se implementações e novas construções na área litorânea de Baixo.

Em sequência, o **capítulo 5. Turistificação e o lazer de segunda residências: impactos e conflitos territoriais em Baixo**, exprime que a região em estudo apresenta uma área de grande potencialidade turística e a intensificação do turismo aliada às atividades humanas, apesar disso, o processo de turistificação pode ocasionar consequências irreversíveis no ambiente, uma vez que alteram a qualidade ambiental, que resulta na modificação de processos naturais ou sociais provocados pela ação socioeconômica. Sabe-se que como toda atividade os impactos do turismo podem ser também positivos, contudo, essa prática faz com

que os impactos negativos sejam cada vez mais crescentes proporcionando danos ambientais. O capítulo interpela-se ainda, sobre Baixio ser considerado ao fenômeno conhecido segunda residência para os grandes empresários, apesar disso, a comunidade local não se vê beneficiada, uma vez que não é possível o contato com muitos deles, já que os grandes empreendimentos criam ambientes de modo que esse distanciamento se evidencie cada vez mais, os moradores relatam que não os vê nas feiras, nas praças, nos restaurantes do vilarejo e nos espaços públicos.

Por fim, o **capítulo 6. Considerações Finais**, traz uma reflexão sobre o turismo na área litorânea de Baixio, que tem se voltado para os grandes empreendimentos turísticos, estimulando a especulação imobiliária e a marginalização da comunidade levando à descaracterização cultural e ambiental e outros impactos indesejáveis associados ao turismo, como: segregação socioespacial, exclusão social e supervalorização da zona litorânea, levando a descaracterização da comunidade por ela sentir-se excluída nesse processo, impactos negativos decorrentes do avanço do turismo na região por ser áreas extremamente sensíveis à atividades socioeconômicas.

## 1. INTRODUÇÃO

O turismo é uma prática social que consome elementarmente espaço, no qual é transformado e, novas características e configurações são formadas devido à prática turística. Este espaço geográfico gera um território delimitado, contendo características próprias (Cruz, 2001). Inicialmente, os estudos acerca do turismo foram voltados para as questões estatísticas, como quem poderia ser considerado turista, seu local de origem e seus gastos, dentre outras, nesse período, as viagens eram realizadas por pessoas bem afortunadas (Silva, 2021). Na atualidade, o turismo surge como uma grande força em diversas partes do planeta, frutos de sucesso e crescimento que esta atividade vem tendo nas últimas décadas. A dinâmica do turismo se expressa na vida social e nos territórios, por sua vez os grupos humanos em diferentes lugares provocam construções de novos espaços e mudanças em tantos outros.

O turismo de forma estruturada e organizada, surge na Modernidade, posteriormente, a Revolução Industrial, e, seu desenvolvimento deu-se associado às mudanças de cunho econômico, político e social, ocorridos principalmente na Europa e Estados Unidos, após a Segunda Guerra, com os investimentos feitos nos continentes americanos e europeus, a difusão do Fordismo como sistema de produção, que está associado à necessidade da indústria em aumentar a produtividade nas unidades fabris, nas melhorias das infraestruturas, nos avanços das tecnologias e do setor de transportes, entre outros acontecimentos, fizeram com que surgisse o consumo em massa, o que impulsionou o turismo (Barretto, 2003; Ignarra, 2013; Silva, 2021).

Nesta seara, a atividade turística compreende a produção e o consumo do espaço geográfico agindo, violentamente, apropriando-se de paisagens naturais e históricas, lugares exóticos, transformando-os em lugares que geram lucro ou renda para atender aos seus interesses - o capital. Empreendedores imobiliários e turistas se apropriam desses lugares modificando a paisagem no ramo comercial, turístico-hoteleiro consagrando a natureza e a história passada, transformando-as em mercadoria.

Segundo Coriolano (2007) os empreendedores e turistas se apropriam desses espaços aliados aos interesses, prioritariamente, capitalistas, que determinam o uso do espaço e a relação social de produção de forma predatória. Com isso surge uma reflexão, no que diz respeito ao desenvolvimento durável ou a necessidade dele se tornar menos impactante, tanto para o ambiente natural, cultural e social. Dentro desta perspectiva, surge a relação sociedade e natureza, sociedade esta que determina as formas de uso/ocupação da natureza, do espaço e do trabalho.

Até o início da década de oitenta, a costa leste/nordeste do Brasil era de difícil acesso. A sua ocupação estava concentrada de forma pontual nas capitais e em poucas cidades litorâneas, enquanto o restante do litoral apresentava uma baixa densidade demográfica, pontuada por pequenas cidades e vilas de pescadores, experimentando uma economia estagnada (Netto, 2008). Diversos programas de investimento federal e estadual ocorreram para promover o desenvolvimento desta região costeira, como a pavimentação de estradas e financiamento a projetos privados que tinham como objetivo consolidar as atividades turísticas e industriais nesta área (Nunes; Matos, 2017). Como resultado destes investimentos, a ocupação desta região tem aumentado desde então, gerando uma crescente tensão entre os atores sociais ali presentes.

A prática turística é compreendida como um fenômeno, essencialmente, econômico e social que se desenvolve ao longo dos séculos desde os grandes centros urbanos às pequenas cidades e comunidades litorâneas que, por sua vez, propicia o surgimento de inúmeras atividades econômicas em ritmo cada vez mais acelerado, o lazer e o turismo são atividades que mais crescem na zona costeira (Pitombeira, 2014. p 20).

A busca do lazer e da atividade turística organizada e sistemática é um fenômeno da sociedade pós-moderna industrial e urbana. Com o surgimento da automação, ao reduzir a jornada de trabalho e promover maior rentabilidade, gerou consequências por transformar os trabalhadores em consumidores da indústria do turismo e do lazer. Estas transformações ocorridas na contemporaneidade provocam mudanças nos hábitos de consumo dos sujeitos.

Os espaços e o modo de vida de Baixio vêm sendo transformados pela urbanização e pelo desenvolvimento turístico nas últimas décadas, o que tem como consequência à especulação imobiliária acompanhada de uma hipervalorização de terras por empresários imobiliários turísticos, colocando em risco o meio ambiente, as identidades e tradições. Esta ocupação desenfreada pode acarretar um desequilíbrio dinâmico com consequências e impactos negativos irreversíveis ao ambiente e a comunidade.

Os investimentos do turismo imobiliário nas comunidades sem um devido preparo tem ocasionado conflitos com a população local deixando marcas ao longo do litoral, não há uma relação harmoniosa nem mediação de interesses entre atores locais, especuladores e turistas que agem sobre o meio físico natural e construído, provocando uma diversidade de impactos negativos: instalação de infraestruturas hoteleiras e resorts e a circulação de turistas promovem a degradação no ecossistema local.

Investidores espanhóis do Grupo Prima Empreendimentos implementaram na vila de Baixio o condomínio residencial e comercial Ponta do Inhambupe e o hotel Hotel Boutique

Spa Ponta do Inhambupe um complexo dotado de excelente infraestrutura jamais vista pelos moradores. Todavia, mais adentro do continente localiza-se a população nativa, as quais são atraídas para trabalhar nesse empreendimento, bem como em outras atividades voltadas para a pesca, turismo e lazer.

### **1.1 Questões norteadoras**

Nas últimas duas décadas a área litorânea de Baixo, Esplanada-BA passou por diferentes dinâmicas socioeconômicas que refletiram em variados usos e ocupação do solo, o que tem provocado alterações no meio ambiente e na comunidade sem respeitar os níveis de fragilidades ambiental. Diante dessa complexidade, surge as questões norteadoras: Quais as mudanças ocorridas no uso e ocupação da área em estudo nas últimas duas décadas? Em que medida o empreendimento Ponta do Inhambupe tem gerado impactos socioambientais sobre a comunidade local, cultural, econômica e meio ambiente?

### **1.2 Justificativa**

Justifica-se a escolha do tema por ser atual e relevante, no intuito de verificar a concentração das grandes empresas estrangeiras no litoral norte da Bahia, em que ao longo das décadas agem/atuam com muita “força” nesta região, pois intensificam a valorização dos latifúndios para atender ao interesses do capital turístico, ademais, sou natural do município de Esplanada-Ba, que mesmo após a expansão do turismo e potencial para gerar empregos, a cidade não oferece essas oportunidades para os nativos. Muitos da comunidade local vê o turismo com desconfiança, pois em geral não participam das tomadas de decisões acerca da implantação de redes hoteleiras, principalmente no que tange aos possíveis impactos sociais e ambientais, que estes empreendimentos podem ocasionar para a região.

Além disso, a impressão que se tem é de invasão nas nossas terras e exclusão dos moradores, que possuem dificuldades de conseguir uma vaga para trabalhar dentro desses hotéis, o que contribui para a migração dos nativos para as cidades circunvizinhas em busca de oportunidades de emprego e renda. Assim, sobre essas questões faz-se necessário discutir esse cenário na busca de verificar os impactos socioambientais das populações diretamente afetadas na vila de Baixo.

### **1.3 Objetivos**

Diante do exposto, essa dissertação tem como objetivo geral: verificar os impactos socioambientais decorrente da turistificação da área litorânea de Baixo e como objetivos específicos: a) discutir sobre a dinâmica do turismo no Litoral Norte da Bahia; compreender as transformações socioculturais ocorridas a partir do processo de turistificação; b) analisar o processo de ocupação a partir do empreendimento imobiliário Ponta do Inhambupe e a apropriação dos espaços turísticos; c) verificar as implicações decorrentes do turismo em Baixo.

## **2. PROCEDIMENTOS TÉCNICO-OPERACIONAIS**

### **2.1 Lócus da Pesquisa**

A Costa dos Coqueiros possui quase 240 km de extensão iniciados em Ipitanga no município de Lauro de Freitas até Mangue Seco em Jandaíra (Gomes Sobrinho, 2011), Percebe-se na paisagem uma diversidade natural, que inclui diversos ecossistemas, praias, dunas, lagoas, brejos, manguezais, rios, nascentes e restingas.

A vila de Baixo (Figura 1) está próxima de duas capitais do nordeste, localizada a 140 km da capital Salvador, no Km 121 da BA-099, mais conhecida como estrada da Linha Verde, sendo a primeira rodovia ecológica do Brasil e da capital sergipana a aproximadamente a 190 km. O litoral se estende desde a foz do rio Subaúma (na divisa com o município de Entre Rios) até a margem direita da foz do rio Inhambupe (na divisa com o município de Conde).

Baixo possui vários encantos ecológicos uma praia marítima, cinco lagoas: Azul, Verde, Mamucabo, Painelas e Barra da Una, inúmeras nascentes, dunas, coqueirais, manguezais, rios e cachoeiras, restingas. Ademais, apresenta um rico artesanato, construções históricas dos séculos XVIII e XIX, esses ambientes naturais e culturais motivam o turismo movimentando a atividade econômica do município e região.

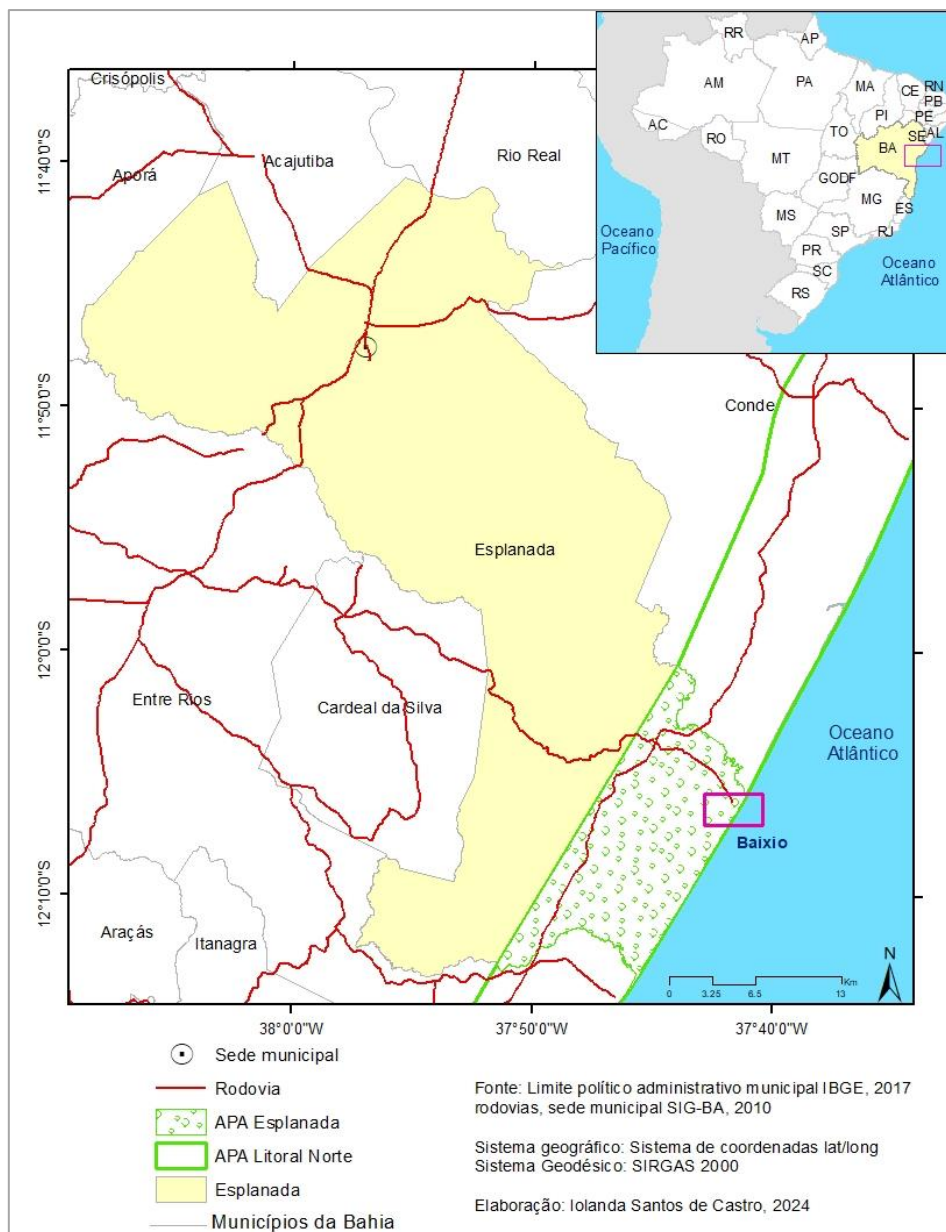


Figura 1 - Mapa do Estado da Bahia, município de Esplanada: escala espacial de análise.

A partir do exposto entende-se que o mapeamento dos impactos socioambientais em áreas costeiras é relevante, pois a importância de trabalhos como esse se insere nos diagnósticos voltados enquanto subsídio ao planejamento ambiental e ao ordenamento territorial, bem como enquanto pesquisas científicas de base da atual relação sociedade/natureza em referência aos impactos diante do uso e ocupação da terra dos ambientes naturais e socioeconômicos atuantes na área analisada.

## 2.2 Percurso Metodológico

Esse estudo geográfico está relacionado ao avanço do turismo como um vetor econômico em Baixo onde empresas transnacionais do ramo comercial turístico hoteleiro tem-se consolidado nas últimas décadas no litoral norte da Bahia.

Acerca do método de procedimento a ser considerado desse estudo é o crítico dialético. De acordo Voinol (2012) esta teoria possibilitou um novo tipo de conhecimento e entendimento sobre o mundo exterior, sendo de encontro as estruturas tradicionais do pensamento característico de uma sociedade tradicional e feudal, esse projeto produziu um conhecimento racional sobre o mundo objetivo e real destituído de referências a elementos mágicos e religiosos. Nesse sentido, Voinol, (2012) afirma:

A ciência trouxe um tipo de relação entre os sujeitos cognoscentes e o mundo baseada na observação sistemática e na descrição racional. O pensamento científico significa, aqui, uma ruptura com visões tradicionais do mundo porque este é concebido não como uma esfera moldada por forças mágicas, mas como produto de um processo que pode ser compreendido, explicado e reproduzido por sujeitos humanos. O sujeito cognoscente torna-se consciente de si mesmo como um ser independente diante de um mundo “objetivo”, que pode ser racionalmente compreendido graças a métodos sistemáticos de observação. Desse modo, possibilitou-se um crescente conhecimento sobre a natureza e o mundo objetivo, bem como sobre novas possibilidades de controle e dominação da natureza (Voinol, 2012. p. 83).

Esse método favorece o entendimento e a complexidade do sistema capitalista. Para interpretação dos dados, considera-se a dinâmica da intervenção antrópica numa escala multitemporal, propiciando uma análise das alterações do ambiente mediante as relações econômicas e sociais sobre o meio físico, haja vista a sociedade modifica o meio natural, muitas das vezes de forma predatória para atender aos interesses do capital, nesse estudo o capital turístico.

A abordagem qualitativa teve como principal subsídio diálogos com pessoas residentes na vila, comerciantes de pequenos e médios empreendedores, funcionários, guia turístico e representantes do setor turístico da Prima empreendimentos e representantes do governo Municipal (secretaria de turismo e secretaria do meio ambiente de Esplanada). Entre os residentes buscou-se construir diferentes categoriais sociais com perfis e formas de inserção social com moradores mais antigos e também com os mais jovens com idades variadas, o diálogo não foi seguido um roteiro de entrevista com perguntas, no intuito que a conversa fluisse mais livremente para melhor apreender a percepção dos sujeitos sobre a realidade local.

Também se utilizou como técnica de investigação a observação direta da realidade, realizada em visitas à área nos anos 2022, 2023 e 2024.

Os procedimentos metodológicos apoiaram-se em aportes teóricos no intuito de integrar as variáveis do turismo e ordenamento territorial a fim de compreender as complexidades. O emprego do geoprocessamento e o Sistema de Informação Geográfica (SIG) foi imprescindível para a abordagem ambiental integrada com técnicas de mapeamento de uso e cobertura da terra.

A utilização do geoprocessamento e SIG concebem-se uma parte dos métodos de procedimentos de forma interdependente, das informações espaciais do objeto investigado o que favorece o mapeamento das áreas ambientais em estudo. Para aplicar o sensoriamento remoto necessitou-se compreender os fundamentos técnicos e científicos que englobam a referida ferramenta.

O Sensoriamento Remoto consiste na utilização conjunta de modernos sensores para processamento de transmissão de dados espaciais, por meio do registro de análise entre as interações das substâncias componentes do planeta Terra e a radiação eletromagnética. O uso do sensoriamento remoto amplia-se em todo o mundo, em geral ocorre pela facilidade de obter imagens orbitais pelas vantagens de dados obtidos por sensores como na aquisição de informações de interferir na obtenção de dados de maneira sistemática para áreas geográficas muito grandes, no fornecimento de informação espacial, espectral e temporal variada, dentre outras vantagens (Novo, 1989).

Rosa (1995) e Santos (2010) mensuram o Sensoriamento Remoto como a medição ou aquisição de informações sobre alguma propriedade de um fenômeno ou objeto por um dispositivo de registro que não esteja em contato físico direto com o objeto ou fenômeno em estudo.

Assim, há algumas plataformas de monitoramento espacial da terra, gratuita de maneira rápida, fácil e dinâmica, a exemplo da plataforma *Google Earth Pro*, Programas de *softwares* Arcgis e Qgis, os quais foram imprescindíveis para verificar as transformações ambientais e socioculturais da área de estudo. Assim, Oliveira Junior (2019) enaltece que a transformação do ambiente origina-se nas práticas sociais no espaço e no tempo em que a reflexão crítica tem função de encontrar na revisão bibliográfica as heranças ambientais, culturais e sociais provenientes da relação sociedade-natureza, que, no tempo de hoje, são marcadas pela degradação/deterioração do ambiente devido as ações socioeconômicas.

Por meio da revisão conceitual, teórica e metodológica sobre a categoria de análise geográfica, procurou-se evidenciar um conjunto de obras discursivas referentes ao estudo integrado do conceito de turismo. Essa abordagem é essencial porque orienta estudos numa

perspectiva integrada, para identificar a relação da sociedade-natureza na configuração do ambiente. A metodologia em questão reflete ao pensamento e a prática com o propósito a compreensão, sendo os métodos e técnicas aplicados a partir dos fins pretendidos (Pitombeira, 2014).

As etapas do desenvolvimento dessa pesquisa estão estruturadas seguindo três etapas norteadoras: Atividades de Gabinete I e II e Atividades de Campo, posterior e finalmente, a organização dos dados e redação final da dissertação, conforme pode ser visualizado no fluxograma descrito na (Figura 2).

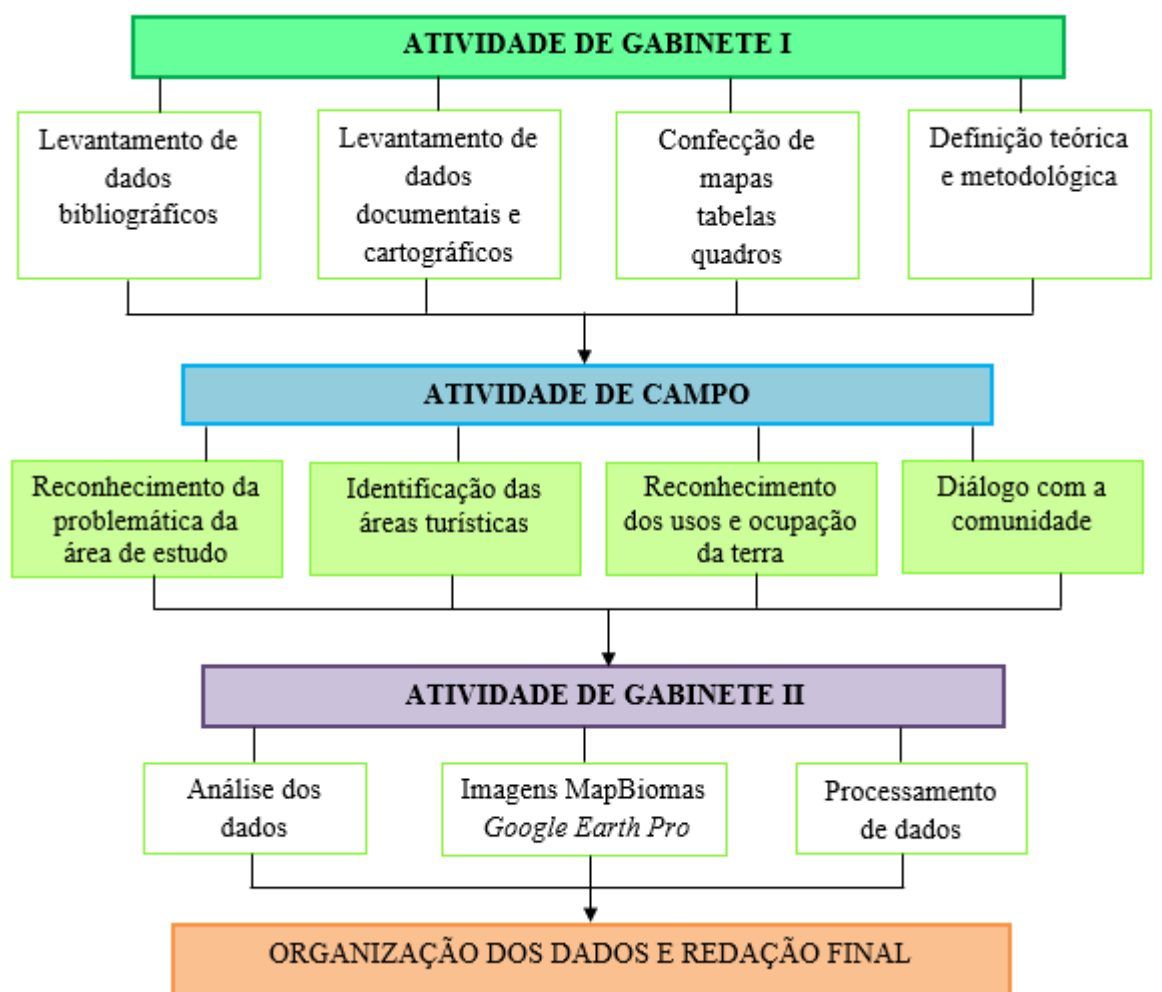


Figura 2 - Fluxograma metodológico com etapas da pesquisa. Fonte: Dados da pesquisa.

### 2.3 Atividades de Gabinete I e II

Nos primeiros caminhos traçados desse estudo foi realizado um levantamento dos dados bibliográficos, por meio de artigos científicos, teses, dissertações consolidando um arcabouço teórico como pré-requisito, cuja principais variáveis a serem consideradas, foram a problemática da área de estudo sendo os objetivos o meio para alcançá-los.

O SIG é uma ferramenta importante para análise espacial das informações, por configurar um conjunto de tecnologias utilizadas para realizar diagnósticos com dados espaciais, oferecendo alternativas para o estudo e a compreensão do meio físico, bem como auxilia no entendimento de dados sociais (Sampaio, 2021). Nesse sentido, o uso de SIG consolida-se como principal ferramenta para a construção dos mapas, observação e manipulação de dados da área.

Para a elaboração dos mapas, utilizou-se o *software ArcGIS 10.5* por meio do aplicativo *ArcMap*, esse *software* apresenta ferramentas mais completas e detalhadas de análises aplicadas para dados espaciais, além de proporcionar um excelente padrão na propriedade de exportação dos produtos gerados dos mapas.

Para realizar o mapeamento das transformações socioambientais da ocupação do uso da terra na área litorânea de Baixio os dados foram adquiridos por meio da plataforma *Google Earth Pro*. Optou-se em primeiro momento, fazer o recorte espacial da área de estudo de três cenas históricas dos meses: maio de 2007, novembro de 2016 e dezembro de 2022. Esse procedimento foi realizado no intuito de contemplar as transformações socioambientais supracitadas desse trabalho.

Para realização dos Mapas de uso e cobertura da terra foram estabelecidos 4 imagens da APA Litoral Norte de Esplanada, dos anos 1990, 2000, 2010 e 2022. Os dados foram obtidos da plataforma do do Projeto Anual Brasileiro de Mapeamento e Uso da Terra e do Solo (MapBiomias) que produz mapas anuais de uso e cobertura da terra de todo território nacional, sendo disponibilizados, gratuitamente, de maneira mais rápida, atualizada e barata (Fonte: MapBiomias.org).

Os mapas são instrumentos de conhecimento e reconhecimento dos Sistemas ambientais e usos da terra, a leitura dos mapas concerne como uma etapa preliminar dessa pesquisa, cuja o estudo detalhado dessas feições aponta-se como análise das principais problemáticas do meio ambiental. Para Sampaio (2021) o reconhecimento em escala municipal, reflete no desenvolvimento e nas dinâmicas do município servindo de aporte para o entendimento integral da problemática.

Em seguida, após adquirir as quatro imagens de uso e cobertura da terra do território nacional, foi utilizado o *software ArcMap 10.5* para delimitar a camada da área de estudo, por meio da ferramenta *clip*, organizou-se a simbologia e as nomenclaturas expostas na legenda da coleção 8.0 do MapBiomias (Quadro 1). Por fim, foi necessário efetuar as classificações das imagens pela opção *classifier*, das classes e simbologias. Na tabela de atributos de cada imagem

foi adicionada uma nova *add field* para inserir as classes correspondentes, posterior o layout dos mapas.

<b>Código</b>	<b>Classes</b>
3	Formação Florestal
4	Formação Savânica
5	Mangue
9	Silvicultura
11	Campo alagado/área pantanosa
13	Outras formações não florestais
15	Pastagem
21	Mosaico de usos
23	Praia, duna
24	Área urbana
25	Outras áreas não vegetadas
32	Apicum
33	Rio, lago
41	Outras lavouras temporárias
49	Restinga arbórea
59	Restinga herbácea

Quadro 1 - Classes MapBiomias coleção 8.0

Por conseguinte, foi construído tabelas por meio da ferramenta R.report no *Qgis 3.2* para quantificar área das classes do MapBiomias de todos os anos dos dados da pesquisa o que permitiu confeccionar gráficos para espacialização dos dados e melhor compreensão dos resultados.

Em sequência, foi confeccionado alguns mapas: da área de estudo de Baixio, da localização das praias do litoral norte da Bahia. O **Mapa da área de estudo** foi organizado a partir do limite político municipal, disponibilizado pela base de dados do IBGE (2017), com isso foi realizado o *Shapefile* para o município em estudo.

Para elaboração do **Mapa dos Limites Rurais de Esplanada** os dados foram oriundos do SIGEF - Banco de Dados do Incra (2024), a camada foi delimitada a partir da ferramenta *Clip*, do município em estudo pela base de dados do IBGE (2017). Para aquisição da imagem de satélite e para uma melhor visualização das poligonais (latifúndios), foi inserido o *World Base Map* já disponibilizado no software ArcMap 10.5. Para tanto foi realizado os demais processamentos como adicionar a *Label* -nomes das áreas de acordo a cada fazenda, e por fim o layout do mapa da área.

## 2.4 Atividade de Campo

Os trabalhos de campos visam identificar ou ratificar uma classificação prévia das diversas análises que se pode verificar no ambiente a exemplo de usos e cobertura da terra, padrões vegetação, recursos hídricos, temperatura de superfície, dentre outras análises, mediante aos diversos padrões de imagem e formas do relevo identificados em laboratório.

Segundo Sampaio (2021) os Trabalhos de Campo têm o intuito de aferir, atualizar e averiguar as informações mapeadas, além de reconhecer a problemática na área em estudo, possibilitando comparar e esclarecer algumas dúvidas sobre as informações obtidas na etapa de caracterização da área em gabinete.

Assim, para obtenção dos dados primários, a primeira atividade de campo ocorreu no mês de março de 2022, foram baseadas na observação, descrição da localização, registro de fotografias dos pontos principais de análise. O mapeamento da área foi descrito em uma ficha de campo elaborada de acordo aos dados existentes, por conseguinte comparada com o levantamento de dados. O *locus* foi imprescindível para a obtenção dos registros fotográficos de mapeamento de pontos de impactos e conflitos existentes, como o empreendimento imobiliário comercial e residênciasl Ponta do Inhambupe, a praia, barracas, as lagoas, ruas, igreja, praça, quadra de esporte, feira-livre, áreas de manguezais, a foz do rio Inhambupe, orla.

Durante o desenvolvimento do capítulo do uso e cobertura da terra de Baixio para as discussões dos resultados, foram realizados outros trabalhos de campo para marcações amostrais no GPS para mapear, alguns ecossistemas de Baixio, como as lagoas, a vegetação, os coqueirais, a foz do rio Inhambupe. Ademais, foi realizado diálogos com a população, guia turístico e representante da Prima Empreendimentos, secretário do meio ambiente de Esplanada, além de visitas a estabelecimentos comerciais e residenciais.

Sendo assim, para o desenvolvimento dessa pesquisa, adotou-se uma postura de investigação, pautada no levantamento de dados e informações em fontes e documentos já constituídos, como também o diálogo com a comunidade local e com protagonistas envolvidos nesse processo, onde o resultado contribuirá para um maior conhecimento sobre a temática, levantando informações a futuras pesquisas.

## 3. DINÂMICA LITORÂNEA E SUA COMPLEXIDADE

A zona litorânea é um amplo espaço de interação setorial, institucional, demográfica e urbana onde a imprevisível dinâmica ambiental afeta as complexas relações entre a sociedade

e a natureza. Sendo desigual o processo de urbanização no Brasil, sem intenção de um planejamento estrutural o que resulta na atualidade numa série de problemas e conflitos (Pollete e Barros, 2012).

A zona costeira brasileira, constitui-se uma das regiões de maior relevância do nosso país (Freitas, 2015) considerada um patrimônio do povo brasileiro, devido a sua importância social, econômica, histórica e cultural. Praticamente, todos os ciclos econômicos do país desde a sua descoberta estão diretamente relacionados ao território costeiro. Assim, Souza (2017):

O Brasil possui 17 estados costeiros, que somam mais de oito mil quilômetros de fronteira marítima. Dentre os estados litorâneos, a unidade federal Bahia se destaca ao possuir o maior litoral do país, com aproximadamente 1.183 km de extensão, com elevado potencial socioeconômico comprovado pela densa ocupação populacional, ampla utilização agropecuária, alta demanda turística, presença de bacias sedimentares e corpos alcalinos economicamente exploráveis etc. (Souza, 2017. p. 17 e 18).

No contexto atual, a ocupação do litoral baiano se processa vinculada e subordinada a interesses externos, através de estratégias articuladas entre os interesses públicos e privados do Estado. Estas iniciativas resultam num significativo aumento dos fluxos, tanto da demanda interna, como da demanda externa e suscitam conflitos e contradições com a energização dos empreendimentos turísticos nestas áreas, na forma de construção de hotéis e resorts (Souza, 2017).

Essa área abriga um complexo mosaico de ecossistemas de importante relevância do ponto de vista ambiental. Ao longo de toda área litorânea alternam-se praias, mangues, restingas, campos de dunas, estuários, recifes de corais e outros ambientes. É na zona costeira que se localiza o Bioma Mata Atlântica (quase toda desmatada), as maiores manchas e reservas desse bioma, com maior contiguidade encontra-se na Serra do Mar nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, esse ecossistema abriga a maior biodiversidade de espécies animais e vegetais superior à Amazônia (Vitte, 2003).

Ainda para o autor o processo de formação e organização do território brasileiro privilegiou esta área como centro de polarização da hinterlândia continental. Grande concentração sociopopulacional e localização das duas maiores metrópoles do país; São Paulo e Rio de Janeiro tem forte influência na gestão do território brasileiro por possuir uma densa rede de circulação e alguns dos maiores e mais importantes parques industriais brasileiro. Essa formação territorial obedece a uma lógica de valorização do espaço, na qual é tratada como um recurso ambiental dotado de infraestrutura para servir a uma dinâmica capitalista.

Os municípios da região litorânea apresentam graves problemas de infraestrutura básica; moradias precárias, a questão sanitária, a violência, a exclusão social e diversos outros problemas. Devido ao alto preço da terra nessa região, a classe trabalhadora, a população excluída tem que se sujeitar a morar nas encostas das escarpas, construir palafitas em manguezais, o que agrava ainda mais as condições ambientais e qualidade de vida das pessoas, o que coaduna para o padrão de exclusão social no Brasil (Vitte, 2003).

O desenvolvimento do turismo enquanto atividade de lazer, desde a segunda metade do século XX, vem manifestando profundas transformações no espaço e nos núcleos urbanos. Nesse sentido, os empreendedores vêm modificando a paisagem tanto no ramo comercial, turístico-hoteleiro, prestadores de serviços para atender aos seus interesses do capital. O turismo refere-se a viagens, pessoas, lugares atrelados a ideia de novas significações. Antigamente as viagens se davam em busca de sobrevivência com fins mercantis para apreender e entender o mundo, aventurar e peregrinar.

Segundo Coriolano e Silva (2005) o turismo é um fenômeno dos tempos modernos a partir do momento que o homem descobriu o prazer de viajar; quando a viagem passa a ser uma forma de buscar prazer, felicidades, deixando de ser necessidade. O conceito de turismo se deu no século XVII, na Inglaterra, todavia, foi a partir do século XIX, pós 2ª guerra, que datam suas teorias. O turismo é estudado como um fenômeno que envolve diferentes abordagens conceituas, mas seja lá em qualquer concepção, o espaço, é essencial no sistema econômico e do próprio território, o turismo é gerador de rendas e empregos em que exige novas funções na vida social e produtivas, estimulando valores culturais de modo a fortalecer os vínculos dos lugares.

O crescimento da indústria turística em todos os continentes é recente, teve início na década de 1970, quando o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) passaram a investir/incentivar os países do Terceiro Mundo que possuíam atrativos naturais e culturais, a investir na atividade turística como estratégia econômica de desenvolvimento (Rodrigues, 2015).

De acordo Coriolano e Silva (2005) o turismo corresponde a uma atividade geoeconômica expressiva no contexto atual por envolver as pessoas nos espaços naturais e produzidos, relacionando as que podem viajar com as que não podem, ou entre os turistas e residentes - considerado um fenômeno próprio das classes ricas e médias, daqueles que podem comprar lazer. Todavia, apesar dessa atividade não atender a todas as classes sociais está presente em todos os continentes.

Desde as épocas burguesas os lazeres estão submetidos, principalmente, a mais-valia

pela comercialização do lazer e industrialização. Num determinado lugar para alguém ter lazer é necessário que o outro trabalhe, então, estes lugares são de lazeres para uns e, para outros é lugar de trabalho. Os lazeres entram na divisão do trabalho social, porque a prática turística é considerada como uma indústria de lazeres e uma comercialização dos espaços (Lefebvre, 2001). Assim, uma grande parcela da população vende a sua força de trabalho e, além disso submete-se a um modo de produção alienante desigual e combinada.

As atividades turísticas é uma opção para o desenvolvimento dos países, dos estados e municípios, estima-se desempenho com a prática, mas não soluciona problemas sociais, ambientais e, também, não há desenvolvimento nas regiões pobres (Coriolano, 2006). Com o acúmulo de capital o espaço é transformado e produzido pela lógica do sistema capitalista, assim o crescimento do emprego nessas regiões turísticas se concentram, majoritariamente, em prestação de serviços com baixa remuneração. Este espaço geográfico gera um território delimitado, contendo características próprias. Na atualidade, o turismo surge como uma grande força em diversas partes do planeta, frutos de sucesso e crescimento que esta atividade vem desenvolvendo nas últimas décadas.

De acordo Silva (2012) o turismo sobre entendimento da Geografia , inúmeras maneiras e modos de auxiliar na produção do espaço devido à atividade turística são produzidas, nesta abordagem geográfica métodos, técnicas e teorias para a compreensão deste fenômeno turístico são aplicadas. De acordo com os atributos físicos, naturais, sociais, econômicos, culturais e políticos do espaço esta interação, conformam um território com características únicas voltadas para o funcionamento do turismo em um determinado local.

O turismo refere-se uma indústria global que envolve uma ampla cadeia produtiva concatenado a países, territórios, economias e culturas, com crescente mobilidade de capitais e definindo pautas de desenvolvimento, o qual está articulado ao setor econômico, a processos políticos e culturais do mundo globalizado em que vivemos transformando os lugares onde se faz presente esta atividade sem um menor planejamento ambiental e respeito às leis de ordenamento territorial dos espaços turísticos.

Em muitas comunidades este processo vem causando conflitos junto à comunidade local, a qual está sendo excluída dos espaços tradicionais devido à privatização desses espaços de uso em comum, problemática marcante no nordeste brasileiro. Uma nova estrutura regional e urbana está sendo montada para oportunizar a prática turística, com novas habitações introduzidas serviços especializados voltado para essa parcela da população.

O turismo em regiões praianas vem revelando-se como uma atividade estratégia para o processo de crescimento e desenvolvimento mundial. O aumento na demanda para fins

recreativos e lazer, contribui para o aumento de pressão sobre os recursos e ecossistemas naturais, bem como exploração dos nativos da região, assuntos como estes vêm sendo sinônimo de preocupação em diversas áreas (Silva *et al*, 2009).

O turismo e o imobiliário no Litoral Norte são resultados de um novo arranjo espacial. Sabe-se que, os condomínios residenciais é uma estratégia utilizada pelo planejamento privado para conter a expansão das residências dos moradores locais, no sentido de não ocorrer a desvalorização e o crescimento desordenado dos padrões estabelecidos pelo capital. A reprodução desigual dos espaços, os condomínios fechados são criados para isolar os grupos privilegiados afastando das residências que não se enquadram no padrão social e estética burguesa (Santos, 2013).

O turismo constitui numa das atividades de maior repercussão espacial por se apropriar das formações espaciais preexistentes; cidades históricas, sítios arqueológicos, monumentos, unidades de conservação, dentre outros e, também, de espaços resultantes pela lógica do sistema capitalista; industriais, portuárias, áreas centrais, essa atividade apropria-se de todos os espaços.

### **3.1 Desenvolvimento das Políticas Públicas de Turismo**

Walter Christaller e Edward Ullman, pioneiros da Geografia Econômica, trazem um debate sobre pensar o turismo numa perspectiva de análise locacional “é no lugar onde ocorre qualquer tipo de atividade econômica na estrutura espacial das relações funcionais” o que destacaria a geograficidade, pois a atividade do turismo não está isolada. Pode-se destacar como fatores locacionais: as atrações do clima e as paisagens favorecem à prática de esportes, fontes terapêuticas, especialidades econômicas, atividades turísticas e perspectivas históricas e culturais (Mello e Silva, 1996).

Christaller em seus estudos no ano de 1955 aborda cinco períodos cruciais para o desenvolvimento histórico do turismo. O primeiro período, ano de 1790 – atividade praticada por uma pequena elite inglesa até 1840, nesse momento ocorrera a ascensão dos meios de transportes em massa (navio a vapor e trem). O segundo período, 1840-1870 o moderno turismo de férias, crescimento das hospedagens, os fazendeiros tinham essa atividade como uma renda complementar. O terceiro período 1870-1900 marca uma verdadeira indústria de atendimento; construção de hospedagem destinadas apenas as atividades do turismo; grandes centros turísticos começam a surgir na Europa como Nice, Montreux, Interlank, dentre outros. O turismo enquanto fenômeno de massa só começa a se consolidar no quarto período anos de

1900-1930 com o crescimento do turismo para fins esportivos. O quinto período, a partir de 1930 coaduna com organização das agências e do turismo conduzido em grupos conhecido como “rumo à periferia”, o uso de ônibus e aviões são primordialmente crescente nesse período. É importante destacar o estudo acerca do turismo como localidade central nas três regiões da Europa, nos Alpes região montanhosa (Mello e Silva, 1996).

Nessa seara, verifica que o turismo tem sempre uma tendência natural para a periferia das regiões densamente povoadas, visto que, na maioria das vezes o turista procura paisagens remotas e ambientes exóticos e idílicos como praias, florestas, montanhas, áreas rurais, dentre outras (Mello e Silva, 1996).

As atividades setoriais do turismo incorporam conjunto de competência de diferentes atores e agências estatais e privados. Essas políticas são multissetoriais com programas, projetos e atividades com forte rebatimento sobre o turismo, como é o caso da infraestrutura das políticas urbanas, de desenvolvimento regional, de emprego e renda, de preservação ambiental e do patrimônio histórico-cultural (Carvalho, 2000).

As políticas públicas em turismo compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores que se encontram consubstanciadas, amparadas legalmente nos programas, projetos, planos, metas e orçamentos dos poderes públicos de todas as esferas federal, estadual ou municipal referentes ao turismo.

O turismo no Brasil começa a ser debate de discursão governamental no final da década de 1950, no governo de Juscelino Kubitschek – J.K, com a implementação da Companhia Brasileira de Turismo no ano 1958, na época o presidente já tinha uma sensibilidade sobre as questões do turismo. Após a Segunda Guerra Mundial, década de 1960, com o boom econômico o turismo adquire importância econômica; mais tarde, em 1966 foi criada a Embratur – Empresa Brasileira de Turismo (Rodrigues, 1996).

As políticas públicas do turismo no Brasil aconteceram de forma tardia, apenas na década de 1970 passou a ser considerada arcabouço de atuação do governo. A partir desse período o turismo começou a ser visto como algo que poderia acarretar impactos sobre a sociedade, economia e meio ambiente (Rodrigues, 1996). Nesse parâmetro, o turismo passou a ser considerado objeto de Políticas Públicas em função de se valer de bens públicos de uso comum, bem como dos diversos impactos que ele poderia ocasionar.

A atividade turística avança para todo o litoral nordestino a partir dos anos 1980 quando houve a intensificação das capitais turísticas, sendo Salvador polo de atração nacional e internacional, equiparando-se ao Rio de Janeiro - capital já consagrada pelo turismo internacional. Com a criação da Embratur houve a consolidação do turismo interno, com as

intensas propagandas, publicidades, campanhas e marketing o turismo perpassou do nacional e alcançou demanda internacional. Nesse período, no Brasil, muitas praias paulistas já se encontravam com forte deterioração, pois já estavam sendo exploradas, com isso ocorreu a marcha avassaladora para o nordeste por meio das rodovias e aerovias. Assim, houve a descoberta de Porto Seguro e a fortalecida Salvador que houve a intensificação de campanhas para outras capitais nordestinas Maceió, Recife, Natal e Fortaleza.

Com a crise econômica na década de 1980 o turismo se fortaleceu e a classe política entende essa atividade como uma saída para a crise com o intuito de soerguer/fortalecer as economias dos estados do nordeste e da Amazônia como a chamada “onda” do turismo ecológico. Assim, Rodrigues (1996) menciona que:

O nordeste começa a ser vendido como o Novo Caribe, Novo Mediterrâneo, a Nova Flórida. As iniciativas dos governos estaduais resultaram num significado aumento de fluxos tanto da demanda interna como da demanda externa. Começam a se tornar importantes os capitais estrangeiros injetados no setor, na forma da construção de hotéis e *resorts*, nos moldes dos grandes centros turísticos internacionais (Rodrigues, 1996, p. 149).

O Estado promove as políticas públicas que busca realizar dentro de um determinado sistema de relações e organizações políticas que estão associadas ao Estado de bem-estar social, em que ele é mínimo na saúde, educação, habitação, saneamento básico dentre outras questões sociais, mas é máximo na economia para atender aos interesses do capital. A partir da segunda metade do século XX, Pós Segunda Guerra Mundial, esse cenário fica mais evidente. Como afirma Pereira (1999):

Tendência crescente de diversificação e complexidade do processo de organização da sociedade nas maneiras mais diversas possíveis, dos partidos políticos às entidades de classe, sindicatos, movimentos sociais, enfim, associações vinculadas a diversos interesses [...] correspondeu, de certa forma, ao movimento de expansão do Estado. [...] O processo de consolidação do Welfare State é, na verdade, também um processo de institucionalização de áreas de intervenção pública, como na saúde, habitação, saneamento, transportes, comunicação, entre outras, ocorrido no período posterior à Segunda Guerra Mundial (Pereira, 1999, p. 9).

As políticas públicas se caracterizam na relação do Estado com a sociedade civil no que se tange à distribuição de bens públicos, pois o Estado se apresenta como mediador dos conflitos da sociedade buscando regulamentar as relações entre os grupos conflitantes, além de articular e organizar a sociedade capitalista. De acordo com (Rua 1998):

A Política consiste num conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e domínio destinando à resolução pacífica dos

conflitos quanto a bens públicos na sociedade. As ações governamentais são institucionais e amparadas legalmente por projetos, programas, planos, metas e orçamento (Rua, 1998, p. 232).

Apartir do advento da Revolução Industrial o turismo se consolida como uma atividade econômica reguladora, período marcado pelo avanço dos meios de transportes, comunicações, conquista pelos trabalhadores de um tempo livre, este fator contribuiu para o avanço do setor turístico. Esse fenômeno ocorreu nos Estados Unidos, na década de 1950, berço da chamada indústria do turismo de massa.

Nos anos de 1986 figura-se na ascensão da entrada de turistas internacionais no Brasil, por sua vez, a Embratur dinamiza alguns programas de acesso, tais quais: o Passaporte Brasil, o Programa de Turismo para Deficientes, O clube da Terceira Idade, os Albergues da Juventude. No ano seguinte, a Embratur lança o Programa de ecoturismo. Os objetivos da Embratur são essencialmente econômicos e alguns voltados para as questões sociais; democratizar o acesso ao turismo nacional, reduzir as disparidades econômicas regionais, melhorar a distribuição de renda, aumentar os fluxos turísticos (Rodrigues, 1996).

Para Santos (2013) as Políticas Públicas de Turismo da Bahia na década de 1950 a 1970 foi criada o Plano Diretor que oferecia isenções para a construção de novos hotéis na cidade no intuito de estender o turismo para todo o estado. As ações do Governo Federal e Estadual foram voltadas para investimento do turismo em todo o país, ampliando a infraestrutura hoteleira. Vale salientar que, essas ações foram para promover o turismo no mercado interno, com o intuito de distribuir esta atividade em alguns municípios do interior baiano, os quais tinham potencial turístico. O Programa Caminhos da Bahia, tinha como estratégia apoiar o crescimento do turismo em cidades como Ilhéus, Porto Seguro corroborando a descentralização do Turismo, deslocando o foco da capital baiana.

A década de 1990, o foco governamental foi voltado para que a atividade turística fosse prioritária para a economia do estado, bem como a expansão da atividade em todo território nacional. O Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação da Bahia (Prodetur-BA) tinha o objetivo de ampliar e melhorar a infraestrutura básica nas áreas turísticas do Estado; estimular a iniciativa privada; viabilizar a melhoria dos serviços públicos; qualificação da mão de obra para o turismo; fomentar a atividade turística no mercado nacional e internacional. Já o Prodetur-NE reforçou a capacidade de expansão da indústria turística contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico, nas áreas de potencial turístico e com atividade para crescimento.

Em 1992 cria o PLANTUR - Plano Nacional do Turismo cujos objetivos são voltados para o setor público e privado, o primeiro, refere-se na oferta de produtos turísticos, geração de emprego, melhor divisão de distribuição de renda, proteção ao meio ambiente como patrimônio histórico-cultural. Já o segundo, voltado para subsídios, planejamento e à execução das suas atividades com articulação a outras instâncias governamentais, parcerias com empresas privadas e bancos internacionais.

Vale ressaltar que, no período de 1991 a 2004 houve investimento acima de 1 bilhão e meio de capital para ampliação das zonas turísticas. Todavia, os recursos não foram de forma igualitária para todas as zonas, foram em maior proporção para a Zona Turística da Baía de Todos os Santos, especialmente, a capital do estado. Os recursos foram destinados para a recuperação da igreja do Bomfim, Praça das artes do Centro Histórico de Salvador, Aeroporto e Praça da Sé. Sendo assim, percebe-se que, apesar do discurso governamental direcionar-se a descentralização da atividade turística, os investimentos governamentais e privados são mais acentuados na Baía de Todos os Santos e Costa do Descobrimento locais em que o turismo de massa está consolidado e com retorno do capital (Santos, 2013).

Os programas do PLANTUR são de natureza distintas, desarticulados com outros setores da economia, sendo eles: Polos Turísticos, Turismo interno, Formação de recursos humanos, Qualidade e produtividade do setor turístico, Ecoturismo, Mercosul, Marketing internacional. Vale destacar outros Programas como o GERCO - Gerenciamento costeiro de 1988, fundamental para o planejamento das atividades turísticas na região costeira, esse programa expressa preocupações de cunho ambientalista.

No final do governo de Itamar Franco são lançados documentos com importantes diretrizes para a política de turismo; Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, proposto pelo Ministério de Indústria, Comércio e Turismo (MICT) e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), esse documento tem o enfoque de valorizar o imenso potencial ecoturístico dos ecossistemas ainda preservados como Amazônia, Pantanal e Caatinga, apontando a caatinga e o sertão a ser valorizado (Rodrigues, 1996).

Pode-se destacar também o Programa Nacional de Municipalização do Turismo da Embratur com a proposta de descentralização da atividade turística mais voltada para a gestão territorial local privilegiando as comunidades envolvidas no processo. Já o Prodetur-NE tem como estratégia o fortalecimento do turismo internacional, financiados com capitais transnacionais com forte tendência à exclusão social das comunidades local.

O Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo do Nordeste (PRODETUR-NE) foi criado em abril de 1991, pela Portaria Conjunta nº 001, por iniciativa

da Sudene e apoiado pela Embratur, todavia, a concretização desse programa se deu pela Portaria Conjunta nº 002, em 16 de abril de 1993, assinado pelos ministros da Fazenda, da Indústria, Comércio e Turismo, da Aeronáutica, do Planejamento e da Integração Regional (Rodrigues, 1996). Vale salientar que esse programa como os demais espelha na política econômica dominante da época.

Por meio da crise de 1992 o turismo é apontado como a grande alternativa de recuperar a economia do país. Para a Embratur essa atividade econômica é preservadora do meio ambiente e de geração de fluxos turísticos significativos; de demandas de recuperação de ambientes degradados e de consciência preservacionista para a população. Além de criação de melhoria de infraestrutura, investimentos privados em hotelaria, gastronomia, artesanato, dentre outros serviços de suporte turístico, arrecadação de impostos e tributos federais, estaduais e municipais em benefícios à população local (Embratur, 1992).

Na prática observa-se que os municípios recebem incentivos e investimentos como terrenos públicos, isenção e redução de impostos para implantação de empreendimentos imobiliários. Todavia, o discurso de benefícios para a população local é uma falácia, a qual está sendo excluída dos espaços do turismo, das suas moradias, vendendo terrenos a qualquer preço para empresas do ramo turístico hoteleiro para atender aos interesses do capital turístico. Além disso, essa população arca com custo social muito elevado, indiscriminadamente aumento de impostos e taxas, cuja a manutenção e instalação de serviços como infraestrutura, urbanização, paisagismo, os quais a população local não usufrui, havendo uma nítida segregação socioespacial entre a população residente e temporária (Rodrigues, 1996).

O Prodetur-NE assim como outros setores da economia reproduzem o modelo neoliberal centrado no capitalismo hegemônico, o qual desconsidera as questões voltadas para a sociedade, sendo, portanto, excludente. Pois, como afirma Rodrigues (1996):

O turismo é gerador de renda e captador de divisas (...) a geração de renda não significa, necessariamente, distribuição de renda”, assim, o turismo revela grandes problemas sociais como pobreza e miséria, sendo, nocivamente, desestruturador, pois não valoriza os recursos naturais, culturais e históricos (Rodrigues 1996, p. 158).

O Prodetur-NE previam investimentos de U\$\$ 1, 267 bilhão de investimentos para os nove estados nordestinos e Minas Gerais, destinados para implementação de infraestrutura básica para a sustentação do turismo como: transportes, energia elétrica, saneamento básico, abastecimento de água e comunicação, essas áreas de concentração do turismo são denominadas de polos e corredores turísticos, sendo áreas de maior fragilidade ecológica que sofreram intervenção socioeconômica; dunares, manguezais, lagamares (Rodrigues, 1996).

Diante da apropriação de empresas em áreas litorâneas para construção de megaprojetos turísticos acarreta impactos irreversíveis no ecossistema.

Saravia (2006) argumenta que as políticas públicas podem ser entendidas como o fluxo de decisões e o conjunto de ações concretas realizadas pelo poder público para alcançar os resultados desejáveis das demandas de cunho social por meio de diversos instrumentos incluindo os planos setoriais. Essas políticas têm como objetivo de coordenar, planejar, legislar, regular promover e incentivar a inclusão social de modo que, seja participativa para atender aos interesses da sociedade. A complexidade é uma das principais características das sociedades contemporâneas que se expressa na diversidade e adversidade na constituição e relação de e entre os grupos sociais, quando tornam-se comuns os conflitos sociais (Rua, 1998). Assim, o autor define Políticas Públicas como:

[...] conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos. As políticas públicas caracterizam a relação do Estado com a sociedade civil no que se refere à distribuição de bens públicos na sociedade. Assim sendo, compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores [...] [tendo como] uma de suas características principais o fato de que são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público (Rua, 1998, p. 232).

Além disso, as políticas públicas são instrumentos utilizados pelo governo para validar seus programas e ações, no intuito de alcançar o desenvolvimento desejado. Não há consenso acerca do melhor conceito de política pública, mas seus diversos enfoques envolvem o governo como centro de ação, que utiliza a política e seus efeitos como instrumentos de intervenção e melhorias para a coletividade. Sendo assim, são instrumentos utilizados para garantir à sociedade direitos constitucionais, envolvendo decisão e ações estrategicamente selecionadas, que tem como objetivo atender a demanda da sociedade através da efetivação dos direitos de cidadania.

Para Saravia e Ferrarezi (2006) a Política Pública remete:

Sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos (Saravia e Ferrarezi, 2006, p. 29).

De acordo Cruz (2005), a Bahia tem uma longa história de organização e de investimento público no setor turismo, é um estado politicamente forte, apostou pesado na guerra fiscal acirrada nos anos 1990, além de ser o estado nordestino que estar mais próximo

dos grandes pólos emissores de turistas do país São Paulo e Rio de Janeiro, então a Bahia tem vantagens comparativas frente aos outros estados da federação que tornam o seu território mais atrativo/produtivo aos capitais nacional e internacional diante das redes de hotéis que estão por trás desses empreendimentos.

Assim, para Santos e Silveira (2001):

[...] do ponto de vista das empresas, o mais importante mesmo é a guerra que elas empreendem para fazer com que os lugares, isto é, os pontos onde desejam instalar-se ou permanecer, apresentem um conjunto de circunstâncias vantajosas do seu ponto de vista. Trata-se, na verdade, de uma busca de lugares “produtivos” (Santos e Silveira, 2001, p. 296).

Segundo Gaudenzi (2001 apud Souza *et al* 2016) o turismo no estado da Bahia, começou a se desenvolver na capital como atividade de interesse estratégico no meado do século XX, essa atividade era incipiente e de baixo desempenho econômico. Os primeiros passos no sentido de execução e desenvolvimento do turismo aconteceram a partir do Plano de Turismo do Recôncavo, em 1970, primeiro plano estadual de turismo (anterior ao plano do governo federal), realizado pelo Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo (CONDER). A Empresa de Turismo da Bahia – Bahiatursa, foi criada em 1968, instituída pela Lei nº 12.933, para planejamento, desenvolvimento, estímulo e disciplina do setor turístico. A Bahiatursa estava ligada à antiga Secretaria dos Assuntos Municipais e Serviços Urbanos; em 1971 passou a integrar a Secretaria da Indústria e Comércio (Bahia, 2011). Sendo assim, no que concerne ao turismo do litoral norte da Bahia Araujo (2009):

Pode-se, portanto, dizer que a história do turismo na faixa costeira da região está dividida em dois momentos: o primeiro, ainda em 1970, caracterizado pela expansão e generalização da prática turística voltada ao veraneio, atingindo as localidades costeiras de Abrantes, Arembepe, Jauá, Itacimirim e Praia do Forte; e o segundo, já em 1990, marcado pela concentração de investimentos na área de hotelaria, alcançando Imbassá, Diogo, Porto de Sauípe e, em menor intensidade, Massarandupió, Subaúma, Baixio, Barra do Itariri, Sítio do Conde, Poças, Siribinha, Costa Azul e Mangue Seco (Araujo, 2009. p. 112).

Nas últimas décadas os municípios do litoral norte tem vivenciado profundas transformações na sua estrutura sociocultural e econômica em virtude dos pequenos e grandes investimentos realizados pelos setores público e privado. Transformações estas que alteraram, completamente, a configuração regional e os modos de vida de seus habitantes, mediante a introdução de novas atividades produtivas, o processo de apropriação, concentração e

valorização de determinados espaços litorâneos e a redefinição das redes de relações externas e internas, com a intensificação dos fluxos de pessoas, informações e capital (Muricy, 2009).

Ainda de acordo com a autora supracitada a faixa oceânica do Litoral Norte emerge como um mercado atrativo aos investidores imobiliários que procuravam atrair turistas vindos das regiões Sul e Sudeste do país e de outros países, com a região sendo divulgada a partir de suas belezas naturais, o que mais tarde viria a ser nomeado de “turismo ecológico”. As áreas habitadas por comunidades tradicionais existentes na vila de Baixio têm passado por um processo de ocupação desordenada; carentes de infraestrutura básica.

Diante dos grandes investimentos imobiliários em Baixio, (Muricy, 2009) ressalta:

Um dos exemplos de investimento no setor ocorrerá na localidade de Baixio, litoral do município de Esplanada, que vai abrigar um grande projeto turístico denominado Plano Grande Baixio, com previsão de investimento de R\$ 13,6 bilhões ao longo dos próximos 40 anos. O projeto prevê a implantação de hotéis, residências turísticas e de serviços, três campos de golfe, áreas de serviços, esporte e lazer à beira mar, em uma área de 6,3 mil hectares, com aproximadamente 14 km de praia (Bahia, 2008 apud Muicy, 2009 p. 129).

A vila de Baixio recebe o primeiro condomínio Ponta do Inhambupe, um complexo residencial e comercial pertencente a investidores espanhóis do Grupo Prima Empreendimentos, complexo dotado de infraestrutura, já mais adentro do continente localizam-se o povoado de Palame e a vila de Baixio onde residem a população nativa, as quais são atraídas para trabalhar nesse empreendimento em outras atividades voltadas para o turismo e lazer.

Ademais, sofrem ainda influência direta dos impactos decorrentes da rodovia BA-099 - Linha Verde e, conseqüentemente, do crescimento da atividade turística. Além disso, as áreas cujos elementos de patrimônio histórico e a inexistência de estruturas sociais competitivas em relação até mesmo aos modos de produção tradicionais locais – como a agricultura e a pecuária extensiva – fazem das comunidades elementos bastante frágeis e vulneráveis à intensificação dos processos produtivos tradicionais e novos.

A transformação no tipo de turismo até então verificado na região – antes de pequeno porte (veraneio) para uma atividade de porte internacional – aparece como ameaça à sustentabilidade da área costeira da região – a qualidade da água, preservação das matas, conservação dos rios e a vegetação de mangue. Atualmente, com a implantação da cadeia de hotéis, promove uma alerta para as discussões em torno da preservação ambiental e conservação das culturas locais tornaram-se mais evidentes entre as pessoas pertencentes aos diferentes segmentos da sociedade, especialmente estudiosos e ambientalistas.

Nessa perspectiva, existem poucas diretrizes que visem a contribuir para o desenvolvimento endógeno – no sentido de valorização e superação dos problemas sociais a partir de alterações nas estruturas e processos econômicos, sociais, políticos e culturais nas localidades – e induzam a busca de políticas públicas que adotem medidas protecionistas para estas comunidades, de forma a manter o desenho urbano e a tipologia habitacional tradicional. Além da necessidade de implementar programas de saneamento básico, incentivos a programas de visitação turística, conservação do patrimônio e projetos voltados ao tombamento de sítios históricos.

Além disso, é importante ressaltar que a maior parte desse empreendimento turísticos e imobiliários está sendo implantado principalmente na faixa costeira de cerca de 5 km de largura a partir da linha de costa para o continente, onde estão localizados ecossistemas frágeis como zonas úmidas, dunas, terraços marinhos pleistocênicos e holocênicos, tornando a situação crítica para a conservação da biodiversidade no Litoral Norte (Muricy, 2009).

Diante de tantos empreendimentos sendo implantados e/ou previstos para a região é fundamental que seja assegurada a preservação dos principais remanescentes de Mata Atlântica e de ecossistemas costeiros a partir da criação de Unidades de Conservação (UC) de Proteção Integral ao longo do Litoral Norte, especialmente. A criação destas UCs teria por objetivo assegurar a preservação de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes espécies, habitats e ecossistemas, salvaguardando o patrimônio biológico existente, principalmente porque nos municípios de Conde e Baixo abrigam o maior conjunto de aves endêmicas e/ou ameaçadas de Mata Atlântica no Litoral Norte da Bahia. Assim, (Bencke *et al.*, 2006) argumenta:

As matas de Conde e Baixo englobam diversos remanescentes de mata semidecidual e ombrófila, destacando-se as matas do Bú e do Bonito. Em 1990, a mata do Bú foi indicada como o remanescente florestal mais importante, considerando critérios botânicos, do Litoral Norte da Bahia. Esta região abriga populações importantes do olho-de-fogo-rendado (*Pyriglena atra*), ave ameaçada de extinção, cuja área de ocorrência esta restrita à porção costeira entre o rio Paraguaçu, no Recôncavo, e Areia Branca, em Sergipe. Na mata do Bú foram registradas 79 espécies de aves entre as quais a *Pyriglena atra*, o anambé-de-asa-branca (*Xipholena atropurpurea*) e o periquito apuim-de-cauda-amarela (*Touit surdus*), todos ameaçados de extinção. Outras áreas florestais na região abrigam ainda os também ameaçados chauá (*Amazona rhodocorytha*) e araponga (*Procnias nudicollis*) (Bencke *et al.*, p. 192 e 193. 2006).

Além da necessidade da preservação dos ecossistemas na região também precisam ser preservados a forma de vida e os saberes das comunidades tradicionais pesqueiras do Litoral

Norte, garantindo-lhes dignidade, o acesso e a conservação dos ecossistemas fundamentais para o exercício de suas atividades extrativistas,

Vale ressaltar o terceiro momento da Nova Política de Turismo do Estado, no ano de 2005, o governo lançou o Programa Século XXI, o qual tinha como estratégia turística de 2003-2020 o desenvolvimento sustentável da atividade turística do Estado da Bahia. Nesse período foi criada a Superintendência de Investimentos de Polos Turísticos (SUINVEST) com macroestratégias para o Desenvolvimento do Turismo no Estado com estrutura pública; gestão municipal; educação para o turismo; interações de projetos sustentáveis e marketing. Essas ações concatenam os investimentos da zona turística da Baía de Todos os Santos, com privilégios dos espaços já consagrados pelo Turismo de massa, o maior e o mais importante destino (Santos, 2013).

O Litoral Norte possui um potencial para investimento turístico, o qual vem enfrentando nas últimas décadas grandes mudanças no espaço devido a implantação de grandes empreendimentos imobiliários hoteleiros. A síntese das Políticas Públicas de turismo na Bahia pode ser visualizada no (Quadro 2).

Quadro 2 – Espacialização das Políticas Públicas de Turismo na Bahia dos anos de 1950 a 2020 (continua).

Ano/ Período	Política de Turismo	Descrição/característica
50	Conselho Municipal de Turismo e Diretoria Municipal de Turismo	Criação da taxa de turismo para passagens vendidas para fora do estado.
1953	Plano Diretor do Turismo	Ação pioneira no país que oferecia isenções para a construção de novos hotéis na cidade.
60	Departamento de Turismo	Criar um plano para estimular o turismo no estado e gerenciar as estâncias hidrominerais.
1968	Implantação da Empresa de Turismo da Bahia (Bahiatursa)	Construir e ampliar hotéis e pousadas no estado.
70	Plano de Turismo do Recôncavo	Ações para dinamizar o turismo doméstico. Fomentar o processo de desconcentração produtiva para a economia brasileira. Ampliação e melhoria da infraestrutura hoteleira.
80	Estratégia de Turismo para o Estado	Promover o turismo no mercado externo na tentativa de disseminar esta atividade em alguns municípios do interior baiano que tinham potencial turístico.

Quadro 2 – Espacialização das Políticas Públicas de Turismo na Bahia dos anos de 1950 a 2020 (continuação).

80	Programas Caminhos da Bahia	Realizações de ações promocionais e a formação de recursos humanos/ apoiar crescimento em cidades: Porto Seguro, Ilhéus - descentralização do turismo para fora de Salvador/ Essa política era uma alternativa para dinamizar o turismo interno no Brasil que se encontrava em baixa devido à queda recorrente da crise econômica mundial.
90	Nova Política Nacional de Turismo do Governo Federal	Visava incentivar a atividade turística em todo território nacional/ Desenvolvimento do Turismo e seu equacionamento como fonte de renda nacional (DECRETO nº 448, 14 de fevereiro de 1992).
1991	PRODETUR - BA (Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia)	Consolidar o desenvolvimento do turismo e empreender a descentralização da atividade turística nas áreas com potencial turístico no estado/ Propósito de ampliar e melhorar a infraestrutura básica nas áreas turísticas do Estado, Estimular a iniciativa privada para o desenvolvimento dos equipamentos e serviços turísticos/ qualificar a mão de obra utilizada, fomentar a atividade turística no mercado nacional e internacional.
1994	PRODETUR - NORDESTE (Programa de Desenvolvimento Turístico para a Região Nordeste)	Reforçar a capacidade da região nordeste e manter e expandir sua crescente indústria turística contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico nas áreas com potencial turístico em com a atividade em crescimento/ Investimentos públicos (sistema viário e aeroviário, saneamento, energia, telecomunicações e recuperação do patrimônio histórico/ A dinamização de polos e corredores turístico na região como pressuposto a modernização das áreas turísticas, na tentativa de inserí-los no mercado global os fluxos turísticos.
1995	Secretaria de Cultura e Turismo	Administrar os projetos ligados à cultura e ao turismo no Estado e elaborar o planejamento do turismo assim como as ações do Prodetur-BA (gerenciamento das obras de infraestrutura) coordenando os órgãos estaduais envolvidos no programa como Embasa, Derba, Conder, IPAC, CRA, DDF.
1991	Prodetur-BA, Zonas turísticas	Costa dos Coqueiros, Baía de todos os Santos, Costa do Dendê, Costa do Cacau, Costa das Baleias, Chapada Diamantina.
2002	PRODETUR-NORDESTE II	Melhorar a qualidade de vida da população que reside nos polos turísticos situados nos estados participantes do programa/ Fortalecimento da capacidade municipal de gestão do turismo/ Planejamento estratégico, treinamento e infraestrutura para o planejamento estratégico, treinamento e infraestrutura para o crescimento do turismo/ Promoção de investimento do setor privado.

Quadro 2 – Espacialização das Políticas Públicas de Turismo na Bahia dos anos de 1950 a 2020 (conclusão).

2005	PRODETUR-NORDESTE - Polos Turísticos da Bahia	Litoral Sul (Costa do Dendê e Costa do Cacau), Descobrimento (Costa do Descobrimento e Costa das Baleias), Chapada Diamantina (Circuito da Chapada Norte, Circuito do Diamante e Circuito do Ouro), Salvador e entorno (Costa dos Coqueiros e Baía de Todos os Santos).
2005	Programa Século XXI	Consolidação do turismo - estratégia turística da Bahia 2003 - 2020, representa a 2 fase Prodetur-BA, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da atividade turística do Estado da Bahia. Para administrar as ações da nova política de turismo e encaminhar a segunda fase do Prodetur-BA foi criada a Superintendência de Investimentos em Polos Turísticos (Suinvest) vinculada à Secretaria de Cultura e Turismo).
2005	Programa SUINVEST	Contém cinco macroestratégias: Estrutura pública, Gestão municipal, Educação para o turismo, Integração, Marketing.
2005	Novas Zonas Turísticas	Caminho do Oeste/ Lagoa do São Francisco/ Vale do Jiquiriçá/ Caminhos do Sertão/Chapada Diamantina.
2009	Criação de Três Zonas Turísticas	Caminhos do Sudoeste/ Vale do São Francisco/ Lagos e Cânions do São Francisco.
2003-2020	Programas de Estratégias Turísticas da Bahia	Predomina concentração de investimentos na Zona Turística Baía de Todos os Santos, principalmente em Salvador.

Fonte: Santos (2013). Elaboração: autora da pesquisa, 2024.

### 3.2 - Ordenamento Territorial

As discussões que envolvem o ordenamento territorial no Brasil, de acordo com (Ruckert, 2005 e 2007), (Costa, 2005), (Moraes, 2005) e (Becker, 2005), contribuem para um entendimento de que a construção de uma Política de Ordenamento Territorial (PNOT) foi implantada em um cenário de mudança de sentido das políticas territoriais do Estado brasileiro, inseridas no contexto da globalização e da competitividade, assim como inserção sul-americana, reforma do Estado territorial e de incertezas de paradigmas de políticas públicas após a crise de Estado Desenvolvimentista. Desta forma, são consideradas recentes e complexas as discussões, conforme afirma Becker, (2005):

Campo relativamente novo de reflexão, sem conteúdo claramente definido, portanto, objeto de várias interpretações, é um conceito ainda em construção de caráter. É grande a variação de concepção quanto à sua natureza:

interdisciplinar e prospectiva, técnica de administração e política de planejamento (Becker, 2005, p. 30).

A construção da Política de Ordenamento Territorial ( PNOT ) no Brasil inicia-se após a promulgação da Constituição de 1988, que tem no artigo 21, inciso IX a afirmação de que a PNOT objetiva elaborar e executar planos nacionais e regionais de Ordenamento Territorial (OT) e de desenvolvimento econômico e social. Porém, somente quinze anos após a referida promulgação em 2003, o governo discute a Política de Ordenamento Territorial sendo um descompasso com as experiências internacionais do gênero (Ruckert, 2007).

A missão de promover a PNOT no Brasil está sob a responsabilidade do Ministério da Defesa e do Ministério da Integração, no entanto, faz parte da agenda dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, Ministério das Cidades e do Meio Ambiente. A aplicação do objetivo da PNOT busca o desenvolvimento socioeconômico equilibrado das regiões, melhoria da qualidade de vida, gestão responsável dos recursos naturais, a proteção ambiental e a utilização racional do território. Do ponto de vista dos agentes, podem-se considerar como os principais sujeitos territoriais, o Estado, a sociedade civil e os agentes privados. O impacto das ações destes atores ou agentes, incluídas as relações de dominação, determina os processos territoriais, que podem complementar-se, entrar em conflito e/ou anular-se.

O ordenamento territorial é formado por diversos agentes, considerado um sistema aberto e possui um movimento dialético, o qual representa a sociedade e busca organizar o uso do território. A necessidade de melhoria dos desequilíbrios regionais está na pauta da PNOT. Por ser um país de dimensão continental, e com características naturais e socioespaciais muito diferentes entre as regiões, os problemas carecem ser interpretados pelo Governo Federal com capacidade técnica adequada a obter um diagnóstico. Assim, Costa (2005) argumenta:

Indicar tendências e aferir demandas e potencialidades, de modo a compor o quadro no qual devem operar de forma articulada as políticas públicas setoriais, com vistas a realizar os objetivos estratégicos do governo (Costa, 2005, p. 55).

Dessa forma, ainda que existam afirmações um pouco contraditórias sobre o papel do Estado na organização do território e aqui apresentamos as de Moraes (2005) quando o autor relata que:

O grande agente da produção é o Estado, por meio de suas políticas territoriais. É ele o dotador dos grandes equipamentos e das infraestruturas, o construtor dos grandes sistemas de engenharia, o guardião do patrimônio natural e o gestor dos fundos territoriais. Por estas atuações o Estado é também o grande indutor da ocupação do território, um mediador essencial

no mundo moderno, das relações sociedade-espaco e sociedade-natureza. Tal qualidade ganha potência nos países (Moraes, 2005, p. 59).

Nessa perspectiva (Costa, 2005) evidencia:

Com o indiscutível fortalecimento dos estados e municípios nos últimos quinze anos decrescem consideravelmente o poder da União como indutor e o coordenador exclusivo das estratégias e políticas de alcance nacional. E isto não apenas porque faltam a ele os recursos materiais e financeiros de que dispunha no passado e que dele foram subtraídos no processo constituinte, mas especialmente porque nas atuais circunstâncias, o governo central carece de “reservas de poder” e de legitimidade política para auto-atribuir-se esse papel, fato que constitui, diga-se de passagem, um dos aspectos agudos da chamada “crise federativa”. Visto de outro modo, faltam também os instrumentos finos de identificação, de análise e de ação para assegurar padrões mínimos de eficácia quando desafiado a perscrutar os novos movimentos e circuitos capitalizados que se ocultam agora nas escalas espaciais sob o controle, a coordenação e as formas diversas de gestão dos entes federados subnacionais no exercício legítimo das suas recém-conquistadas autonomias (Costa, 2005, p. 3).

Não se pode estabelecer de acordo com as afirmações, que o Estado não seja indutor de desenvolvimento, pois mesmo que se considere a descentralização a partir da constituição de 1988, como uma prática voltada para atender a dinâmica da economia capitalista mundial, na época, orientada pela ideologia neoliberal, o Estado foi e é ordenador de planos de “desenvolvimento”. Segundo (Smith, 2000).

Deve se pensar o ordenamento territorial a partir dos desequilíbrios regionais e da descentralização política do território, nos remete a uma análise das idéias de escala, visto que uma compreensão de escala geográfica poderia nos proporcionar uma linguagem mais plausível da diferença espacial, além de que a construção da escala é um processo social, isto é, a escala é produzida na sociedade (Smith, 2000, p. 139).

O referido autor ainda enfatiza que uma exploração teórica da produção da escala pode contribuir com o entendimento da diferença espacial, situando ser necessário para tanto, esclarecimentos da linguagem de espaço. Quando discute diferentes escalas espaciais, (corpo, casa, comunidade, espaço urbano, região, nação e fronteiras globais) contribui com o entendimento do poder estatal e, apesar de considerar a escala do estado-nação “peculiarmente vulnerável da organização social”, afirma: O poder estatal não só está nas mãos de uma classe dominante minoritária, como, em geral, de homens, provavelmente de um determinado grupo racial, étnico ou religioso. Na medida em que esses interesses são sistematicamente incorporados ao tecido legal e ideológico do Estado, a exploração e a opressão.

Assim, se por um lado a Política Nacional de Ordenamento Territorial, é discutida em um cenário democrático, com descentralização política e econômica, é necessário alguns questionamentos sobre a própria condição sócio-espacial do país. Suas diferenças regionais, ambientais, étnicas, econômicas e outras, estão realmente inseridas nessa política? O Governo Federal é o principal ordenador ou apenas está representando as empresas globais nesta nova fase de organização do capital, na qual o Estado se apresenta como grande aliado? O acompanhamento aos planejamentos que dão suporte à PNOT podem contribuir para o esclarecimento desses questionamentos.

Apesar do tema ser constituído como relativamente novo, o conceito de ordenamento do território sofre mudanças de acordo com as alterações nas ações do Estado, diante as transformações emblemáticas de um mundo dinâmico. Nessa perspectiva Moraes (2005) ressalva:

[...] o ordenamento territorial diz respeito a uma visão macro do espaço, enfocando grandes conjuntos espaciais (biomas, macrorregiões, redes de cidades, etc.) e espaços de interesse estratégico ou usos especiais (zona de fronteira, unidades de conservação, reservas indígenas, instalações militares, etc.). Trata-se de uma escala de planejamento que aborda o território nacional em sua integridade, atentando para a densidade da ocupação, as redes instaladas e os sistemas de engenharia existentes (de transporte, comunicações, energia, etc.). Interessam a ele as grandes aglomerações populacionais (com suas demandas e impactos) e os fundos territoriais (com suas potencialidades e vulnerabilidades), numa visão de contiguidade que se sobrepõe a qualquer manifestação pontual no território (Moraes, 2005. p. 45).

O ordenamento do território atua como elemento de organização espacial do território a partir das ações do Estado, caracterizando-se como um conjunto de ações setoriais sistematizadas que visam promover o desenvolvimento do espaço. A compreensão acerca desse conceito requer o entendimento das multifaces do território, categoria de análise de estudo da geografia e de outras ciências sociais, entendido sob a gênese da complexidade, contradições, poder, conflitos e funcionalidade do uso e ocupação da terra (França, 2019).

O ordenamento territorial é um conceito amplo e que se aplica em diferentes maneiras, utilizando-se de três elementos: atividades humanas, o espaço que está localizado e o sistema que ambos se configuram. Na Geografia há vários autores que discutem esse conceito, em especial, Ratzel, Saquet, Haesbeart, Raffestin, dentre outros. Ordenar o território significa identificar, distribuir, organizar as atividades humanas de acordo ao conjunto de critérios, planos que regulam a atividade e assentamento sobre o território, no intuito de conseguir uma adequada relação do território, população, atividade serviço e infraestrutura. Esse ordenar

implica na proteção do espaço com políticas econômicas, sociais, culturais, ambientais de uma sociedade.

O ordenamento territorial é abrangente, interdisciplinar e transversal por perpassar todas as dimensões setoriais: econômica, política, social, ambiental e cultural, sendo uma disciplina científica, técnica administrativa e política com enfoque interdisciplinar e global que tem como objetivo o desenvolvimento equilibrado das regiões e a organização física do espaço. O ordenamento tem aplicação em todas as escalas espaciais, consolidado a uma política de planejamento físico que confere altos valores estruturantes do território, em todas as escalas geográficas local ao global.

No que se refere ao ordenamento da escala local, o município desse estudo corresponde a Lei Complementar nº 962 de 2021, dispõe sobre a revisão das normas de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo no município de Esplanada. Como no Artigo 1º refere-se a revisão das normas de ordenamento do uso e ocupação do solo definindo novas zonas e estabelecendo os parâmetros para o parcelamento, uso e ocupação do solo no município de Esplanada, em consonância com as disposições da Lei do Plano Diretor Urbano de 2008, que tem como principais objetivos:

Proteger as áreas com relevante interesse histórico e ambiental; Consolidar e priorizar as áreas adequadas à expansão e adensamento, seja por suas características geoambientais ou pelas condições das redes de infraestrutura e possibilidades de ampliação das mesmas; Dar atenção especial para as áreas com alta vulnerabilidade socioambiental, a fim de elevar a qualidade de vida da população em geral, garantindo o acesso ao direito ao solo urbano a todos, priorizando a urbanização das áreas menos favorecidas do Município; Dinamizar a atividade turística do Município, respeitando as limitações legais, incentivando a implantação de equipamentos públicos, privados ou em regime de parceria público-privada, com parâmetros diferenciados de uso e ocupação do solo; Consolidar a função do Município como centro urbano de apoio à produção primária regional, e desenvolver a função de centro urbano de apoio ao turismo ecológico; Preservar o meio ambiente; Orientar e valorizar os investimentos, públicos e privados, propiciando as condições básicas para o desenvolvimento econômico-social sustentável de Esplanada; Potencializar o desenvolvimento sustentável do município, através da promoção de atividades econômicas sustentáveis, bem como incentivos ao comércio e serviços locais, e estímulos à instalação de empresas e empreendimentos no Município, por meio de incentivos tributários e urbanísticos (Lei Complementar nº 962 de 2021, p. 3 e 4).

De acordo esta Lei o município de Esplanada fica dividido em três macrozonas: urbana, turística e rural, Por sua vez Baixio localiza-se na Macrozona Turística e dentro dessa

macrozona divide-se em zona de usos diversificados, zona de especial de interesse social, zona de comércio e serviços.

II. A Macrozona Turística da Orla Marítima corresponde à faixa litorânea do município, compreendida entre o curso do rio Subaúma, que representa trecho do limite entre os municípios de Entre Rios e Esplanada, o curso dos rios Inhambupe e do Bu, que representam o limite entre os municípios de Esplanada e Conde, a rodovia BA-099 e o Oceano Atlântico, reunindo um conjunto de elementos culturais, sociais e ambientais que a configuram como a zona de maior potencial turístico do território municipal (Lei Complementar nº 962 de 2021. p. 5).

No que se refere a Zona de usos diversificados:

Art. 21 - A Zona de Usos Diversificados (ZUD) corresponde a áreas interiores, localizadas em unidades ambientais que não impõem restrições rigorosas aos usos que nela possam se estabelecer, e situadas a oeste da Vila de Baixio, entre as áreas de expansão prioritária desta vila, a rodovia BA-400 e as zonas turísticas do município, configurando seu potencial de articulação entre diferentes setores do litoral de Esplanada e, conseqüentemente, de oferecer maior variedade de serviços, o que reforça sua vocação para usos diversificados (Lei Complementar nº 962 de 2021. p. 11).

Sobre a Zona especial de interesse social:

Art. 22 - A Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), instituto jurídico previsto no Estatuto da Cidade, Lei Federal Nº 10.257/2001, são áreas especialmente resguardadas para garantir a permanência e a implantação de ocupações voltadas a famílias de renda mais baixa, na faixa litorânea do município de Esplanada, envolvendo as localidades de Palame, Mata, Alto de Santana, e seu entorno, situadas sobre morros e platôs de baixa fragilidade ambiental à ocupação, permitindo a expansão da Vila de Palame e localidades circunvizinhas (Lei Complementar nº 962 de 2021. p. 12).

No que tange a zona de comércio e serviços:

Art. 23 - A Zona de Comércio e Serviços, localizada ao longo da rodovia BA-400, eixo viário que interliga as localidades litorâneas entre si e à rodovia BA-099, determina tratamento especial na definição de parâmetros reguladores de uso e ocupação do solo para os lotes lindeiros à BA-400. § 1º Os usos permitidos na ZCS são: residencial uni e plurifamiliar; usos mistos; comércio e serviços; institucional. § 2º Os parâmetros previstos para esta zona, incidem apenas em lotes lindeiros à rodovia BA-400, até uma profundidade máxima do lote de 100m (cem metros), medida a partir do seu limite com a via pública. § 3º Esta zona também se aplica a trechos da nova via arterial de ligação entre a Vila de Baixio e a rodovia BA-099, indicada no mapa de zoneamento constante do Anexo II desta Lei (Lei Complementar nº 962 de 2021. p. 12).

A Lei do ordenamento do território do município tem como princípios a proteção de áreas de vulnerabilidade socioambiental, além de áreas de interesse histórico, cultural devem

ser prioritariamente preservadas, no sentido de promover maior qualidade de vida para seus moradores e visitantes, bem como de reduzir os impactos ambientais decorrentes da ocupação e usos realizados.

O Plano Diretor é um instrumento máximo de ordenamento de uso do solo do município, as leis determinam todos os usos e zoneamento, do que é permitido fazer e do que não é em todas as esferas: política, urbana, territorial, ambiental e turística. Muitas das vezes o que está no programa e nos sites do governo não correspondem o que ocorre na prática, sendo uma dissonância entre o plano e a realidade no que tange o ordenamento e as leis, pois, muitas das vezes, os grupos minoritários não são contemplados.

Essas contradições são observadas nas praias - áreas que devem ser preservadas por existir uma lei que protege e assegurar esse ambiente, contudo, na prática é visto o contrário: praias sujas, completamente degradadas, sem fiscalização, sem monitoramento e sem recomposição do ecossistema.

O Plano Diretor ordena/assegura que, os múltiplos usos sejam cumpridos e preservados na cidade e nos subespaços (residencial, comercial, agrícola, implantação de infraestrutura e equipamentos), em que o ordenamento territorial vai implicar em todas essas questões. A infraestrutura urbana não é colocada de forma aleatória no espaço, pois deve ser pensada em termos de demanda, na melhoria da qualidade de vida da população, maior mobilidade e eficiência para o seu deslocamento entre o trabalho e a residência, melhor qualidade ambiental do ar.

O programa de ordenamento determina com base na lei do município os múltiplos usos, cuja finalidade é de assegurar que, esses diversos usos sejam cumpridos e preservados nos subespaços da cidade (residencial, comercial, agrícola, implantação de infraestrutura e equipamentos).

Dentre os agentes responsáveis pelo ordenamento territorial e a produção do espaço, o estado consolida-se no principal agente que cria, determina, executa e fiscaliza as leis, o qual detém o poder superior a todos os demais agentes. O Estado tem múltiplos papéis, atribuições, funções e ações em elaborar as políticas públicas, planos e programas de projetos, as infraestruturas básicas e urbanas. Assim, o Estado é um agente estrutural do ordenamento territorial que além de planejar também faz a gestão. Vale ressaltar que, o EIA/RIMA e o licenciamento ambiental são instrumentos da Política Nacional de meio ambiente, os quais contribuem para mitigar os impactos socioambientais.

O Planejamento turístico dá início ao processo de turistificação, que ocorre quando um espaço é apropriado pelo turismo, fazendo com que haja um direcionamento das atividades

para o atendimento dos que vem de fora, alterando a configuração em função de interesses mercadológicos. “As cidades turísticas representam uma nova e extraordinária forma de urbanização, porque elas são organizadas não para a produção, como o foram as cidades industriais, mas para o consumo de bens, serviços e paisagens.” (Luchiari, 1998 apud Oliveira 2006).

Este estudo reflete sobre a dinâmica de inclusão e exclusão de comunidades locais, no processo de planejamento e desenvolvimento da atividade turística, bem como a absorção, ou não de mão-de-obra local em empreendimentos turísticos. Entende-se que a possibilidade de inclusão no processo de turistificação decorre das condições históricas estruturais objetivas existentes em uma localidade, de cuja relação dialética resulta a configuração do espaço.

Os territórios considerados propícios ao desenvolvimento do turismo em decorrência de características físicas favoráveis, tais como a existência de praias, cachoeiras, rios, clima e vegetação que integram sua paisagem, provocam o interesse dos empreendedores para que instalem na localidade elementos da planta turística, como infraestrutura hoteleira, entre outros empreendimentos, com o objetivo de atrair e atender à demanda. Frequentemente, esse processo de turistificação resulta em uma dinâmica de exclusão da população local, por falta de capacitação que permita sua inclusão e possibilite a participação nas decisões tomadas.

#### **4 DINÂMICA LITORÂNEA E OCUPAÇÃO ECONÔMICA EM BAIXIO**

O Litoral Norte da Bahia possui um caráter singular devido à grande variedade de ecossistemas presentes, desde remanescentes de mata atlântica, à restinga, áreas de brejos, dunas, manguezais, cordões litorâneos e coqueirais (Jesus, 2017). De acordo a Zona Turística do município de Esplanada, segundo a Lei Complementar nº 962 de 2021 de ordenamento territorial corresponde ao:

Art. 16 - A Zona Turística (ZT) compreende áreas que abrigam a atividade turística tradicional, bem como áreas previstas para programas integrados de desenvolvimento turístico e aquelas cuja localização determina uma vocação turística, abrangendo áreas costeiras ao longo de todo o litoral do município de Esplanada, sendo a maior parte da zona formada por terraços marinhos baixos, com terrenos planos e arenosos, onde predominam coqueirais, e terraços marinhos altos, unidades físicoambientais passíveis de ocupação, com ocorrência de dunas, lagoas, rios e brejos. § 1º Os usos permitidos na ZT são: residencial uni e plurifamiliar; empreendimentos hoteleiros; pousadas; clubes de praia; comércio de conveniência; e equipamentos esportivos, como: quadra de vôlei de praia, campo de futebol e campo de golfe (Lei Complementar nº 962 de 2021. p. 10).

Os ecossistemas de Baixo são extremamente sensíveis e vulneráveis à ação socioeconômica, em que, nos últimos anos, empresas tem se instalado para construção de megaempreendimentos na busca de novos espaços de lazer, recreação, turismo e moradia, além de exploração de diversas unidades geoambientais tem provocado desequilíbrio irreversíveis no ambiente.

As unidades geoambientais apresentam características ambientais singulares e usos específicos que permitem sua individualização enquanto sistemas ambientais como mar litorâneo, praia, diversas lagoas, cachoeiras, nascentes, rios, cordão dunar, manguezais. Sendo assim, Pitombeira (2014) afirma:

A identificação e delimitação de unidades geoambientais são resultados da análise entre condições específicas de um dado ambiente. Essas condições, comuns num espaço, possibilitam a existência de relações mútuas, que se estabelecem entre parcelas que constituem o potencial ecológico e a exploração biológica do geoambiente (Pitombeira, 2014, p. 65).

As feições paisagísticas ocupam determinadas áreas da superfície e revelam características físicas e bióticas próprias diferenciando-se de outra unidade geoambiental vizinha, mantendo entre si interconexões mediante a troca de matéria e energia.

Segundo Pitombeira (2014) as praias são depósitos de sedimentos quaternários, comumente arenosos acumulados pela ação de ondas que apresentam mobilidade, ajustam-se às condições de marés e ondas, tem-se uma importante função de proteção do litoral, esse ambiente é considerado extremamente frágil e instável devido à alta vulnerabilidade à erosão. Diante dessas condições, as principais potencialidades de uso da faixa praial precisa ser de conservação, recreação e turismo controlado sem acarretar riscos para a dinâmica costeira (Figura 3). Assim, de acordo a Lei Complementar nº 962 de 2021 do zoneamento do território da orla marítima de Esplanada:

Art. 14 - A Zona de Orla Marítima (ZOM) delimita a faixa de praias ao longo de todo o litoral do município de Esplanada, e tem o objetivo de preservar a integridade deste território singular que possibilita a interface entre o ambiente marinho e o continental, representando elevada importância ecológica, além de configurar elemento fundamental para a atratividade turística, a segurança nacional e atividades tradicionais, como a pesca. § 1º Os usos permitidos na ZOM são: visitação, pesca artesanal e recreação. § 2º Nesta Zona, não são permitidos arruamentos, edificações definitivas, barracas de praia, nem quaisquer formas de utilização do solo, que impeçam ou dificultem o acesso público a qualquer de seus trechos ou ao mar, em qualquer direção ou sentido. § 3º A poligonal da ZOM possui largura de 60 (sessenta) metros contados a partir da linha de preamar, e equivale à faixa non aedificandi estabelecida pela Constituição do Estado a Bahia. § 4º Qualquer intervenção nesta Zona deverá ser de caráter reversível e de fácil remoção,

não podendo gerar efluentes ou ruídos, e observando-se as exigências de proteção contra a “fotopoliuição” decorrente das fontes de iluminação, conforme Portaria IBAMA nº 1.933/1990, Portaria IBAMA nº 11/1995, Lei Estadual nº 7.034/1997 e Resolução CONAMA nº 10/1996; sendo permitida a instalação de equipamentos de apoio ao turismo, a exemplo de: quiosque de apoio a banhistas, estruturado em madeira e outros materiais naturais; passarela e deck em pilotis de madeira para acesso à praia e contemplação; mesas e cadeiras removíveis. § 5º As intervenções previstas no parágrafo 4º devem ter dimensões máximas, de tal modo que não seja possível inscrever um círculo com diâmetro superior a 15 (quinze) metros, em qualquer trecho da intervenção; e não podem ocupar mais do que 5% (cinco por cento) da área circunscrita ao trecho da ZOM, contíguo ao lote originário da intervenção (Lei Complementar nº 962 de 2021. p. 8 e 9).



Figura 3 - Faixa de praia em Baixo, Esplanada-BA.  
Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2024.

Em relação as lagoas pode-se destacar Lagoa Azul, Verde, Mamucabo, Panela, as quais tem uma importância no uso recreativo e fonte de alimentação para a comunidade de pescadores e população, mas diante da privatização dessas lagoas, tem ocasionado mudanças no ecossistema. A lagoa azul como pode ser observada na (Figura 4) é o ecossistema turístico mais próximo da vila.



Figura 4 - Lagoa azul em Baixio, Esplanada-BA  
 Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2024.

Em diálogo com alguns moradores da vila, a dinâmica da lagoa foi alterada com a pressão desenfreada por passeios e visitas que a Prima executa com fins de comércio há mais de dez anos. Diante desse cenário, uma comerciante mensura:

O antigo administrador levava muita gente para a lagoa azul, parecia um piscinão de Ramos, a lagoa era muito mais bonita do que hoje, o céu refletia na água da lagoa e ficava um azul lindo, com a retirada do junco ela ficou com a coloração marrom, eles disseram que fizeram a retirada porque a lagoa estava ficando pequena e feia, daí como eles queriam vender os pacotes caros para os turistas visitarem, esse foi o meio que encontraram.

O que se observa em diálogos/relatos da comunidade; com a chegada da Prima Empreendimentos na vila de Baixio, as alterações na paisagem foram/são atribuídas para fins mercadológicos. Cabe mensurar também outra lagoa importante para a comunidade, lagoa Mamucabo fica às margens da praia. De acordo Agostinho (2000 apud Pitombeira 2014), as lagoas são amplamente reconhecidas pela sua importância na manutenção e integridade da biodiversidade regional, seja como criadouros naturais das espécies de importância comercial, ou como habitat, porém as espécies dependem da conservação e integridade das lagoas. No município há leis de uso e ocupação da terra para assegurar a preservação local, assim, de acordo ao PDDU de 2008, os ambientes naturais precisam ser preservados:

Quanto à Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano do Município de Esplanada, vale ressaltar que sua meta consiste na gestão integrada dos recursos naturais e do solo municipal, visando a preservação, recuperação e uso sustentável do meio ambiente da região Destina-se, pois, não só a estabelecer as utilizações

convenientes às diversas partes da cidade e a localizar em áreas adequadas as diferentes atividades urbanas que afetem a comunidade, mas também oferece instrumentos legais de política ambiental. Para tanto, classifica os usos e estabelece a sua conformidade com as respectivas zonas em que se divide o Município, visando a equilibrar e harmonizar o interesse geral da coletividade, a busca de gestão integrada dos recursos naturais e do solo municipal, com o direito individual de seus membros, no uso da propriedade particular, na localização e no exercício das atividades urbanas, e na utilização do domínio público (PDDU, 2008, p. 5).

Além da lagoa Azul e Mamucabo supracitadas há outras duas lagoas, Panela e Verde localizadas mais distantes da vila que possuem também importância ambiental e social, no entanto, moradores afirmam que, devem haver mais de dez lagoas menores que ainda não foram exploradas para fins mercadológicos, vale salientar que as lagoas estão sobre domínio privado, com exceção da lagoa Mamucabo (Figura 5), apesar de sua localização às margens da praia o acesso não é permitido frequentemente, sendo este também um dos passeios de buggy ofertados pela Prima Empreendimentos aos seus clientes, com custo que varia de R\$ 250,00 com permanência de duas horas no local, essa visita também pode ser realizada com os bugueiros locais que cobram valores mais acessíveis correspondente a R\$ 150,00, para visitação da lagoa depende do horário da maré. Assim, a moradora em tom de lamentação salienta:

Proibiram a nossa entrada na Lagoa Mamucabo, aquela lagoa que fica às margens da praia, com o discurso de proteção das tartarugas, tem placa de proibição do Projeto Tamar, com isso colocaram barreiras no acesso. Sendo que nós moradores da vila sabemos que a desova das tartarugas não são o ano todo, tem períodos específicos. Tenho medo de ficarmos apenas com a praça, do jeito que eles tem dinheiro comprar tudo.

No que se refere aos pacotes de passeios, o guia turístico afirma:

O pacote mais em conta que temos é para a lagoa azul, cerca de R\$ 200,00. O passeio mais caro é para a lagoa da panela custa em torno de R\$1.600,00, a locomoção é realizada por veículo 4x4, percebe que o público está mudando, antes o turista reclamava do passeio no valor de R\$ 160,00, hoje, temos clientes que querem ir sozinho em um carro que comporta 4 pessoas, mas ele que ir só para o passeio pagando R\$ 2.000. Então, quem frequenta esse lugar, quem nos procura já são outros clientes, ele solicita no pacote do passeio a qual bebida e petiscos quer consumir, a Prima fornece o collier específico para determinado cliente/turista, ele não precisa se preocupar com nada, a Prima oferece todos os serviços, pode vir com a roupa do corpo e nós disponibilizamos tudo do bom e melhor para atender os nossos clientes.

Então, o que se percebe nas falas do guia turístico da Prima é que o perfil dos turistas e visitantes possuem poder aquisitivo superior ao dos habitantes tradicionais o que revela mais contrastes sociais para a vila. Este movimento insere-se numa lógica de exploração de disputa pelo espaço dessas atividades provocando a degradação dos ecossistemas, a desestruturação sociocultural da comunidade local, pois com o avanço do turismo, Baixio vem ocupando um papel de destaque no conjunto de relações políticas e econômicas no estado.



Figura 5 - Lagoa Mamucabo às margens da praia de Baixio, Esplanada-BA  
Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2024.

O Rio Inhambupe detem valor ambiental e social para a comunidade, possui a montante no município de Barrocas e a jusante no mar de Baixio, limite entre os municípios de Esplanada e Conde. Nas últimas décadas, tem-se observado uma crescente perda das características e funções desempenhadas pelas planícies de inundação em função desmatamento, construções irregulares próximas aos rios o que tem provocado destruição e consequências diretas para a população e a comunidade pesqueira que dali retiram seu alimento. Sobre a proteção dos recursos hídricos a Lei Complementar nº 962 de 202 do ordenamento territorial de Esplanada consiste:

Art. 13 - A Zona de Proteção Rigorosa (ZPR) corresponde às áreas de preservação permanente relativas aos recursos hídricos, previstas no Código Florestal, abrangendo, portanto, a faixa de proteção das margens de rios, córregos e outros cursos de água, nascentes, lagoas, brejos e manguezais. § 1º Nesta zona não será permitido implantar nenhum tipo de edificação, nem realizar supressão de vegetação, salvo no caso de exceções previstas em lei (Lei Complementar nº 962 de 2021. p. 8).

A planície flúvio-marinha corresponde a determinada área de contato entre o rio Inhambupe e o mar. Para Pitombeira (2014) cuja área integra ambientes de forte dinâmica e de água e solos salinos que propiciam o desenvolvimento de vegetações características de manguezais e matas ciliares, minimizando o avanço das dunas sobre os cursos d' água, contribuindo para a manutenção da linha de costa (Figura 6).



Figura 6 - Foz do Rio Inhambupe, limite dos municípios de Esplanada e Conde  
Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2024.

O manguezal é um ecossistema costeiro de transição entre os ambientes terrestre e marinho típico de regiões tropicais e subtropicais (Figura 7). A vegetação de mangue ocorre, especialmente em áreas de influência fluviomarinha, às margens dos estuários, lagunas e enseadas, sua vegetação apresenta uma combinação de adaptações morfológicas, fisiológicas e reprodutivas comum, a qual permite desenvolver-se em ambientes instáveis e estressantes (Jesus, 2017). No que se refere a zona de reserva extrativista da Lei Complementar nº 962 de 2021 do ordenamento do território municipal:

Art. 15 - A Zona de Reservas Extrativistas (ZRE) abrange manguezais, bancos de areia, apicuns, restingas e cursos d' água integrantes do estuário do Rio Inhambupe, e corresponde a áreas utilizadas pelas populações tradicionais para pesca e extração de mariscos e matérias-primas para manufaturas de artesanato, que deverão ter acompanhamento e assistência técnica dos órgãos públicos competentes para sua utilização. § 1º Os usos permitidos na ZRE são: § 1º Os usos permitidos na ZRE são: extrativismo monitorado de manguezais e pesca artesanal; extrativismo de piaçava e outros elementos naturais que sejam utilizados tradicionalmente por habitantes locais. § 2º As áreas onde historicamente são realizadas atividades

extrativistas por comunidades locais, devem ser preservadas no sentido da manutenção das condições ambientais que possibilitam a ocorrência da matéria-prima envolvida nesta atividade, assim como deve ser garantido o acesso a estas áreas, que poderá ser controlado, mediante termo de acordo e credenciamento das pessoas envolvidas na atividade extrativista. § 3º Nesta Zona, não são permitidos arruamentos, edificações definitivas, barracas de praia, nem quaisquer formas de utilização do solo, que impeçam ou dificultem o acesso público às margens do estuário do rio Inhambupe, especialmente nas áreas utilizadas em atividade extrativista tradicional. § 4º Qualquer intervenção nesta Zona deve ser de caráter reversível e de fácil remoção, não podendo gerar efluentes ou ruídos, sendo permitida a instalação de equipamentos de apoio à pesca, mariscagem e outras atividades extrativistas, a exemplo de: quiosque de apoio, estruturado em madeira e outros materiais naturais; passarela e deck em pilotis de madeira para acesso às margens do estuário do rio Inhambupe e a locais de guarda de embarcações; atracadouro de pequeno porte (Lei Complementar nº 962 de 2021. p. 9).



Figura 7 – Manguezais em Baixio, Esplanada-BA  
Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2024.

O litoral norte possui uma ampla diversidade de cobertura vegetal. Almeida Junior (2021) destaca-se a presença da Floresta Ombrófila Densa (Mata Atlântica), a vegetação de Restinga, tanto arbórea quanto arbustiva, que se adapta às condições adversas do ambiente costeiro, e a ocorrência da vegetação de Mata Ciliar associadas às margens de rios e cursos d'água. As plantas herbáceas presentes têm um papel importante na natureza, atuam principalmente como fixadoras de dunas (Figura 8), sendo também apontadas como indicadoras de qualidade do ambiente, uma vez que suas raízes são sensíveis e logo apresentam alterações em caso de estresse ambiental (Silva e Santos, 2023).



Figura 8 – Vegetação e dunas preservadas.  
Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2024.

O ambiente demonstra a necessidade de sustentabilidade ecológica em toda área o que traduz em proteção/conservação da natureza dos diversos recursos naturais que são extremamente sensíveis a ação socioeconômica. Pode-se também destacar a belíssima cachoeira dos Índios, dentre outras presentes no local (Figura 9).



Figura 9 - Cachoeira dos Índios  
Fonte: Blog Tripadvisor, 2018

Considerando que, o litoral norte é uma área de desenvolvimento cada vez maior do turismo e que provoca grandes impactos ambientais nos ecossistemas locais e mudanças no contexto socioeconômico da região, o Governo do Estado da Bahia decidiu, por meio do

Decreto nº 1.046 de 17 de março de 1992, criar a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte do Estado da Bahia – APA/LN (Bahia, 1992).

As áreas compreendem-se as planícies marinha e fluviomarinha e a porção dos tabuleiros dos municípios de Mata de São João, Entre Rios, Conde, Esplanada e Jandaíra, essa unidade de conservação objetivou, principalmente, promover o uso mais adequado do solo e a preservação das potencialidades paisagísticas da região (Jesus, 2017). O referido decreto da implantação dessa APA consistia em proporcionar o desenvolvimento de atividades socioeconômicas, segundo as exigências do desenvolvimento sustentável.

Essa região vem passando por um rápido crescimento econômico em decorrência do turismo, o que se faz necessário entender as mudanças que vêm ocorrendo na área em termos de uso e cobertura da terra, a fim de fornecer subsídios para as análises e avaliações de impactos socioambientais presentes, bem como auxiliar no planejamento e ordenamento sustentável diante dos diversos ecossistemas que seja em consonância do que prevê o PDDU, 2008:

A sustentabilidade compreende a distribuição equitativa de ônus e benefícios da utilização dos recursos naturais, a ampliação da conservação ambiental e maior racionalidade nas atividades econômicas para o bem-estar da população atual, das gerações futuras e para a justa distribuição das condições ambientais entre os moradores do município e da região (PDDU, 2008, p. 10).

Conforme o PDDU do município, a praia, a vila de Baixio, as lagoas, a cachoeira, os rios, os brejos, as nascentes são considerados patrimônios naturais em que:

A gestão integrada dos recursos ambientais, visa interligar e criar meios para atuação dos diversos agentes sociais, econômicos e institucionais envolvidos com a recuperação e preservação dos ecossistemas existentes, garantindo a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais locais (PDDU, 2008, p. 10).

Sendo assim, no que concerne ao PDDU, 2008, do Título II do Zoneamento Municipal, do artigo 8, o núcleo urbano de Baixio subdivide-se em três zonas:

- I - Zona Urbana Consolidada (ZUC) - correspondente à mancha urbana ocupada da vila de Baixio de uso misto, com residencial predominante;
- II - Zona de Expansão Prioritária (ZEP) - correspondente à área de expansão urbana da vila, cuja ocupação deverá observar sua fragilidade ambiental e paisagística;
- III - Zona Turística (ZT) - área da vila de expansão prioritariamente para atividades turísticas devido a sua privilegiada localização às margens da Barra do Rio Inhambupe e o mar, estando sua utilização limitada pelas áreas de preservação ambiental presentes na zona.

De acordo com o PDDU do município de Esplanada tem como objetivo promover um desenvolvimento sustentável do Município, fortalecendo suas características locais e regionais,

viabilizando o equilíbrio entre as principais atividades produtivas – em especial a agricultura, a pesca, o turismo e a atividade madeireira – e os recursos naturais e paisagísticos – em especial os sistemas hídricos, com ecossistemas associados de influência fluvial e flúvio-marinha, áreas de restingas sobre dunas e os fragmentos remanescentes de Mata Atlântica e ordenar o crescimento urbano do Município consolidando sua função de centro urbano de apoio às atividades agrícolas, extrativistas e de silvicultura desenvolvendo a indústria de transformação e o turismo ecológico (PDDU, 2008).

O acesso para Baixio pode ser feito pela BA 099 - rodovia de modernização do estado para atender o intenso fluxo de veículos que se deslocam para as praias do litoral norte da Bahia em busca de turismo e lazer, historicamente foi ocupada pelos ribeirinhos que viviam da pesca artesanal, da extração de coco, porém, tem-se apresentado fortemente descaracterizada, tornando-se um espaço direcionado à classe social detentora de grande poder aquisitivo.

Com o crescimento da atividade turística no litoral de Baixio é possível observar as contradições que permeiam o fenômeno turístico através de uma expressiva segregação socioespacial desencadeada pela especulação imobiliária, sendo observada as diferentes maneiras de desenvolver o turismo e como se manifestam em distintas formas de territorializar e organizar os espaços na vila. Assim, a Lei Complementar nº 962 de 2021 no que se refere a zona de urbanização e a zona de expansão de Baixio:

Art. 19 - A Zona de Urbanização Prioritária (ZUP) compreende toda a área urbana atual da Vila de Baixio, para a qual devem ser implementadas ações voltadas à implantação prioritária de infraestrutura urbana adequada e à efetiva aplicação do ordenamento dos usos e ocupações, com vistas a qualificar o ambiente urbano desta vila, tanto para seus moradores, bem como para seus visitantes. § 1º Os usos permitidos na ZUP são: residencial uni e plurifamiliar; usos mistos; comércio e serviços; institucional (Lei Complementar nº 962 de 2021. p. 11).

Art. 20 - A Zona de Expansão III (ZEP-III) representa as reservas prioritárias para a expansão de áreas urbanas, que correspondem a áreas ambientalmente propícias ao adensamento populacional, sendo previstas duas poligonais: uma na orla marítima, contíguas ou próximas à Vila de Baixio, sobre terraços marinhos baixos com coqueirais, e outra mais interna, sobre terraços marinhos altos. § 1º Os usos permitidos na ZEP-III são: residencial uni e plurifamiliar; empreendimentos hoteleiros e pousadas; clubes de praia; usos mistos; comércio e serviços; institucional (Lei Complementar nº 962 de 2021. p. 11).

O comércio na vila Baixio caracteriza-se como pequenos estabelecimentos comerciais que atendem à comunidade. Semanalmente, as sextas-feira, ocorre a feira livre que conta com

cinco barracas (Figura 10), em que são comercializados diversas frutas, legumes, verduras como manga, cajá, mamão, laranja, coco, abóbora, xuxu, tomate, cebola, dentre outros.



Figura 10 - Feira livre na vila Baixio, Esplanada-BA  
Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2024.

No ano de 2021, a Prefeitura Municipal de Esplanada permitiu a reestruturação de alguns ambientes sociais da vila, como a praça, igreja, quadra esportiva, orla marítima, as barracas customizadas com nomes das unidades geoambientais do local, o que pode ser observada nas figuras (11, 12, 13 e 14).



Figura 11 – Igreja São Francisco em Baixio, Esplanada-BA  
Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2024.



Figura 12 - Quadra esportiva São Francisco em Baixio, Esplanada-BA  
Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2024.



Figura 13 – Praça São Francisco em Baixio, Esplanada-BA  
Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2024.



Figura 14 - Barracas na orla de Baixio, Esplanada-BA  
Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2024.

A Praça é o ponto de encontro dos jovens nos finais de semanas, reúne também a população nos festejos como a festa do padroeiro São Francisco, arraiaá no São João, comemoração ao Dia das Mães, aos domingos é dia de assistir às missas e passear na orla, sendo a placa de Baixio um cartão postal para turistas e visitantes (Figura 15).



Figura 15 - Cartão Postal orla de Baixio, Esplanada-BA  
Fonte: Visita de campo em 2023.

Nos últimos anos, esta praia passou a ser local de residência definitiva e não apenas de fim de semana para alguns turistas. Com o processo de especulação tem resultado numa área de hotéis de luxo e condomínios fechados para atender a um público específico de turistas. Na

praia de Baixio há nítida segregação territorial em que é possível notar a separação entre o espaço das casas de veraneio e o espaço das casas dos moradores nativos.

#### **4.1 Atuação da Prima Empreendimentos Inovadores SA em Baixio**

A empresa Jurídica de Razão Social Prima Empreendimentos Inovadores SA, inscrita no CNPJ/ME, nº 07.713.194/0001-11, com sede na Rua Waldemar Falcão, nº 819, Edifício Prima, Horto Florestal, Candéal, Salvador – BA, CEP nº 40.296-710. Realizou sua abertura em 27/11/2005, de Inscrição Estadual isenta, possui um representante legal e três procuradores, além de dezenove acionistas, sendo dezoito constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ e uma constante Pessoa Física. Os sócios da Prima Empreendimentos são Medibras Empreendimentos Imobiliários LTDA, Kib Empreendimentos imobiliários LTDA, Patativa Participações LTDA, Inversora Serge SL, Inversiones Costex SL, IBR Invest SA, Domingo Grau AS, Grasolinho Participações LTDA, Anacã Participações LTDA, Optica Ruffo SL, Optica Del Penedes SL, Kingfisher Overseas Limited Sociedad Anonima, Novaseunim SL, Invermerca Empreendimentos Imobiliários LTDA, KS consultance SL, Dasa Import Export GMBH, Mare Internum Sociedad Limitade, Prima Empreendimentos Inovadores AS; e o acionista, pessoa física Cristobal Oliver Castañer, cabe salientar que, dentre esses acionistas, os marjoritários são Inversora Serge SL, com 16,72%, seguindo de Inversiones Costex SL com 13,99% e, a empresa que detém a menor porcentagem com 0,05% é Invermerca Empreendimentos Imobiliários LTDA (INEMA, 2024). Na perspectiva da atuação dos agentes sociais, nota-se consequências e conflitos diante de estratégias consagradas pelo capital turístico:

[...] consequência da ação dos agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade. Os agentes sociais da produção do espaço estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista. Esses agentes sociais materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído, seja da rede urbana, seja o espaço intrarurbano. Afirma-se que os processos sociais e agentes sociais são inseparáveis, elementos fundamentais da sociedade e de seu movimento (Corrêa, 2011, p.43-44).

Esplanada possui um total de 2.419 imóveis cadastrados no CEFIR - Relatório de Imóveis Rurais, somando uma área total de 26.397.598,0661 ha. De acordo com o CEFIR, a empresa Prima Empreendimento é proprietária da Fazenda Baixio – possui área correspondente

a 26.299.308,4600 ha, ou seja, a Prima Empreendimentos detém aproximadamente 99,63% das áreas cadastradas dos imóveis rurais do município (Tabela 1), (INEMA, 2024).

<b>Situação de Imóveis Rurais</b>	<b>Hectare (ha)</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Área total cadastrada	26.397.598,0661	0,33
Prima Empreendimentos	26.299.308,4600	99,67

Tabela 1- Espacialização de áreas de Imóveis do município de Esplanada.

Fonte: INEMA, 2024. Elaborado pela autora.

No estado da Bahia, sobretudo nos municípios eminentemente rurais, as elites agrárias locais têm sustentado e reafirmado essas estruturas. Assim, (Santos 2017):

A estrutura fundiária do espaço rural do Brasil é produto e condição das estruturas de poder que se estabeleceram no país desde o período colonial até os dias atuais, pois o principal meio de produção - a terra - e consequentemente de poder, esteve historicamente concentrado nas mãos das oligarquias em detrimento da grande maioria da população que sobrevive nesses espaços (Santos, 2017. p. 15).

Diante dessa complexidade, verifica-se em Baixio a concentração de terras no poder das grandes empresas imobiliárias de turismo. De acordo ao SIGEF – Sistema de Gestão Fundiária, a Beach Club Mamucabo detém a maior área de terra na faixa litorânea, um total de seis imóveis, os quais foram georreferenciados/certificados pelo INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e registrado no cartório de Imóveis em maio de 2023.

Vale salientar também que a fazenda Baixio Mar possui a segunda maior área de imóvel, registrada em cartório em fevereiro de 2019, seguindo da Fazenda Baixio Gleba-A, apesar dessa última possuir uma área de terra menor se comparada as duas fazendas supracitadas, esse proprietário possui três fazendas registradas no Cartório de Imóveis em maio de 2019. Em suma, esses três proprietários detêm, praticamente, toda área de terra às margens da praia de Baixio (Figura 16).

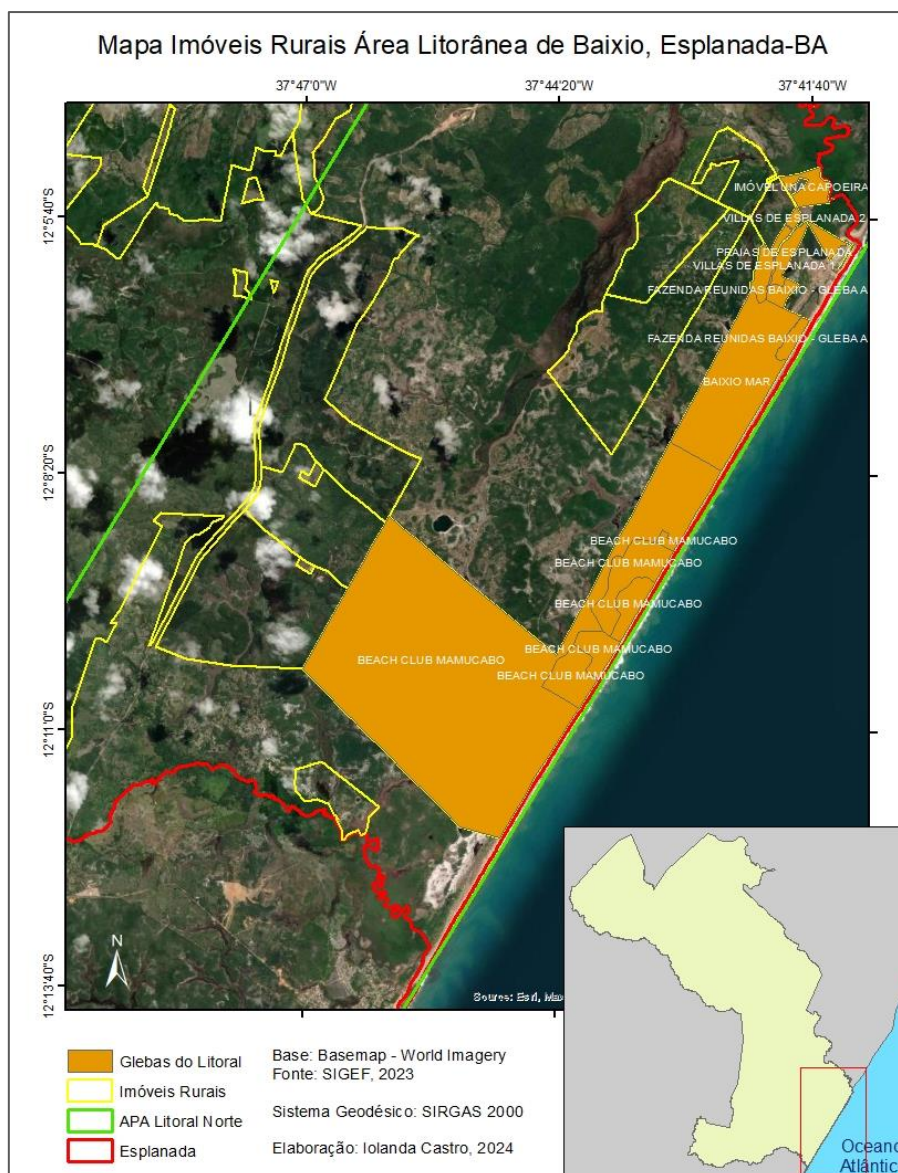


Figura 16 - Limites de imóveis de Esplanada, com enfoque para área litorânea de Baixo.

Os dados evidenciam que a Prima Empreendimentos comprou uma área muito grande, quase cem por cento das terras dos imóveis cadastrados. Por isso nota-se tantos empreendimentos no litoral de Baixo nos últimos anos e implementando novas construções. De acordo ao *site* da Revista Lets Go, 2021:

A Prima Empreendimentos Inovadores opera desde 2005, reconhecida nacional e internacionalmente e acredita em três pilares do empreendedorismo: o investimento no ser humano, na qualidade e na pontualidade da entrega. Com valores que prezam pela responsabilidade socioambiental, busca inovar e reviver a participação cidadã com respeito à história, geografia e cultura local fortalecendo as regiões com potencial (Revista Lets Go, 2021, p.1).

Além disso a Prima Empreendimentos incorpora-se com 16 anos de experiência voltada para o mercado turístico imobiliário, atuante com projetos de alto padrão na capital baiana, proprietária do hotel de luxo Fasano Salvador e está desenvolvendo o destino turístico e imobiliário em Baixio, no litoral norte da Bahia. Para o presidente Luciano Lopes a Prima construirá alguns outros hotéis em Baixio, a segunda unidade do Fasano e Mamucabo (Revista Hotéis, 2021).

No que se refere a Lei Complementar nº 962 de 2021 diante de instalações/construções de condomínio turístico em Baixio:

Art. 99 - O condomínio turístico é caracterizado por um conjunto de edificações e instalações cuja âncora principal é representada por equipamentos hoteleiros vinculados a outros usos e equipamentos, tais como: condomínio edilício residencial, unifamiliar ou plurifamiliar, equipamentos esportivos, equipamentos de lazer e entretenimento, áreas de comércio e serviços, centros de convivência, centros de conferências e convenções, equipamentos culturais, entre outros. § 1º A implantação de condomínios turísticos no município de Esplanada é permitido na Macrozona Turística da Orla Marítima, desde que sejam observados todos os requisitos urbanísticos e exigências desta Lei para a implantação de condomínios e edificações em lotes e glebas. § 2º Será obrigatória a aprovação simultânea do projeto de parcelamento e das edificações, em função da necessidade de análise e de estudos detalhados da repercussão do empreendimento sobre o meio ambiente. § 3º As glebas ou lotes deverão obedecer às dimensões e aos parâmetros urbanísticos estabelecidos no zoneamento, conforme indicado no Anexo I. § 4º Ficam definidas como áreas comuns: a circulação e os acessos privativos à via pública, as vias internas de circulação e acesso às unidades privativas, as áreas destinadas à recreação, lazer e a equipamentos e instalações (Lei Complementar nº 962 de 2021. p. 42).

Pela Lei do ordenamento do município sobre a aprovação de condomínio turístico:

Art. 101 - Para a aprovação do condomínio turístico se faz necessário previamente a elaboração de projeto arquitetônico e urbanístico, que deverá conter: I. Malha de coordenadas com a precisão compatível com a escala; II. Limites da área com relação aos terrenos vizinhos; III. Curvas de nível do terreno de metro a metro, pelo menos; IV. Situação da área em relação às vias públicas já existentes, contendo: eixos, ângulos, cotas de largura, distâncias, e indicação de meio-fio e alinhamentos; V. Localização de bosques, morros, dunas, cursos d'água, lagos, lagoas, açudes, áreas alagadiças ou sujeitas a inundações ou qualquer acidente geográfico, assim como as árvores existentes na área; VI. Vias de circulação; VII. Delimitação das quadras, com suas respectivas dimensões, áreas e identificação; VIII. Áreas verdes e institucionais; IX. Localização das áreas específicas para cada equipamento a ser implantado; X. Quadro de áreas especificando os seguintes quantitativos absolutos e percentuais: a. Área total do empreendimento; b. Área total de preservação permanente; c. Área do "lote", taxa de ocupação, índice de aproveitamento, taxa de permeabilidade e, gabaritos para cada equipamento a ser implantado; d. Área e preservação permanente em cada "lote", quando houver; e. Estimativa da área total a ser construída por cada equipamento; f. No caso dos hotéis, a estimativa de unidades de hotelaria a serem construídas por equipamento; g. No caso das residências unifamiliares e plurifamiliares a

estimativa do número total de unidades por cada tipo; h. População total no pico da ocupação; i. Densidade populacional por hectare. XI. Memorial descritivo do levantamento planialtimétrico devidamente assinado por profissional habilitado; XII. Aprovação de estudo ambiental junto ao órgão ambiental competente; XIII. Seções transversais das vias em escala horizontal de 1/1.000 (um por mil) e vertical de 1/100 (um por cem); XIV. Memorial descritivo do empreendimento. (Lei Complementar nº 962 de 2021, p. 42 e 43).

Em estudos de Gomes Sobrinho (2011), evidencia as fases/etapas dos empreendimentos nos municípios de Conde, Entre Rios e Esplanada (Figura 17). O que se verifica no mapa, no ano de 2021 o empreendimento Ponta de Inhambupe estava em fase de licenciamento.

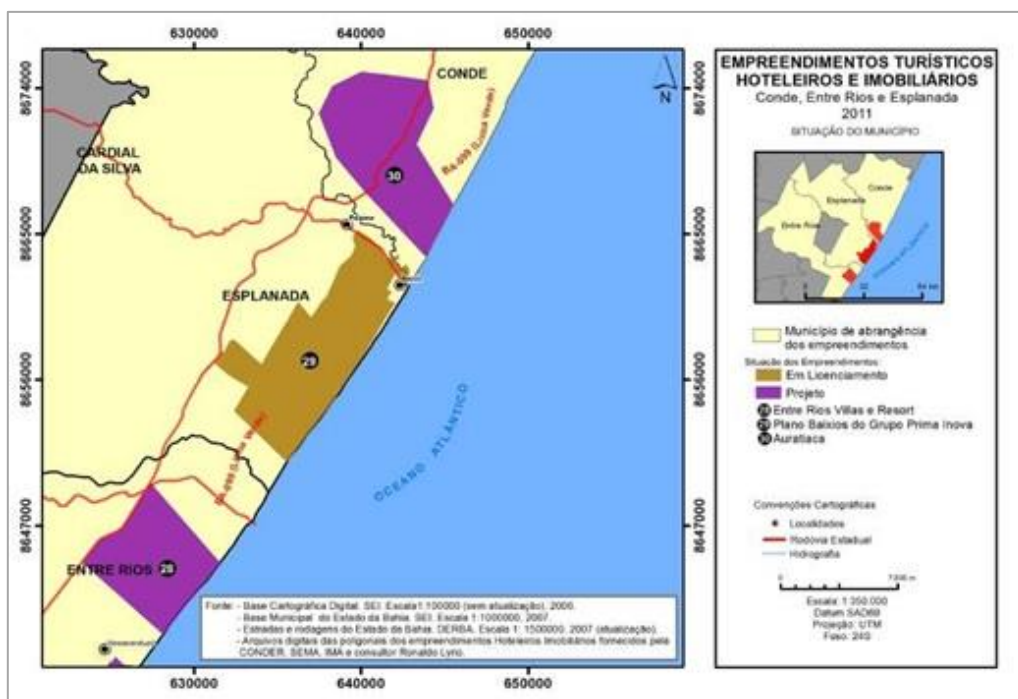


Figura 17 - Mapa Empreendimentos em fase de Licenciamento em Baixo

Porém, no contexto atual há dois empreendimentos Fasano Baixo e o Anantara Mamucabo, os quais se encontram em fase de licenciamento, segundo moradores:

Essa região irá avançar muito, está chegando dois megaempreendimentos, o Fasano e o Anantara Mamucabo, mas antes de construí-los irá construir primeiramente a pista de avião que será na estrada do corredor ecológico.

O guia turístico da Prima Empreendimentos salienta:

Tudo que sua visão alcançar e não alcançar é da Prima, eles são donos de tudo. Eles vão implantar dois grandes resorts o Anantara que será próximo a lagoa Mamucabo e o Fasano próximo ao Rio Bu, antes da implantação desses hotéis irá construir a pista de pouso.

O que se percebe nas falas é que esses empreendimentos são uma grande expectativa para a região, a comunidade e os comerciantes enfatizam que haverá a implantação desses dois grandes resorts de luxo depois da construção da pista de pouso, com isso eles acreditam que será uma boa oportunidade para trabalhar em algum desses empreendimentos. Assim, D. Cris, uma das bordadeiras mais antiga, enfatiza:

A Prima tem o Projeto Social Voar que oferta diversos cursos gratuitos para nós moradores da vila, como guia de turismo, curso de inglês, espanhol, atendimento ao público, camareira, serviços gerais, eles preparam a comunidade.

Assim, o guia turístico da Prima Empreendimento menciona:

O Projeto Voar da Prima Empreendimentos tem parceria com o Senai e o Senac o que proporciona diversos cursos gratuitos para a comunidade. Eles têm diversos projetos como mel de abelha, leite de coco, serviços para os turistas com passeios de canoagem, stand up, ciclismo com bicicletas motorizadas, trilhas, caminhada ao ar livre, passeios de de 4x4, oferecem diversos serviços.

O contexto das mudanças que se observa na área de estudo são marcadas por territorialidades, desigualdes e conflitos. Os grupos hoteleiros internacionais são caracterizados pela apropriação de extensas glebas de terras. O preço das terras é uma das principais vantagens que atraem os investidores estrangeiros para aquisição de terras para construção de megaempreendimentos turístico-hoteleiro e residencial no Litoral Norte da Bahia.

De acordo Gomes Sobrinho (2011) o preço das terras adquiridas em forma de grandes glebas são medidas em hectares (solo rural) que são transformadas em solo urbano mediante a implantação de infraestruturas e serviços. Essa transformação de solo rural em solo urbano oferece maiores possibilidades de uso e de parcelamento em lotes menores com índices urbanísticos mais vantajosos para os empreendimentos hoteleiros e imobiliários gerando maior rentabilidade para os investidores.

No *site* da Prima Empreendimentos são encontradas várias campanhas publicitárias que visam atrair turistas para Baixio, com *slogan* bastante convidativo como se pode verificar na (Figura 18).



Figura 18 – Campanhas da Prima Empreendimentos.  
 Fonte: Site Oficial da Prima Empreendimentos.

A prima empreendimento em Baixo conta com um hotel de luxo Boutique & Spa Ponta de Inhambupe by Slaviero Hotéis, além do condomínio residencial Ponta de Inhambupe e comercial. A construção do empreendimento começou no ano de 2017 e no ano de 2021 a obra já se encontrava em fase de adiantamento com construções de piscinas na frente das residências, como mostra na (Figura 19 e 20).



Figura 19 – Construção do Empreendimento Ponta de Inhambupe ano 2017.  
 Fonte: Site oficial Prima Empreendimentos.



Figura 20 - Primeira etapa do empreendimento Ponta de Inhambuê ano 2021.  
Fonte: Site oficial Prima Empreendimentos.

De acordo a Revista Lets Go, 2021 a Prima Empreendimentos estar trabalhando para tornar Baixio mais que um local do Litoral Norte, mais um destino com vários destinos, como explicitado no slogan no *site* da Prima empreendimentos e, também, em placas na chegada/entrada de Baixio. No final do ano de 2021 ocorreu a entrega da primeira fase do empreendimento, (Figura 21).



Figura 21 - Entrega da primeira etapa do condomínio Ponta de Inhambuê em Baixio, ano 2021. Fonte: Site oficial Prima Empreendimentos.

De acordo a Revista Let's Go Bahia:

Baixio é a maior área do Brasil com licença para o desenvolvimento de projetos turísticos e imobiliários. O empreendimento Ponta de Inhambuê conta com casas de praia e apartamentos, além de uma extensa área de lazer

entre outros espaços. O valor geral de vendas estimado da primeira etapa é de R\$ 70 milhões, e inclui 80 imóveis residenciais, com estrutura de lazer e clube privativo, e 29 unidades entre restaurantes, lojas e quiosques, além do Hotel Ponta de Inhambupe Boutique & SPA, com 29 quartos exclusivos. Assim, o diretor da Prima ressalta: “Estes projetos estão sendo desenvolvidos em constante alinhamento com o Governo do Estado, para garantir assim planejar e dotá-los de todas as infraestruturas necessárias para o desenvolvimento do destino” (Revista Lets Go Bahia, 2021).

Observa-se o desenvolvimento para área litorânea de Baixio junto aos governos estadual e municipal. Assim, o superintendente da Sudene, Danilo Cabral, e o presidente da Embratur, Marcelo Freixo em visita ao projeto da Prima Empreendimentos em 2024 apresentaram os instrumentos de ação da instituição para a área do turismo, como os incentivos fiscais e os fundos regionais, que oferecem crédito para o setor (Sudene, 2024).

É interesse da Sudene fortalecer esse polo turístico por todas as potencialidades apresentadas, pela capacidade de geração de emprego, renda e oportunidades para a região [...] o diretor do destino Baixio, Antonio Barretto Junior, e o diretor Executivo da Prima, Luciano Lopes, apresentam a infraestrutura do empreendimento, que receberá investimento total de R\$ 5 bilhões para consolidar Baixio como referência em alto padrão imobiliário e posicionar o destino no mercado turístico nacional e internacional (Sudene, 2024. p. 1).

Ainda para a Sudene, no que se refere a implantação de novos empreendimentos;

Também estiveram as lagunas de Baixio, uma área nobre de aproximadamente 3 mil hectares e 7 quilômetros de praia, onde serão construídos resorts de altíssimo luxo com bandeiras consagradas mundialmente: o Fasano Mamucabo, a Anantara Mamucabo, além de um terceiro resort cuja marca está em negociação. Todos terão Branded Residences incorporadas. As lagunas de Baixio também abrigará um aeródromo com capacidade para receber aviões de grande porte, o parque ecológico Timbah, um heliponto e o Beach Club Mamucabo. Durante a visita, o presidente da Embratur, Marcelo Freixo, teve a chance de explorar de perto a exuberante beleza natural de Baixio, visitando as três principais lagoas de águas cristalinas da propriedade (Sudene, 2024. p. 1).

A expectativa é que a partir da visita do presidente Marcelo Freixo poderemos estabelecer uma parceria estratégica de divulgação e marketing com a Embratur, introduzindo o destino Baixio no mercado turístico internacional. Não temos dúvidas de que nos próximos anos as lagunas de Baixio será a referência de alto luxo da Costa dos Coqueiros. Para Luciano Lopes, essa é uma oportunidade de destacar os investimentos implementados na região. “Nossos esforços estão direcionados para impulsionar Baixio internacionalmente. É fundamental destacar o papel crucial desempenhado pela Prima no desenvolvimento ordenado e aprimoramento do setor turístico. Nossa contribuição tem sido significativa para a economia como um todo,

gerando empregos, incrementando a receita tributária e promovendo a capacitação profissional (Sudene, 2024. p. 1).

Observa-se nas falas dos representantes do turismo o desenvolvimento da região com oportunidades de emprego e renda para a população de Baixo, porém de acordo (Rodrigues, 2015) qualquer projeto turístico precisa-se de estratégias para o desenvolvimento do turismo integral que seja ecologicamente sustentável. Precisa-se pensar o turismo para que a população local seja sujeitos do processo e não objetos de exploração dos espaços turísticos; além de análise mais profundas das áreas geográficas por se tratar de ecossistemas de grande vulnerabilidade ambiental; reconhecimento de núcleos de resistência culturais como comunidades pesqueiras, artesanais reforçando a luta de valorização da cultura local; apoio e incentivo a pesca e artesanato local como importante elemento de geração de renda; uso adequado dos recursos turísticos de maneira de valorizar e conservar o ambiente; organização de pequenas empresas turísticas geridas e acompanhadas por membro da comunidade local; implantação de equipamentos de lazer de iniciativa comunitária com pista de dança, teatros, cursos técnicos de capacitação, dentre outros.

Assim, os municípios devem preparar o desenvolvimento turístico incentivando os projetos locais que assegure o uso do solo por meio de um zoneamento rígido, sendo necessário para conservar e salvaguardar o meio ambiente e as comunidades locais.

#### **4.2 Baixo pontos de atração turística**

Baixo se destaca pela variedade de cenários naturais, formados por lagoas, rios, nascentes, dunas, praia, manguezais, cachoeiras, além de um rico artesanato, pousadas e restaurantes.

Em 2022 a Prima Empreendimentos anunciou seu plano de expansão e investimento em Baixo no litoral norte da Bahia, para tanto serão construídos três novos resorts de alto padrão com um investimento de mais de R\$ 3,2 bilhões. O presidente da Prima, Rubén Escartín, explicou que a intenção da empresa é transformar Baixo no maior centro turístico do estado, haja vista o maior investimento turístico e imobiliário do Brasil, dentro de um plano de desenvolvimento intensivo de seis anos (Sudene, 2024. p. 1). Recentemente anunciou o lançamento do Anantara Mamucabo – primeira propriedade hoteleira da marca de luxo Anantara da América do Sul, que será implantada na localidade. Assim, o diretor executivo Luciano Lopes ressalva:

Com o objetivo de fortalecer o turismo na Bahia, a Prima atua fortemente no mercado hoteleiro. Atualmente é proprietária do Hotel Fasano Salvador, na Praça Castro Alves; do Hotel Boutique & SPA Ponta de Inhambupe By Slavieiro e da Pousada Aldeola By Slavieiro, ambos em Baixo. Futuramente dará início às obras do Anantara Mamucabo, com previsão de entrega em 2026, e do Fasano, com finalização prevista para 2027 (Bahia Econômica, 2024).

Baixo possui vários encantos ecológicos como já supracitado, por sua vez a Prima Empreendimento tem estimulado diversos atrativos turísticos para atender aos visitantes e turistas que o complexo recebe com equipes de profissionais especializadas, o grupo Desbravadores da Prima Empreendimentos, compostos por guias-turísticos, promovem diversos passeios como trilhas, ciclismo, remar em caiaques e stand up paddle, andar de pedalinho, andar a cavalo, passeios de veículo 4x4, dentre outros, no intuito de estimular o turismo e conhecer, ou “desbravar” de toda área como os profissionais ressaltam:

Não resta dúvida que o Litoral Norte é uma das regiões favoritas quando se pensa em turismo na Bahia, e a localidade de Baixo, acerca de 120 km de Salvador, se tornou um queridinho para quem busca um cenário de sossego e belas paisagens naturais. Engana-se, porém, quem pensa que a região é apenas destino de descanso, pois o litoral de Esplanada - município do qual Baixo faz parte - começa a despontar como rota de negócios. (<https://g1.globo.com/ba/bahia/especial-publicitario/prima-empreendimentos>).

Assim, verifica-se em diversas revistas e sites de propagandas campanhas informativas do avanço do turismo em Baixo como no site do G1 no ano de 2018, (Figura 22).

The image shows a screenshot of a G1 advertisement. At the top left is the G1 logo. To its right, in a red banner, is the text 'PRIMA NA BAHIA'. Below this, in a yellow box, is 'ESPECIAL PUBLICITÁRIO'. The main headline reads 'Baixo é um dos destinos turísticos mais procurados da Bahia'. Underneath is a short paragraph: 'Povoado, situado no litoral norte, atrai turistas aventureiros e amantes da calma e tranquilidade que a natureza reserva'. At the bottom left is the Prima logo, followed by the text 'Por Prima Empreendimentos' and '14/12/2018 15h18 · Atualizado há 5 anos'.

Figura 22 - Campanha Publicitária da Prima Empreendimentos em 2018 no G1.  
Fonte: G1 Bahia.

A gestora de operação turística Cláudia Simões da Prima Empreendimentos salienta sobre os diversos ecossistemas presentes na região como lugares obrigatórios de visitaçã

As águas cristalinas das lagoas de Baixio são convidativas para os turistas e visitantes, formadas por 14 nascentes espalhadas pela região enfeitam o cenário natural. Cláudia simões, gestora de Operações Turísticas de Baixio enaltece: “Algumas paradas são obrigatórias no roteiro de quem visita Baixio: os encontros do rio com o mar na Foz do Mamucabo e Ponta de Inhambupe, visita às Lagoas Verde, Azul e da Panela e também passeios especiais ao Mirante do Morro da Vista e ao Morro Dedo de Deus”. (<https://g1.globo.com/ba/bahia/especial-publicitario/prima-empresendimentos>).

A Prima oferece inumeros passeios; visitaçãõ as lagoas, ao meliponário, práticas de esportes, trilhas de bike, corridas, passeio de cavalo, canoagem, entre outros, dentre esses, há também a vista do Mirante, esse passeio é realizado por automóvel 4x4, sendo o ponto mais alto de Baixio, uma vista incrivelmente linda. Na imagem observa-se o limite dos municípios de Esplanada e Conde, foz do rio Inhambupe.

Em trabalhos de campo possibilitaram entender que a agricultura desenvolvida na região, a principail cultura encontradas na área praial é o coco-da-baía nos municípios de Esplanada e Conde, o primeiro para a produção de leite de coco, pertencente a Prima Empreendimentos e o último para produção de água de coco, da Fábrica Obrigado, do Conde (Figura 23).



Figura 23 - Vista do Mirante: plantil de coco-da-baía, limite entre os municípios de Esplanada e Conde. Fonte: Visita de campo, 2024.

O guia turístico da Prima Empreendimentos enaltece:

Tudo que a suas vistas alcançarem do lado direito é da Prima Empreendimentos. Ela é dona da foz do Inhambupe a Foz de Subaúma. Antigamente o produto comercializado de Baixio era o coco, saia mais de oito carretas por semana, o artesanato também era feito com coco, nós comercializávamos tudo de coco.

O que se observa nas falas dos moradores é o poder que a Prima tem sobre toda a região. Segundo o guia turístico da empresa ela demarca todos passeios com placas da Prima Empreendimento, a Vista do Mirante por exemplo é vendido como cenário, books, fotografias de casamento, para tanto a empresa disponibiliza produtos e equipamentos para realizar essa atividade para os casais (Figura 24).



Figura 24 - Demarcação dos passeios com placas da Prima Empreendimentos. Fonte: Visita de campo em 2024.

No que se refere as belezas cênicas de Baixio, a gestora de operações do turismo salienta;

O local se destaca pela variedade de cenários naturais, formados por lagoas, rios e dunas, ideais tanto para quem busca tranquilidade e contato com a natureza, quanto para quem deseja aventura e prática de esportes ao ar livre. O contato com a natureza é obrigatório com algumas atrações esportivas como o stand up paddle, mergulho com snorkel, canoagem, expedições off-roads e passeios ecológicos que podem ser feitos por trilhas ou por veículo com tração 4x4 (<https://g1.globo.com>).

No site Desbravadores, da Prima empreendimentos, apresenta a Websérie Desbravadores, o que mostra a experiência de pessoas apaixonadas por aventura, inseridas em

cenários paradisíacos que nunca conheceram antes, nesse caso, Baixio. Essa websérie mostra em 6 episódios a área de Baixio, como única e inesquecível no litoral norte baiano, que exhibe toda a sua beleza e esplendor em formato de paisagens paradisíacas e cheias de encanto com diversas atividades que são convidativas para os turistas. A Prima Empreendimentos oferece esses esportes para os seus clientes com diversos pacotes o ano todo (Figura 25).



Figura 25 – Propagandas de passeios da Prima empreendimentos. Fonte: Instagram da Prima

Essa empresa traz uma nova estratégia de consagração de turismo com diversos passeios, esportes radicais e serviços para atender público privilegiado. Segundo Pitombeira (2014) a movimentação econômica proporcionada pelo turismo ocorre concentração de lucros na atividade. Essas localidades ao receberem turistas, oferecem-lhe serviços e produtos disponíveis à venda e se beneficiam da atividade. Sendo assim, de acordo a Forbes (2018) o avanço da área litorânea de Baixio:

[...] passa no momento por um processo que promete transformar radicalmente aquele pedaço do litoral norte baiano. O local, que atualmente concentra menos de dez pousadas, abrigará uma série de condomínios de alto padrão, imóveis comerciais, resorts e um hotel da rede Fasano. A ideia é fazer frente a redutos vizinhos como a Praia do Forte e, mais ao Sul, Trancoso, ambos destinos de ricos e famosos de todo o Brasil (Forbes, 2018).

O litoral atrai grande número de visitantes durante o ano, os turistas buscam, a forma de lazer desejada, os quais movimentam a economia do estado isso porque a atividade turística cresce bastante em todo litoral norte da Bahia, em especial em Baixio que tem um plano milionário. De acordo a Forbes (2018):

O projeto para a região é tão ambicioso que a empresa responsável, a Prima Empreendimentos, o dividiu num plano de cinquenta anos. A primeira etapa está prevista para entrega em 2019, e consiste num condomínio com

apartamentos de dois e três quartos, além de casas com até 250 metros quadrados. São dimensões modestas perto das do terreno que o projeto pretende ocupar, que é de mais de 62 milhões de metros quadrados. Só a faixa de frente de praia tem 12,8 quilômetros de extensão (Forbes, 2018).

A Prima pretende trazer hotéis de outras bandeiras, ao todo, quinze estabelecimentos, com até 180 quartos e abrigar doze pousadas de até quarenta habitações cada uma. Estão previstas 8431 residências, dois campos de golf, 850 pontos comerciais e 867 moradias para funcionários. Ao todo, a área construída autorizada e de 11,2 milhões de metros quadrados. Segundo a empresa, os estudos de impacto ambiental, bem como as solicitações das licenças necessárias, consumiram cerca de cinco anos de trabalho e envolveram escritórios de arquitetura e engenharia nacionais e internacionais (Forbes, 2018).

Em falas o diretor da Prima Empreendimentos, Luciano Lopes enfatiza: “Tornar o Destino Baixo reconhecido internacionalmente como uma referência de turismo inteligente e sustentável é uma das metas da Prima”. Assim, ressalva:

Com o objetivo de fortalecer o turismo na Bahia, a Prima atua fortemente no mercado hoteleiro. Atualmente é proprietária do Hotel Fasano Salvador, na Praça Castro Alves; do Hotel Boutique & SPA Ponta de Inhambupe By Slavieiro e da Pousada Aldeola By Slavieiro, ambos em Baixo. Futuramente dará início às obras do Anantara Mamucabo, com previsão de entrega em 2026, e do Fasano previsto para 2027 (Bahia Econômica, 2024).

Diante de inúmeras construções previstas para essa área, o impacto ambiental e social será irreversível. Assim, no que se refere a Lei Complementar do ordenamento territorial sobre área de preservação refere-se:

Art. 24 - Fica definida, conforme Anexo I desta Lei, uma faixa de parâmetros condicionada à compensação ambiental, além da faixa básica dos parâmetros urbanísticos previstos para as zonas passíveis de ocupação, inseridas na Macrozona de Urbanização Turística da Orla Marítima, que poderá ser aplicada em parcelamentos com 40% (quarenta por cento), ou mais, da área total da gleba, destinados para fins de preservação da vegetação nativa, que não estejam incluídos em reserva legal ou em área de preservação permanente, previstas na Lei Nº 12.651/2012 – Código Florestal. § 1º A comprovação da área destinada à preservação da vegetação nativa, de que trata o caput deste artigo, deverá ser realizada mediante apresentação do registro da Cota de Reserva Ambiental – CRA, juntamente com planta georreferenciada, plotada em escala adequada, contendo: I. Poligonal da gleba a ser parcelada; II. Poligonal das áreas a serem ocupadas com edificação; III. Poligonal da área de CRA sobreposta à gleba; IV. Indicação das dimensões e da área das poligonais definidas nos incisos I a III. § 2º A CRA é regida pelo disposto no artigo 44º, da Lei Nº 12.651/2012 – Código Florestal. § 3º A comprovação de que trata o parágrafo 1º, também pode ser realizada mediante registro de transformação de reserva legal em área verde urbana, conforme artigo 29º desta Lei (Lei Complementar nº 962 de 2021. p. 12 e 13).

No artigo 24 da Lei Complementar de ordenamento do território mostra que 40% da gleba é destinado para fins de preservação da vegetação nativa, contudo diante dos megaempreendimentos previstos para a região no plano de 50 anos como mencionado pela Prima empreendimentos impactará na perda da biodiversidade, na supressão da vegetação nativa, alteração nos habitats, nos recursos hídricos e no cotidiano da população.

Dos empreendimentos previstos na área litorânea de Baixio, a marca de luxo Anantara com slogan no seu *site* principal “A vida é uma viagem”, teve início no ano de 2001, construindo a sua primeira propriedade de luxo no retiro histórico à beira-mar de Hua Hin, na Tailândia. A partir de então expandiu-se por todo o mundo para cidades cosmopolitas, ilhas exuberantes, areias do deserto, destinos históricos, praias inexploradas e destinos turísticos contemporâneos. O portfólio da marca abrange o Camboja, a China, a Indonésia, as Maldivas, Moçambique, Omã, Portugal, Qatar, Sri Lanka, Tailândia, Emirados Árabes Unidos, Vietname e a Zâmbia (anantara.com), esta anuncia seu primeiro hotel de luxo em Baixio (Figura 26 e 27). Assim, a marca já consagrada em vários lugares do mundo, com hotéis de luxo, de acordo com o site da vogue:

Anantara possui hotéis e resorts em várias partes do mundo, na Tailândia, Maldivas, China, Vietnã, Moçambique, Portugal, Espanha, Itália, entre outros países. A marca de hospitalidade de luxo Anantara desembarca pela primeira vez na América do Sul com a inauguração de um hotel no Brasil, em 2025. O Anantara Mamucabo Bahia Resort firma endereço em Baixio, um pequeno vilarejo com lagoas cristalinas e uma das maiores reservas de restinga protegidas do país localizado no litoral norte da Bahia (<https://vogue.globo.com>).



Figura 26 - Anúncio do resort de luxo Anantara Mamucabo Baixio Fonte: <https://bahiaeconomica.com.br>

As dinâmicas espaciais são apropriadas por uma lógica mercadológica e o uso do solo passa a ganhar destaque como uma mercadoria valiosa. Nesse contexto, Pereira e Pivoto (2019) argumentam sobre os espaços para especulações imobiliárias com a dominação e exploração dos mais variados espaços, territórios e lugares, conduzidos por agentes hegemônicos, detentores de poder, principalmente o poder público e a iniciativa privada. Assim, o Anantara, consolida-se como um mega empreendimento:

A propriedade terá 116 quartos, suítes e pool villas, com arquitetura e decoração de interiores assinadas pela Sidney Quintela Architecture + Urban Planning, com paisagismo de Alex Hanazaki. Entre as áreas comuns, bem integradas ao cenário natural, os hóspedes poderão contar com duas piscinas externas, um beach club e área de esportes aquáticos, um spa, um clube infantil, uma área para bebês e crianças pequenas, além de três restaurantes. No beach club, um restaurante e um bar servirão pratos da culinária regional da Bahia, enquanto o restaurante principal do hotel vai oferecer culinária contemporânea internacional e brasileira. Ainda na lista, um restaurante asiático na área central do resort promete vista para o Rio Mamucabo, que dá nome ao resort (<https://vogue.globo.com>).



Figura 27 - Anúncio do resort Anantara Mamucabo pelo site da marca Anantara. Fonte: Site oficial Anantara.

Assim, a marca Anantara anuncia, no seu site o novo empreendimento com as seguintes falas:

Em um trecho deserto da costa dourada no norte da Bahia, Brasil, o luxo náufrago aguarda em estilo eco-chique no novo Anantara. Deleite-se em vilas com piscina com telhado de palha e vista para o oceano agitado. Descanse nas piscinas com cascata com um coquetel na mão ou no clube de praia. Passeie pelas dunas de areia a cavalo, mergulhe nos impressionantes recifes próximos à costa e saia em busca de baleias jubarte e do horizonte. Situado entre uma exuberante floresta tropical e uma praia imaculada, o primeiro resort do Anantara nas Américas é um refúgio luxuoso para casais e famílias, com um

Spa Anantara, duas piscinas, uma variedade de instalações desportivas e de bem-estar e um clube infantil (<https://www.anantara.com>).

Então, diante da implementação do Anantara Mamucabo, Dillip Rajakarier, CEO da Minor Hotels, empresa matriz da Anantara Hotels, Resorts & Spas e CEO do Grupo Minor International, ressalta:

Estamos empolgados em anunciar o desenvolvimento deste futuro Anantara no Brasil, que representará a estreia da marca no continente sul-americano. É uma parte do mundo na qual temos desejado expandir a identidade Anantara, e este projeto emocionante representa a oportunidade perfeita (<https://vogue.globo.com>).

Nos *sites* de turismo há diversos anúncios da implantação do Hotel Anantara Mamucabo como um grande atrativo turístico no litoral norte da Bahia, em Baixio, todavia, cabe mencionar os impactos negativos decorrentes da construção de empreendimentos dessa magnitude por estar em ambientes extremamente frágeis/sensíveis em áreas de manguezais, restingas, dunas, mata atlântica, lagoas, rios. Além dos impactos negativos no meio ambiente há outras implicações. Nessa perspectiva, Gomes Sobrinho 2009 mensura:

[...] Como decorrência da implantação desses empreendimentos salienta-se ainda o parcelamento descontrolado do solo e invasões, especulação imobiliária, descaracterização da cultura e costumes tradicionais, intensificação dos fluxos movimentos migratórios, prostituição, tráfico de drogas e aumento do mercado de trabalho informal. Este tipo de ocupação do solo dificulta o acesso e o uso destes recursos naturais pelas populações locais que tradicionalmente utilizam estas áreas para o extrativismo, pesca e o lazer (Gomes Sobrinho, 2009. p. 114).

O turismo e o imobiliário no litoral norte são resultados de um novo arranjo espacial. Sabe-se que, os condomínios residenciais, os resorts, hotéis de luxo são uma estratégia utilizada pelo planejamento privado para conter a expansão das residências dos moradores locais, no sentido de não ocorrer a desvalorização e o crescimento desordenado dos padrões estabelecidos pelo capital . Neste contexto, Vasconcelos (2006) destaca:

[..] os que antes eram turistas e veranistas, são agora residentes permanentes que se apropriam do lugar como um reduto para sua tranquilidade e pouco se interessam pelo desenvolvimento da comunidade. O perfil dos novos habitantes é, geralmente, de estrangeiros, pessoas de outros estados, aposentados com poder aquisitivo superior ao dos habitantes tradicionais, revelando mais contrastes sociais para a comunidade. Esses últimos pouco têm contribuído para a comunidade, pois não trazem com eles investimentos que possam gerar trabalho, renda ou melhoria nas condições infraestruturais, que são os principais aspectos positivos (Vasconcelos, 2006. p. 46).

A reprodução desigual dos espaços, os condomínios fechados são criados para isolar os grupos privilegiados afasta-os das residências que não se enquadram no padrão social e estética burguesa. O litoral representa área de grande potencialidade turística e a intensificação do turismo de forma desordenada, aliada a aspectos sociais e ambientais negativos, tem contribuído para a descaracterização e empobrecimento destas comunidades.

Esse segmento turístico bastante praticado no litoral provoca sérios impactos sociais, culturais e ambientais. Apesar dessa prática não ser a única que exerce pressão sobre os ecossistemas, o turismo tem recebido atenção especial devido à sua rápida expansão, já que vem se apropriando e consumindo espaços cada vez maiores, provocando impactos negativos e irreversíveis nas paisagens, nas populações nativas e no meio ambiente (Dias, 1999 e Pintombeira, 2014).

### 4.3 O artesanato da vila de Baixio

A vila é habitada por pescadores, marisqueiras, artesãos, trabalhadores de serviços residenciais conhecidos como caseiros, pequenos comerciantes, empregados de restaurantes e barracas de praia. Alguns nativos tentam guardar um pouco de suas tradições e costumes, a exemplo da Casa dos Artesãos - casa de D. Cris, uma das antigas artesãs, em que sobrevive há mais de duas décadas nessa arte, na sua casa é o ambiente da produção das diversas peças artesanais (Figura 28) verifica-se tintas coloridas, tesouras, tecidos, madeiras, considerada pela mesma a mesa de produção artística, preservando um pouco da cultura e tradição local.

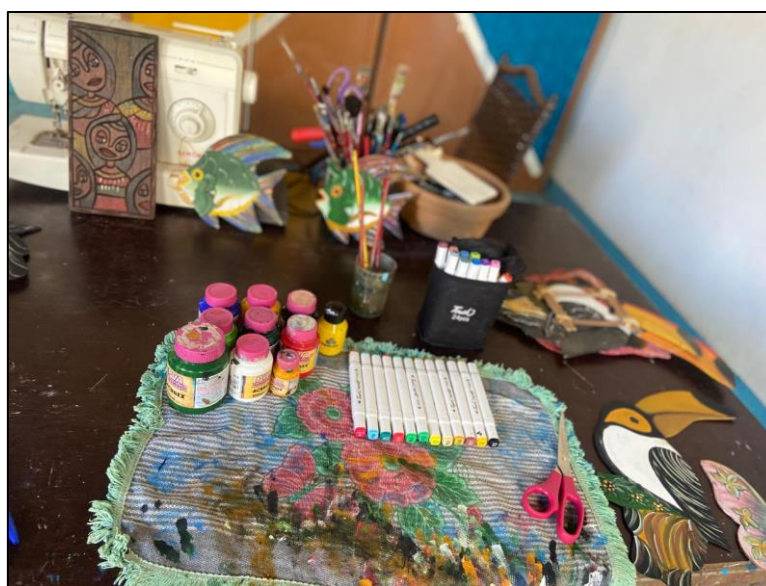


Figura 28 – Materiais para confecção de quadros e panos de pratos na casa do Artesão. Fonte: Visita de campo em 2024.

O artesanato local tem se sustentado pelo desenvolvimento do turismo, esta arte é feita por alguns artesãos da vila, muitos confeccionam as mercadorias em sua própria residência, sendo levada para a Associação do Artesanato para a venda, onde encontra-se quadros, colares de mesa, roupas customizadas, cestos de palhas, luminárias, o que vem sendo para muitos a única alternativa de trabalho (Figura 29).

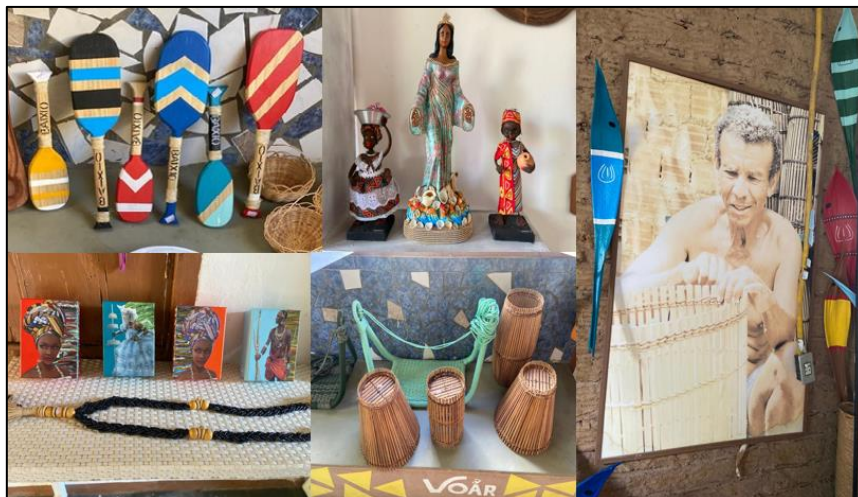


Figura 29 - Artesanatos dos artesãos locais na Casa do Artesão. Fonte: Visita de campo em 2024.  
Fonte: Visita de campo em 2024.

Esse ciclo de trabalho se processa da seguinte forma: produzem as mercadorias na baixa estação e vendem em maior quantidade na alta estação para os turistas. Sendo assim, D. Cris, diretora da associação salienta:

A antiga associação do artesanato foi criada no ano de 2008, com 32 pessoas, a atividade de trabalho era apenas com coco, por conta da fábrica de coco, confeccionávamos anéis, pulseiras, colares, luminárias. Com o passar dos anos foram construindo mais pousadas, hotéis e os artesãos foram embora para trabalhar porque viver de artesanato é muito difícil não tinha turistas para comprar, pois aqui na vila só tinha trabalho na oficina de coco e no artesanato, porém muitos não queriam trabalhar como artesão, inclusive as minhas filhas foram embora para trabalhar em outras coisas que não fossem de artesanato.

Em diálogo se há apoio da Prima Empreendimento na decoração dos ambientes do Hotel Ponta do Inhambupe e do centro comercial, da recepção da empresa, se os quadros e colares de mesa expostos eram de artesãos do local. D. Cris, mensura:

A Prima Empreendimento é o meu maior cliente, inclusive tenho um estande de amostras das peças dentro do centro comercial da Prima, todos os quadros e colares decorados em todas as áreas do resort, do hotel e da pousada deles são produções minhas. Já conheço a Sede da Prima em Salvador que também é decorada com os meus artesanatos. A Prima tem o Projeto Social Voar que oferta diversos cursos gratuitos para nós moradores da vila, como guia de

turismo, curso de inglês, espanhol, atendimento ao público, camareira, serviços gerais, eles preparam a comunidade.

Percebe-se que a diretora da Associação dos artesãos tem um bom relacionamento com os representantes da Prima, tanto que os preços dos seus objetos correspondem ao mesmo valor do estande dentro do centro comercial. Há na vila outro artesanato de grande destaque, o Artesanato das Marias, o qual já foi reportagem de diversos programas de televisão na Bahia, Band, Tv Bahia, os quais se apresentam em diversas feiras de artesanato do Brasil.

Com junção de duas tradições locais distintas - o cipó tramado e a piaçava trançada - criam produtos muito atrativos que apontaram para novas oportunidades de mercado. Atualmente, essas mulheres produzem cestos, luminárias, bolsas, carteiras, fruteiras, jogo americano, mandalas, dentre outros. O grupo de artesãs inovam suas peças com frequência e pela sua alternância nos bordados e trançados e por sua beleza, os Trançados das Marias já foram destaque em revistas de decoração de relevância nacional, como a Casa Claudia e Casa e Jardim (Figura 30).



Figura 30 - Confeção de Bolsas e Cestos pelo Trançados das Marias.  
Fonte: Artesol, 2023.

As artesãs que trabalham juntas desde a fundação do grupo, em 2017, tiveram projetos financiados com apoio da Companhia e Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa e assessoria do Serviço Brasileira de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae nos setores de design, gestão e vendas. Em mais de uma década de trabalho, a produção mudou a realidade das mulheres associadas, que através da renda gerada tiveram maior autonomia e puderam sonhar mais alto. Segundo Marluce, atual presidente da associação, com a renda do artesanato, sustentaram os filhos, cuidaram da casa, aprenderam que era possível construir um mundo mais justo e colorido (Artesol, 2023).

Além do artesanato a comunidade local vive da pescaria. Assim, a moradora menciona:

A distração dos meninos da vila é pescar, apesar de estar fechado o acesso com cerca, eles sabem o acesso, os peixes são divididos entre nós.

A labuta na maré (Figura 31) se apresenta como uma rede de sociabilidade e símbolos, marcada pelo sentimento de pertencimento do lugar, uma relação de alternância entre o seco e o molhado, separação entre a terra e o mar, entre o passado e o presente. Em atividades que me parecem ser reguladas, em grande medida, pelo regime das marés, pela lua, chuva e sol (Vieira, 2018).



Figura 31 - Pesca com rede no mar de Baixo. Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2024.

Em diálogo com a comunidade sobre os dias das feiras livres na vila e quando ocorre a pesca a moradora afirma:

As feiras são sexta e sábado, geralmente quinta no máximo até sexta precisamos estar com nossos peixes, camarões e mariscos para vender.

O material coletado é limpo e separado, uma parte é vendido em feiras livres na vila como também a venda é realizada pelo carro do peixe passando na porta, além dos feirantes venderem nas feiras das sedes dos municípios de Esplanada e Conde, outra parte da pesca e dos mariscos serve de alimento para suas famílias. Para (Vieira, 2018):

As marisqueiras desempenham papel importante no processo cultural e econômico, visto que sua atividade envolve relações de trabalho e resistência, perpetuando memórias transmitidas por gerações, marcando aspectos de luta pela sobrevivência. O que reforça o significado de lugar, responsável pela constituição de sentimento de pertença, criando as condições necessárias para

o desenvolvimento de atitudes efetivas de sensibilização e educação ambiental, auxiliares ao processo de preservação do ecossistema manguezal (Vieira, 2018, p. 46).

O turismo participativo vem sendo desenvolvido nas comunidades litorâneas porque necessita do envolvimento de todos, considerando os direitos e deveres individuais e coletivos, elaborando um processo de planejamento participativo, desde as tomadas de decisões até a execução das atividades turísticas, Alcântara (2003, p. 89) afirma que:

Algumas colônias de pescadores consideradas comunidades tradicionais, foram levadas a se transformar em núcleos receptores do turismo, algumas perdendo suas identidades e seus espaços, outras como forma de resistência participativa, optando por um turismo que oferece oportunidade aos nativos e a seus lugares.

A atividade pesqueira e de mariscagem é praticada há muitos séculos, exercida em sua maioria por indígenas, portugueses e africanos, o que faz da pesca e mariscagem uma herança histórica. Para efeito desse estudo, notamos que o ambiente é dominado pela presença feminina e de crianças e adolescentes na região do manguezal, já a pesca é praticada em sua maioria por homens. As atividades realizadas nos manguezais se mostraram exclusivamente de mulheres que cotidianamente fazem a coleta artesanal de crustáceos e moluscos em áreas de manguezais.

#### **4.4 análise do monitoramento do uso e cobertura da terra**

O mapeamento de uma determinada área consiste no levantamento de dados realizados numa série histórica em diferentes espaço-tempo. A importância em realizar uma análise multitemporal com enfoque no uso e cobertura da terra é um indicador para a compreensão das questões ambientais analisados em diferentes tempos, o que favorece analisar as mudanças nos padrões de uso, permitindo, uma espacialização/alteração ao longo dos anos (Figura 32).

Por meio dos mapeamentos realizados para análise espaço-temporal da cobertura e uso da terra na área litorânea de Baixio, foi possível identificar as principais alterações ocorridas, entre as duas últimas décadas, em termos de cobertura e uso da terra, bem como os fatores que contribuíram para essas modificações, até poucas décadas, o turismo no litoral de Baixio era habitado, predominantemente, por comunidades tradicionais.



Figura 32 - Análise multitemporal dos anos 2007, 2017 e 2023 da área litorânea de Baixo, Esplanada-BA. Fonte: Google Earth Pro, 2022.

Verifica-se na figura A, no ano de 2007 ainda não tinha uma ocupação socioeconômica tão expressiva, possuía poucas casas à beira mar, pois nesse período não havia realizado a implementação do Condomínio residencial e comercial e a atividade turística não era tão evidente, nessa época as praias mais visitadas eram a praia do Sítio do Conde e Barra do Itariri, ambas no município do Conde, o destino Baixo era desconhecido inclusive para os moradores de Esplanada.

Já nas figuras B e C, última década da pesquisa, anos 2016 e 2022, verifica-se a construção do empreendimento residencial e comercial Ponta do Inhambuê (Figura 33), na região observa mais construções residenciais, pousadas e pontos comerciais.



Figura 33 - Condomínio comercial e residencial Ponta do Inhambuê.  
Fonte: visita de campo em 2023.

Ao decorrer dos anos o turismo em Baixo tem avançado, perpassando do turismo da comunidade e dos povoados vizinhos, sendo, nos últimos anos, um lugar bastante visitado, principalmente, na alta estação, nos meses de dezembro a fevereiro, o qual vem sendo noticiado em alguns programas de televisão, como no Programa da Rede Globo, Tô de Férias, do Jornal do Meio-Dia, transmitido em rede nacional, bem como em jornais locais do estado da Bahia.

Nos estudos sobre análise ambiental o Sensoriamento Remoto oferece várias técnicas de se monitorar o uso e ocupação da terra, sendo assim o monitoramento é importante para compreender como constituiu e expandiu os diversos usos da área litorânea a partir da década de 1990. Para a classificação da área de estudos foram utilizadas as seguintes

Por meio dos dados da Plataforma MapBiomas, foi possível a realização do mapeamento numa série multitemporal de 1990-2022, por sua vez, a área de estudo apresentou variações significativas nas décadas analisadas.

De acordo os dados da Plataforma Mapbiomas nos anos 1990 a área urbana era bastante tímida como mostra na (Figura 34) se comparada às décadas seguintes da área analisada. Nessa época, as principais atividades econômicas da região era baseada na agricultura de subsistência coco, laranja, mandioca, na pesca de camarão, peixes, caranguejos, crustáceos e mariscos - fonte de renda para a comunidade local.

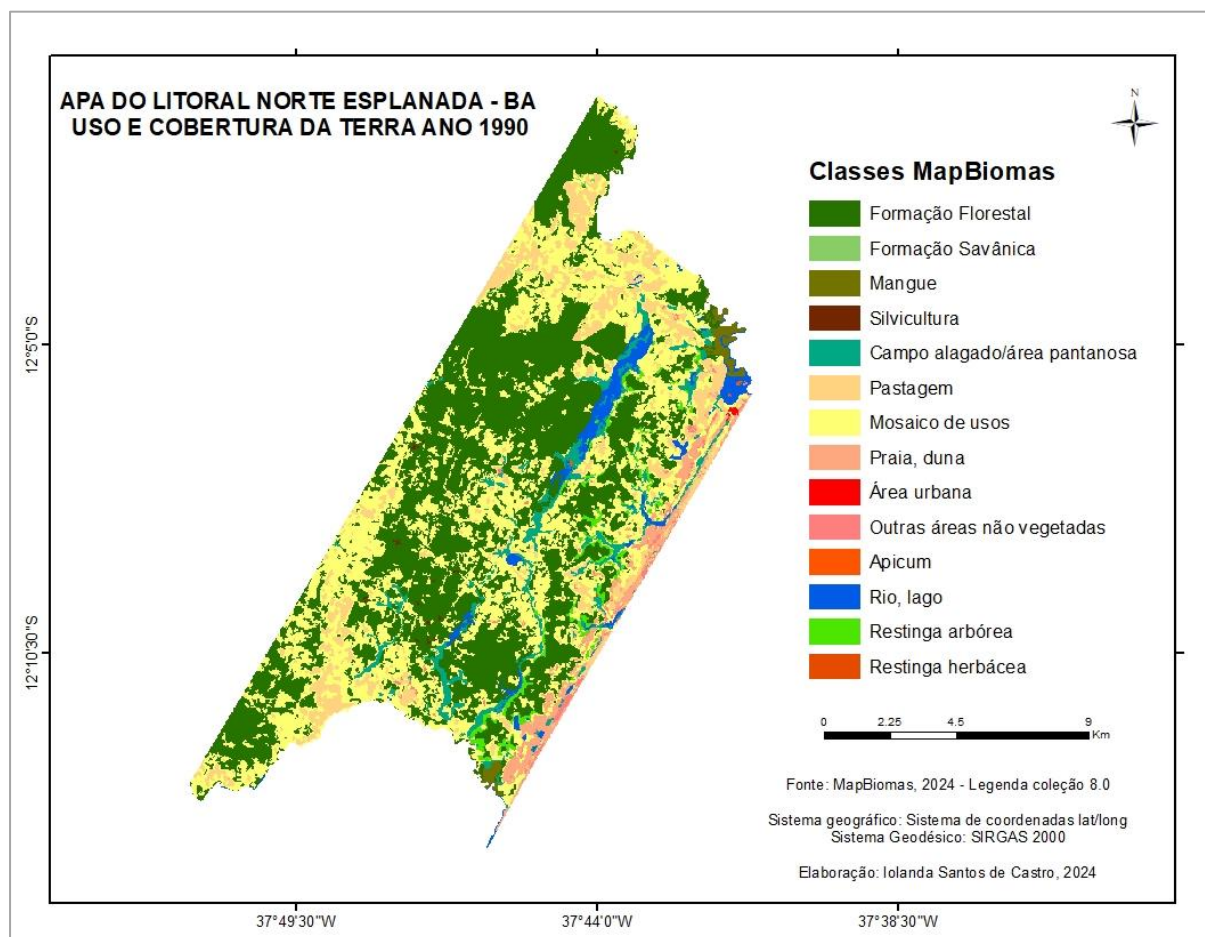


Figura 34 - Mapa de uso e cobertura da terra da APA de Esplanada do ano 1990.

Nas últimas décadas as motivações do grande capital de apelo natural vêm transformando as paisagens do Litoral Norte. Como já foi mencionado, o marco inicial dessa mudança foi à construção da BA-099, em que a partir desse evento as modificações são

alavancadas com maior rapidez e potência; a relação homem natureza até então em relativa harmonia começa a apresentar desequilíbrios. De acordo com Santos (2017) diante dessas transformações na região, foram tomadas medidas pelo poder público, visando mitigar os consequentes impactos.

Para tanto, foi criada através do decreto 1.046 de 17 de março de 1992 a Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (APA/LN), objetivando planejar, gerir e fiscalizar os usos executados nas paisagens que englobassem a unidade de conservação estadual (BAHIA, 1992), em que o escopo essencial dessa legislação era direcionar os usos de modo conservacionista nas paisagens litorâneas. Nos anos 2000 (Figura 35) começa a verificar no mapa manchas pontuais de silvicultura e área urbana na vila de Baixo, todavia nessa década ainda prevalece a formação vegetal e pastagem.

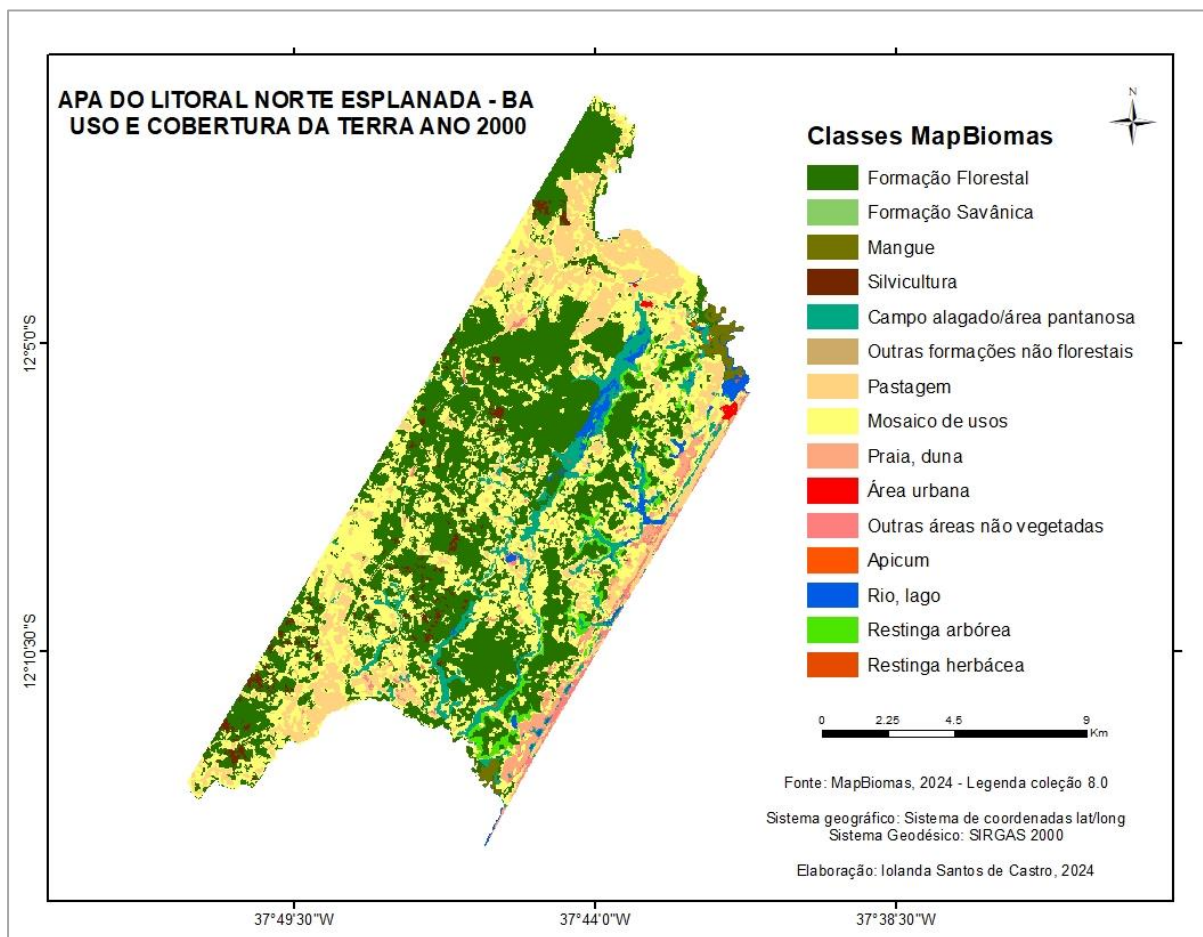


Figura 35 - Mapa de uso e cobertura da terra da APA de Esplanada do ano 2000.

A partir da década de 2010 (Figura 36) verifica-se que a área mapeada tem sido substituída pela monocultura de coco, laranja, mandioca, sendo a primeira muito comercializada na região desde a década de 1980 até anos 2000 para a silvicultura (pínus e eucalipto) e pecuária, haja vista a silvicultura nessa região ocupa áreas extensas. De acordo

Nunes e Matos (2017) com a criação do Distrito Florestal do litoral norte nas últimas décadas, a silvicultura foi fomentada com incentivos governamentais, e cresceu de forma acelerada, chegando a ultrapassar os limites previamente estabelecidos, ocupando cerca de 13% do Litoral Norte e Agreste Baiano. O município de Esplanada é um dos que possui maior concentração de maciços florestais, bem como os municípios de Inhambupe, Entre Rios e Alagoinhas.

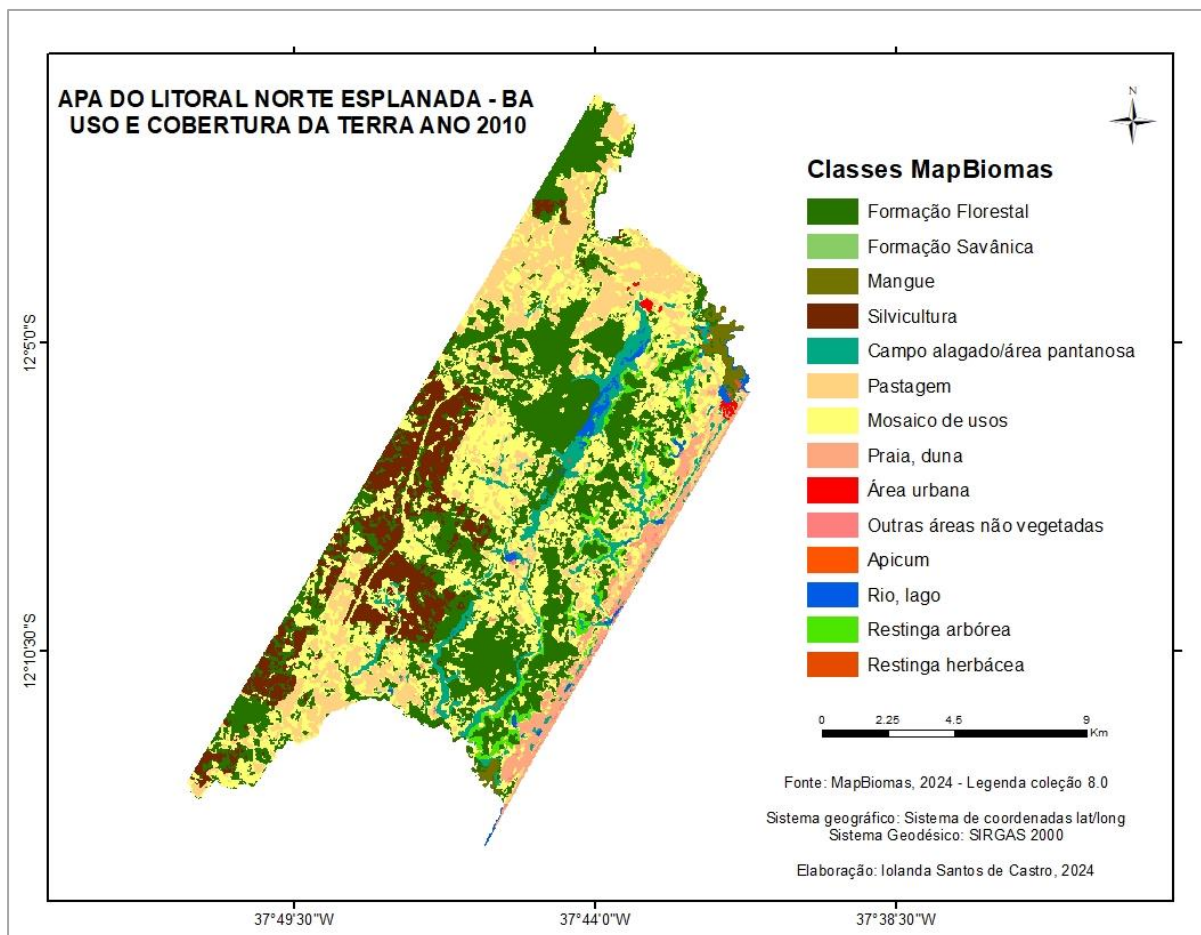


Figura 36 - Mapa de uso e cobertura da terra da APA de Esplanada do ano 2010

Observa-se no mapa que a partir da década de 2010 houve um avanço significativo da silvicultura, pastagem e da mancha urbana, mostrando a vila de Baixio e os povoados de Palame e Mata. Para Nunes e Matos (2017) desde as capitânicas hereditárias no século XVI, na história de ocupação das terras do litoral norte, as formações vegetais tiveram áreas reduzidas (Figura 37) devido a intensificação das atividades agropecuárias, incluindo desde a cultura de subsistência a silvicultura – presente em toda a região, uma prática que vêm se tornando cada vez mais frequente no litoral norte da Bahia, dada que a rentabilidade dessa é altamente lucrativa.

Todavia, as grandes florestas de eucalipto, é uma ameaça no ambiente, principalmente

para as que são cultivadas às beiras de córregos e nascentes de rios, pois o eucalipto necessita de grande quantidade de água para se desenvolver o que acarreta em consequências grave como baixar o nível de lençóis freáticos e secar nascentes (Cardoso *et. al.*, 2008; Viana, 2004), ademais, esse cultivo acaba ressecando o solo pela falta de água, pois, após o período de crescimento, corta a plantação e deixa o solo sem nutrientes e empobrecido, essa situação é agravada unicamente pelo setor produtivo que visa maior rentabilidade possível. No Gráfico 1 é possível observar a espacialização das classes.

As florestas de eucalipto apresentam um regime de monocultura, o que significa que não existe o cultivo de outras espécies de vegetais na mesma área, o que diminui a diversidade da floresta, além do mais impede que pequenos arbustos e gramíneas cresçam e se desenvolvam, os únicos animais que conseguem sobreviver nestas condições são as formigas e caturritas, desencadeando outra drástica consequência, a falta da diversidade da fauna (Cardoso *et. al.*, 2008; Viana, 2004).

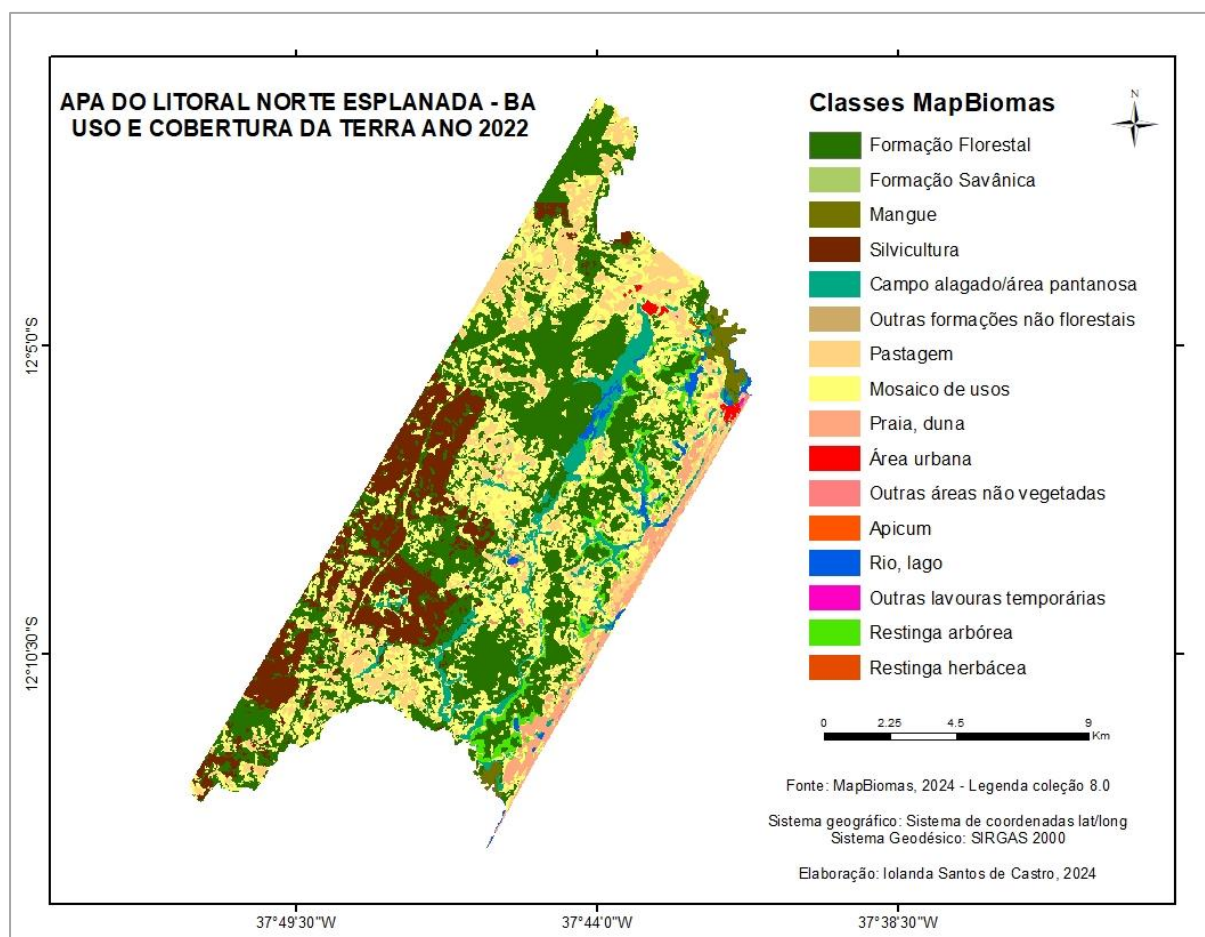


Figura 37 - Mapa de uso e cobertura da terra da APA de Esplanada do ano 2022.

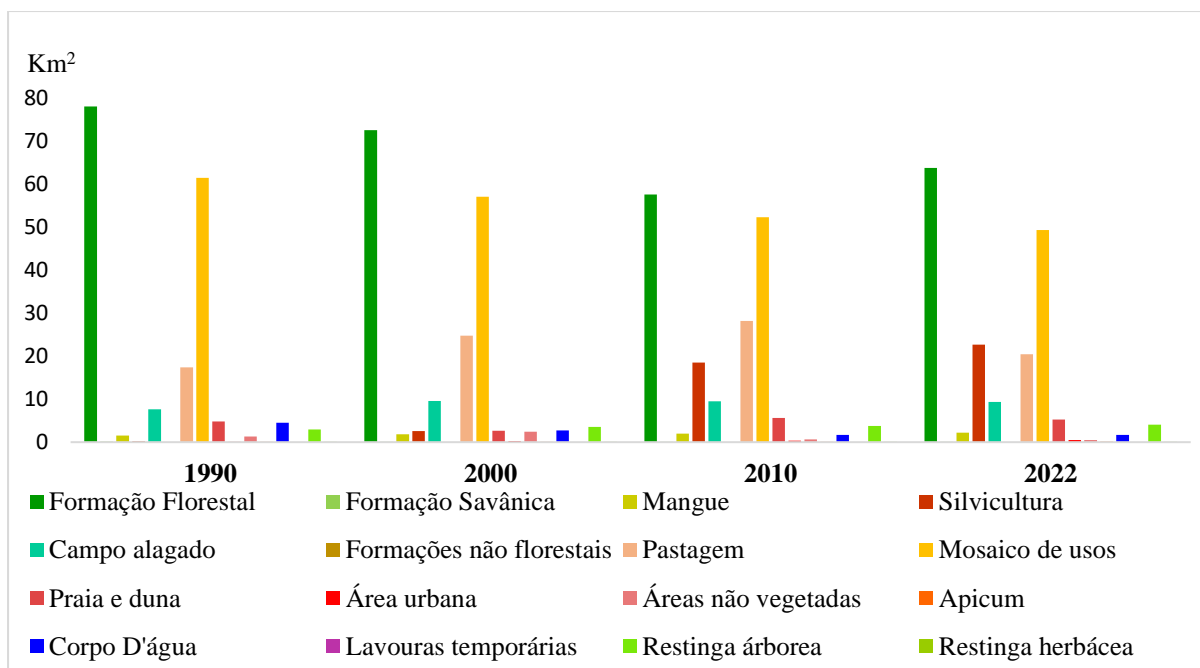


Gráfico 1 - Evolução de uso e cobertura da terra por km<sup>2</sup> de 1990-2022.

Observa-se com os dados uma perda por decênio na classe de mosaico de usos. No ano de 1990, correspondia, aproximadamente, a 61,4 km<sup>2</sup>, já no último ano da pesquisa cerca de 49,3 km<sup>2</sup>, essa perda ocorre para outras atividades econômicas como a silvicultura, área urbana, presentes na APA Esplanada, o que tem ocasionado ao ambiente a deterioração e degradação.

Essa região tem se consagrado como um vetor econômico a nível nacional e internacional do turismo – sobretudo de investidores espanhóis na região, como por exemplo o Grupo Prima Empreendimentos em que no ano de 2016 começou a construção do megaempreendimento residencial e comercial e está previsto mais três megaempreendimentos que já se encontram em fase de licenciamento, além de parque aquáticos, pista de aeródromo, helipontos, dentre outras construções. Assim, observa-se a APA de Esplanada, possui avanço do uso da terra nas três décadas analisadas, com classes destaque para silvicultura e mancha urbana.

O plantio de pinos (silvicultura) apresenta na área de estudo (Gráfico 2) avanço expressivo, nos trinta anos analisados. Em 1990 essa cultura correspondia apenas a 0,1 km<sup>2</sup>, ano 2000, 2,5 km<sup>2</sup>, ano 2010, 18,5 km<sup>2</sup>, ano 2022, 22,6 km<sup>2</sup>. Assim, pode ressaltar que, em apenas uma década de 2000-2010, o plantio teve aumento de 740%, se comparado a década antecedente o que possui consequências significativas para o entendimento da degradação ambiental da região.

A incorporação de espécies invasoras de eucaliptos costuma trazer prejuízos para os

sistemas ambientais em termos físico-naturais; esse tipo de cultura traz alguns malefícios como a redução da biodiversidade, alterações no balanço entre infiltração e escoamento superficial e menor incorporação de mão-de-obra (Cardoso e Pires, 2009; Santos, 2017).

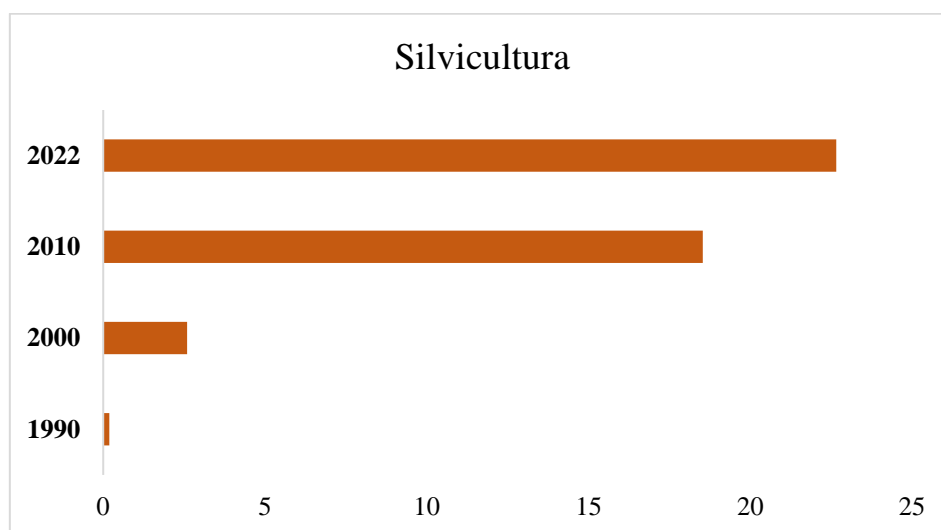


Gráfico 2 - Evolução da silvicultura na APA Esplanada-BA a partir de 1990-2022

Empresas para produção de celulose tem atuado na região do litoral norte da Bahia. A empresa Bracell Limited líder mundial em produção de celulose essa empresa é proprietária de 750 propriedades rurais que somam 150 mil hectares de terras no Brasil. No estado da Bahia é formada pela Bracell Bahia Specialty Cellulose e pela Bracell Bahia Florestal – voltada em larga escala a partir do plantio de eucalipto em trinta e cinco municípios da região do litoral norte e agreste Alagoíneas, sendo alguns deles: Acajutiba, Alagoíneas, Camaçari, Candeias, Conde, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itapicuru, Jandaíra, Mata de São João, Olindina, dentre outros (Plano de Manejo Florestal, 2023). De acordo ao Plano de Manejo dos sete municípios da Costa dos Coqueiros, a Bracell atua em seis deles, com destaque para o município de Esplanada correspondente a 129, 8 ha, seguido de Entre Rios 118, 5 e Conde 92,8 (Tabela 2).

Município	Ocupação do solo (ha)
Esplanada	129.8
Entre Rios	118.587
Conde	92.843
Camaçari	78.418
Jandaíra	64.25
Mata de São João	60.384

Tabela 2 – Áreas florestais da BRACELL corresponde aos municípios do litoral norte da Bahia. Fonte: Plano de Manejo BRACELL, 2023. Elaboração: autora da pesquisa.

Por fim, a última classe de uso e cobertura da terra são os polígonos de áreas urbanas, as quais ocupam aproximadamente na década de 1990, 0,07 km<sup>2</sup> já no último ano desse estudo corresponde a 0,53 km<sup>2</sup> do total da região estudada (Gráfico 3). As localidades de maior expressão em termos de ocupação urbana são a Vila de Baixio e o povoado de Palame. A primeira possui direcionamento para com as atividades de turismo, devidos aos diversos encantos ecológicos que estimulam a prática. Já a segunda é ocupada pela população constituída por agricultores familiares, pequenos comerciantes, dentre outras funções de baixo valor agregado (Santos, 2017).

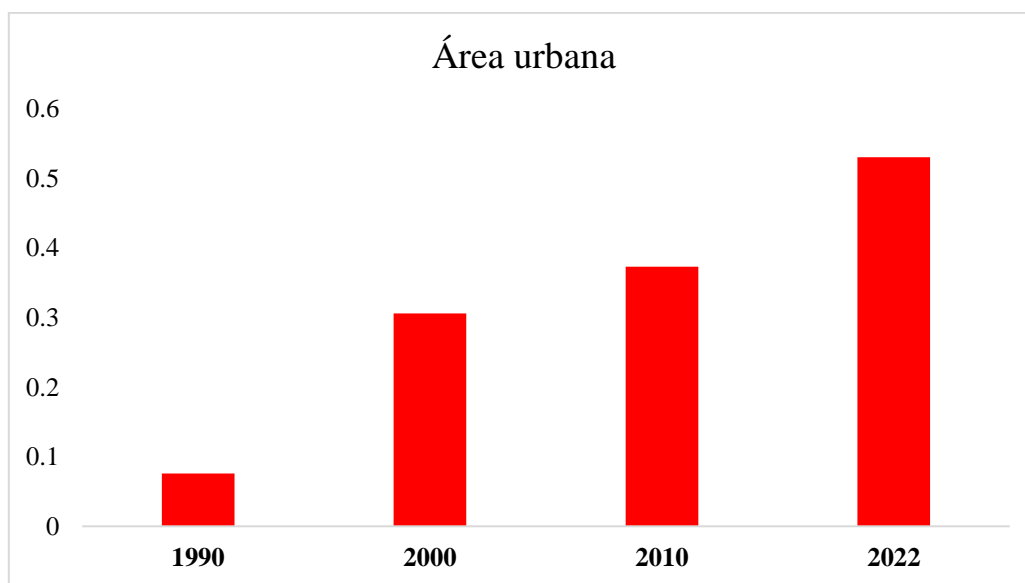


Gráfico 3 - Evolução da área urbana 1990-2022.

Sendo assim, o mapeamento de uso e cobertura da terra visou representar as principais unidades referentes ao processo de ocupação humana e as diversas tipologias de cobertura vegetal na região. Os dados apresentam avanço no uso da terra seja por meio de desmatamento, a pressão exacerbada sobre os recursos naturais acelera a substituição da mata atlântica por pastos, silviculturas e outros usos.

## **5. TURISTIFICAÇÃO E O LAZER DE SEGUNDA RESIDÊNCIAS: IMPACTOS E CONFLITOS TERRITORIAIS EM BAIXIO**

O espaço é palco das relações e transformações sociais relacionado ao transcorrer da história das sociedades que está em constante evolução/modificação sociais e da natureza. A perspectiva espacial enquanto instância da sociedade considera que este “contém e é contido pelas demais instâncias” como a economia, político-institucional e cultural-ideológico. Desta maneira a essência do espaço é social (Santos, 1992, p. 2).

Para Telles e Gândara (2009) a ideia de movimento aproxima as categorias de espaço e de tempo ao turismo, conotando a noção de turistificação. Dentro desta dupla interferência, busca-se em conceitos de cada vertente, atribuir a noção de desenvolvimento turístico sem incorrer aos contrapontos intrínsecos ao próprio conceito de desenvolvimento (Cardoso e Faletto, 1981; Furtado, 1992; Souza, 1995).

O litoral representa uma área de grande potencialidade turística e a intensificação do turismo aliada às atividades humanas pode ter consequências irreversíveis ao meio ambiente. Segundo Coriolano (2007), a incorporação dos espaços através de um desenvolvimento desordenado resultante de uma dinâmica turística predatória tem levado a transformações de vários lugares na zona costeira acarreta a desestruturação/descharacterização das atividades tradicionais, como a pesca e o artesanato.

Os impactos do turismo referem-se a gama de modificações ou a sequência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico na localidade receptora. As variáveis que provocam o impacto têm natureza, intensidade, direções e magnitudes diversas, porém os resultados interagem e são geralmente irreversíveis quando ocorrem no meio natural (Pitombeira, 2014. p.113).

Os impactos podem ser irreversíveis no ambiente pois alteram a qualidade ambiental, que resulta na modificação de processos naturais ou sociais provocados pela ação socioeconômica. Sabe-se que como toda atividade os impactos do turismo podem ser também positivos, contudo, essa prática faz com que os impactos negativos sejam cada vez mais crescentes proporcionando danos ambientais.

Segundo Dias (2003), os aspectos negativos do turismo se dão em decorrência do mau planejamento ou da falta dele no desenvolvimento da infraestrutura voltada para a atividade no manejo correto dos usos do solo comprometendo os ecossistemas frágeis. Os impactos negativos podem ser tratados por meio da intervenção dos principais agentes partindo de um bom planejamento.

A sobrecarga na natureza causada pelo turismo continua aumentando, no intuito de conter os impactos do turismo, estão sendo propostas outras formas da atividade, comumente chamado de turismo “sustentável”, “responsável”, “ecológico”, “alternativo” e “brando”.

De acordo a definição do World Travel & Tourism Council (WTTC) o turismo sustentável busca as necessidades dos turistas atuais enquanto protege e incrementa as oportunidades para o futuro, por meio de produtos que são operados em harmonia com o meio ambiente local, comunidades tradicionais e culturas, de modo que estas tornem-se as grandes beneficiárias e, não, as vítimas do desenvolvimento do turismo.

Para WWF (Fundo Mundial para a Natureza), o turismo responsável é aquele que protege seus estudos e projetos no contexto de uma busca estratégica para a sustentabilidade ampla, por manter onde é possível a valorização dos recursos naturais e culturais nos destinos (WWF – Brasil, 2001).

De acordo ao Relatório de atividades do WWF-Brasil:

A missão do WWF–Brasil é contribuir para que a sociedade brasileira conserve a natureza, harmonizando a atividade humana com a conservação da biodiversidade e com o uso racional dos recursos naturais, para o benefício dos cidadãos de hoje e das futuras gerações (WWF–Brasil 2005, p. 4).

Assim, os impactos socioambientais estão vinculados às relações humanas, a sociedade e ao meio ambiente, aparecendo como principal agente causador ou indutor de impactos negativos e/ou irreversíveis devido a utilização e ocupação desordenada dos sistemas ambientais na zona costeira.

Nesse sentido, (Pitombeira, 2014) argumenta:

Os danos ambientais provocados pelo turismo são consequências de diversos interesses, entre eles, a oportunidade de lucrar à custa de um cenário paisagístico de beleza cênica, instalando obras arquitetônicas, como os complexos turísticos, que descaracterizam e poluem visualmente a paisagem ora antropizada (Pitombeira, 2014. p 125).

De acordo a Lei Complementar nº 962 de 2021 de ordenamento do território municipal de Esplanada sobre os condomínios turísticos;

Art. 105 - Os condomínios turísticos poderão ter acesso controlado a critério do empreendedor, obedecidas às seguintes disposições: I. Os condomínios fechados não poderão impedir, sob qualquer forma, o acesso público às margens de rios onde haja reconhecida atividade extrativista tradicional e às praias, conforme definido nesta Lei; II. Os acessos necessários às áreas acima discriminadas, quando situados em propriedade particular, poderão ser promovidos mediante instrumento de controle a ser autorizado pelo poder público municipal (Lei Complementar nº 962 de 2021, p. 48).

Verifica-se no cenário atual de Baixio a privatização do espaço por empreendimentos hoteleiros, localizado as margens do rio Inhambupe, além das demarcações de terras em toda área litorânea são bastantes questionadas pelos moradores locais, donos de pequenos estabelecimentos, em que a Prima demarca seus terrenos com cercado de madeiras, concreto e arames, com câmeras de segurança o que impossibilita o direito de ir e vir dos moradores, trabalhadores locais e turistas (Figura 38).

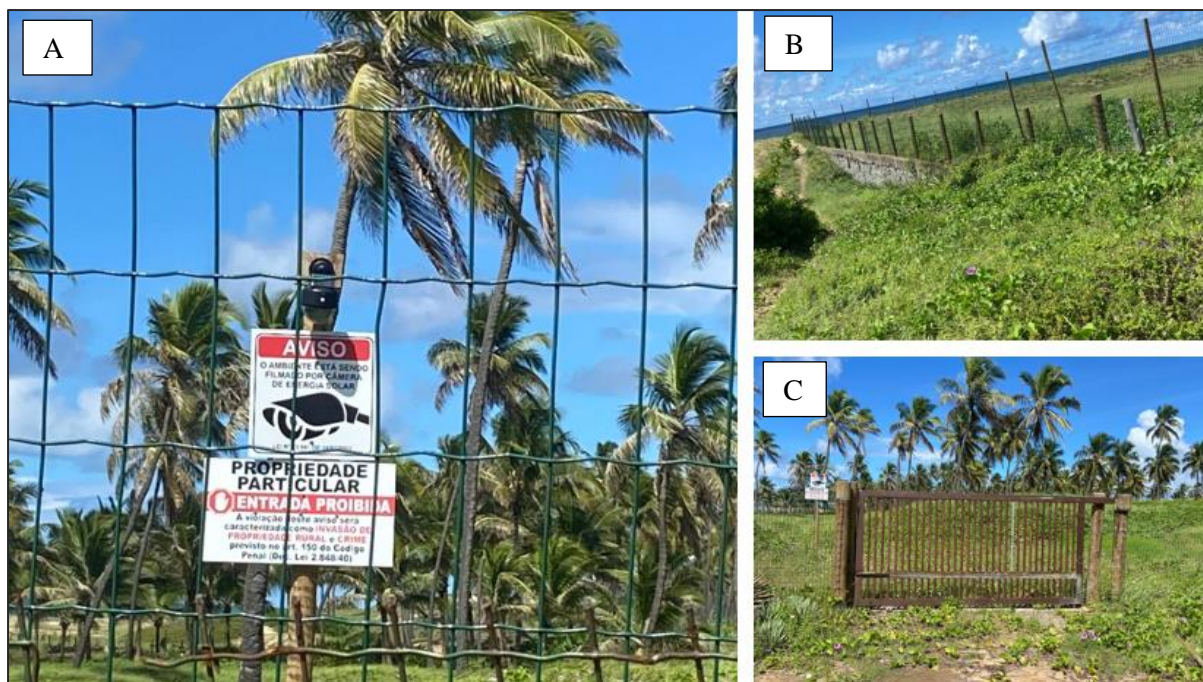


Figura 38 - Na figura A é possível observar câmeras de filmagens e placa de aviso de entrada proibida por ser área privativa. Na figura B e C observa-se portões, muro de concretos e cercados de madeira e arames impedindo o livre acesso dos transeuntes na margem da praia de Baixio. Fonte: visita de campo em 2024.

A segregação socioespacial tem se tornado frequente na zona costeira impondo um comportamento social e hegemônico em que classes sociais economicamente privilegiadas detêm o controle e o acesso a estes lugares. Para Pitombeira (2014) essas barreiras impostas por muitos hotéis, resorts, por proprietários de segundas residências impedem o contato com a comunidade local por terem modo de vida privativo e recluso, não havendo sociabilidade com os nativos, o que enfraquece os laços comunitários e o sentimento de pertencer ao lugar. Em relação ao avanço do turismo na vila, questionou-se a uma nativa em tom de desaprovação e insatisfação respondeu:

Houve avanço somente para eles, os donos da Prima, nós moradores só podemos frequentar apenas a lagoa azul, e ainda assim, é um monte de protocolo, precisa de comprovante de residência, cadastro, não podemos fazer uso nos finais de semana, nem na alta estação, os representantes da Prima estipulam o dia que podemos frequentar apenas essa lagoa, mas as lagoas de Panela e Verde não podemos desfrutá-la. Eles não fazem nada de melhoria para a nossa vila, raramente se organizam para trocar as lâmpadas da praça e dos postes da rua, quando isso ocorre é porque irá acontecer algum evento. Além disso, cercaram toda a praia e colocaram câmeras nos diversos portões de entrada de todas as lagoas, mas o meninos daqui conseguem ir escondidos passear, pescar em algumas lagoas por conhecerem os caminhos, geralmente vão a cavalo porque dar para passar pelas cercas. Mas, nós, que não sabemos o caminho não temos como ir de bugg ou carro porque não dar para passar pelas cercas e arames.

É preocupante a segregação explícita, não somente na praia que se observa territórios demarcados por muros, mas em toda a vila, essas demarcações são bastante aparentes nas lagoas, dunas da praia, o que se verifica limites entre nativos e turistas, como observado na (Figura 39 e 40).



Figura 39 - Privatização da área de praia por equipamento hoteleiro Ponta do Inhambupe.  
Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2024.



Figura 40 - Placa de sinalização do grupo da Prima empreendimentos. Fonte: Registrada pela autora em visita de campo, 2024.

O que se observa é que o complexo turístico isola grupos privilegiados. De acordo com Lickorish (2000), é necessário o reconhecimento de que a população local é parte da herança cultural e, portanto, merece proteção tanto quanto aos do destino do turismo, quanto do meio ambiente. Além disso, as relações humanas são importantes com impactos benéficos e intercâmbios de ideias, culturas e percepções, e exclusão da comunidade local com os turistas podem auxiliar na dispersão da ignorância e desentendimentos.

O avanço das segundas residências, no litoral norte da Bahia, ocorreu nos anos 2000 com a implantação do Complexo Costa do Sauípe, esse empreendimento inovou ao articular o capital turístico, imobiliário, o capital financeiro (fundos de pensão) e o governo do Estado. O turismo residencial (combinação da atividade hoteleira, campo de golfe e condomínios residenciais) é uma tendência mundial consolidada nos países ricos, integrando o setor turístico, hoteleiro e imobiliário e se caracterizando pela apropriação e o uso de grandes extensões de terras por grupos estrangeiros focados no mercado global e nos respectivos países de origem.

O estudo de segundas residências em todo o mundo ganhou interesse substancial na década de 1990 (Hall e Muller, 2004; Muller, Keen e Hall, 2004; Muller, 2013; Roca, 2013). Hall e Muller (2004) relatam que este interesse é atribuído a fatores como: a) o crescimento da migração inter-regional e internacional por causa de aposentadorias; b) maior reconhecimento pelo setor público das implicações econômica, ambiental e social do turismo; e c) o uso deliberado de segundas residências como uma ferramenta para o crescimento econômico.

De acordo com os moradores da comunidade local, Baixio passou a ser a segunda residência de alguns empresários e de pessoas que possuem alto poder aquisitivo, em que em sua maioria muito deles sequer moram na sede de Esplanada. Esse estilo de vida faz parte da sociedade capitalista, com a delimitação do tempo livre e do tempo de trabalho. Assim, uma moradora relata:

Embora, Baixio seja uma segunda residência para os grandes empresários, a comunidade local não se vê beneficiada, uma vez que não é possível o contato com muitos deles, já que os grandes empreendimentos criam ambientes de modo que esse distanciamento se evidencie cada vez mais, os moradores relatam que não os vê nas feiras, nas praças, nos restaurantes do vilarejo, nos espaços públicos. Os resorts tem um aparato de bairro alto sustentável, onde é possível ter privilégios que só o dinheiro compra. Neste segmento quem ganha são os donos dos grandes proprietários dos empreendimentos e não a comunidade local.

Segundas residências também podem ser entendidas como uma fuga do cotidiano estressante e um retorno à natureza (Williams e Kaltenborn, 1999; Nefedona e Pallot, 2013), levando os proprietários a modificarem suas residências, incorporando características da natureza ou pelo menos a visão que eles têm da natureza. Mas, raramente esses novos moradores querem o contato com a comunidade local ou trazem algum benefício para a região.

Proprietários de segundas residências procuram um estilo de vida idealizado ligado ao simples e rústico, em que a ideia de ruralidade torna-se extremamente importante (Hall e Page, 2002). Há alguns fatores que contribuem para esse fenômeno, como por exemplo a facilidade de deslocamento é sempre vista como um fator importante de penetração e ocupação de novas áreas para segundas residências.

Nessa lógica, o Setor Imobiliário fornece um fator adicional, com agentes desempenhando um papel importante, pelo menos em termos de segundas residências destinadas a compradores internacionais (Hall e Muller, 2004; Mazón, Laguna e Hurtado, 2013). Em alguns lugares, os proprietários de segundas residências são direcionados para locais específicos em atividades promovidas por agentes imobiliários.

Atualmente, a paisagem é consumida por turistas e proprietários de segundas residências com um estilo de vida de alta mobilidade, todos caracterizados por um ideal imaginado sobre a paisagem e a natureza. Esta situação muitas vezes cria conflitos em ambientes rurais entre populações tradicionais e os recém-chegados com respeito ao uso dos recursos naturais (Muller, Hall e Keen, 2004). Em algumas circunstâncias, os proprietários de segundas residências podem ser vistos como invasores por residentes locais tradicionais, fato que, com o passar dos anos, podem gerar desentendimentos (Hall e Muller, 2004). Esta percepção pode conduzir à destruição das relações entre os dois grupos, mudanças ambientais e mudanças na cultura local.

Ambientalistas e representantes acadêmicos estão trabalhando com líderes locais para reduzir as pressões do fenômeno das segundas residenciais, com o objetivo de manter ambientes com menores impactos socioambientais e interferência na vida das comunidades locais (Raimundo, 2015). Diante da complexidade da comunidade local versus as classes mais abastadas é evidente a necessidade de planejamento das segundas residências como políticas públicas para favorecer a comunidade, pois muita das vezes o planejamento técnico ignora todos os interesses envolvidos, favorecendo as classes mais ricas o que pode levar à gentrificação.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nos últimos dois anos, nossa pesquisa tratou dos impactos socioambientais da área litorânea de Baixo, o que permitiu uma maior compreensão da realidade do uso e ocupação do solo. Essa experiência revelou uma geografia rica, com histórias e narrativas sobre o estilo de vida, tradições e práticas culturais únicas, com diversos conflitos e maneiras de se interpretar e de se relacionar com o meio natural, além de sucessivos ciclos socioeconômicos e políticos, todos esses responsáveis por moldar a dinâmica territorial da região estudada.

Deste modo, esta dissertação teve por intenção contribuir, ao longo do seu desenvolvimento com a preocupação acerca dos impactos socioambientais da área litorânea de Baixo, no município de Esplanada-BA. A região possui um dos importantes cenários paisagísticos litorâneos do Estado da Bahia e tem sido alvo da degradação da atividade turística, deixando marcas na comunidade e no meio ambiente.

A partir do início do século XX, territórios nos quais, tradicionalmente, predominavam características dos ecossistemas costeiros e povos tradicionais passaram a ser gradativamente influenciados por novos elementos, como os grandes empreendimentos. Destacamos, nesse

contexto à construção da BA-099, a partir desse evento as modificações são alavancadas com maior rapidez e potência: até então, a relação entre o homem e a natureza era relativamente harmoniosa, mas surgiu um desequilíbrio, fenômeno que se revelou decisivo para a intensificação do fluxo de mercadorias, informações, pessoas e interesses ao longo da zona costeira de Baixio. Essa região experimentou, desde então, um grande impulso no movimento de visitantes, e emergiram aí, novas e contraditórias demandas em relação ao uso e ocupação do solo e alterações nos ritmos, temporalidades e modos de vida então predominantes na região.

O turismo na área litorânea de Baixio tem-se voltado para os grandes empreendimentos turísticos estimulando a especulação imobiliária e a marginalização da comunidade levando à descaracterização cultural e ambiental, além de outros impactos indesejáveis associados ao turismo, como: segregação socioespacial, exclusão social e supervalorização da zona litorânea, levando a descaracterização da comunidade por ela sentir-se excluída nesse processo.

No contexto dessas transformações, nossa atenção esteve voltada, especialmente, para a compreensão das origens, natureza e repercussões dos processos de ordenamento territorial associados a Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (APA/LN), uma vez que 99% da área de Baixio pertence a Prima Empreendimentos. Em síntese, faz-se necessário a fiscalização do poder público acerca dos Limites do Direito de Propriedade nas áreas de Proteção Ambiental - APA's. Pois, esses dados chamam a atenção para o conjunto de forças econômicas e políticas que se uniram para a venda praticamente total do território de Baixio. Além disso, indispensável um viés de ordenamento mais democrático e alinhado as medidas mitigadoras para preservação e/ou conservação do meio ambiente e das populações tradicional locais.

Ademais, a problemática deste estudo indagou sobre os impactos socioambientais do turismo existentes. Diante dessa complexidade foi possível observar, identificar, quantificar e qualificar as significativas modificações ocorridas que comprometem os diversos ecossistemas da área, além das mudanças sociais a partir do uso e ocupação destes espaços pela ação antrópica. É relevante destacar nessa perspectiva, que a representatividade e a importância ambiental, política e econômica, que as APA's assumem em determinado contexto regional, exige a adoção de uma postura de gestão mais transversal e estratégica, voltada à construção de parcerias e à atuação conjunta e coordenada entre as diferentes instâncias de governança dedicadas à proteção da natureza e das comunidades ali existentes.

De maneira geral, os territórios hoje sob domínio de APA/LN são, em sua grande maioria, oriundos das sucessivas divisões de grandes fazendas que, no século XIX, foram responsáveis pelo abastecimento do plantio coco. Essas fazendas desempenhavam o papel de

verdadeiras centralidades regionais, concentrando todas as atividades econômicas, políticas e culturais naquela época, apesar disso, as áreas ainda eram preservadas.

Mesmo diante de várias limitações e de exploração do uso da terra nas três décadas analisadas, com classes destaque para silvicultura e mancha urbana a consolidação de uma visão integrada de planejamento para a essa região, que fosse capaz de articular políticas e setores estratégicos simultaneamente incidentes, entre eles, turismo, meio ambiente, infraestrutura e planejamento urbano, cultura, agricultura e educação, apresentariam muitos os efeitos positivos tanto para os empresários quanto para a comunidade local.

É preciso destacar, que essa região tem se consagrado como um vetor econômico a nível nacional e internacional do turismo – sobretudo de investidores espanhóis na região, como por exemplo o Grupo Prima Empreendimentos em que no ano de 2016 começou a construção do megaempreendimento residencial e comercial e está previsto mais dois megaempreendimentos que já se encontram em fase de licenciamento. Assim, observa-se a APA de Esplanada possui um avanço do uso da terra nas três décadas analisadas, com classes destaque para silvicultura e mancha urbana.

Não podemos deixar de comentar, que o turismo sustentável favorece a redução dos impactos negativos do ambiente. Notou-se que a elaboração do planejamento turístico, a gestão pública tem um papel importantíssimo, porém é preciso vontade política para tornar o turismo uma atividade socialmente justa, ambientalmente equilibrada e economicamente viável. Somente com a elaboração de um planejamento adequado ao desenvolvimento turístico, fincado nos conceitos da sustentabilidade, pode-se evitar ou minimizar os impactos indesejáveis ao meio, sem deixar de atender às necessidades culturais da comunidade.

Durante a investigação foi possível reconhecer os desdobramentos dos impactos negativos decorrentes do avanço do turismo na região, uma vez que as áreas são extremamente sensíveis à ação antropogênica e que as ocupações de empresas espanholas para implantação de megaempreendimentos residenciais e comerciais e a especulação imobiliária tem gerado a descaracterização da identidade das culturas tradicionais, além de degradação do ambiente.

A busca por alternativas nesse caso envolve, por exemplo, o intercâmbio de experiências com realidades e situações nas quais já se conseguiu avançar nessa direção através desse estudo, pois os resultados apontam para a construção de uma nova cultura institucional, em que o poder público, empresários e comunidade local se comuniquem a fim de tomar medidas mitigadoras para conservação e/ou preservação da região. Isso não significa, contudo, a simples tarefa de se replicar “receitas de participação” com o objetivo de se cumprir o papel de prestação de contas à sociedade. Na verdade, a partir da inspiração em experiências bem-

sucedidas, cada contexto político-territorial está associado a especificidades nas estratégias para promover o envolvimento dos diversos setores da sociedade no processo de elaboração, acompanhamento e avaliação de planos e programas de ordenamento territorial, cujo objetivo final consiste na consolidação de processos legítimos de concertação social.

Em nossa perspectiva, é urgente desenvolver estudos, tecnologias para evitar mais danos ambientais e recuperar e conservar o ambiente costeiro; desenvolvendo alternativas de trabalhos e renda para assegurar a melhoria da qualidade de vida da população envolvida nos projetos; educação ambiental comunitária, promover campanhas ambientalistas de conscientização.

## REFERÊNCIAS

- ADGER, W. N. Vulnerability. **Global Environmental Change**, v. 16, p. 268-281, 2006.
- ALMEIDA JUNIOR, M. V. C. Mapeamento geoambiental entre a foz do rio Pojuca e a praia de Imbassaí, Mata de São João, Bahia. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v.7, n. 4, p. 38676-38694, 2021.
- ARAÚJO, M. M. S. Litoral Norte: breve histórico e caracterização da região. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia. Salvador: SEI, 2009a. p. 97-118 (Série estudos e pesquisas, 82).
- ARTESOL - ARTESANATO SOLIDÁRIO (São Paulo). **Trançado das Marias: Cachoeira do Edgar**. Cachoeira do Edgar. Disponível em: <https://www.artesol.org.br/trancadodasmarias>. Acesso em: 03 ago. 2023.
- ALMEIDA, F.G.; GUERRA, A.J.T. Erosão dos Solos e Impactos Ambientais na Cidade de Sorriso (Mato Grosso). In: GUERRA, Antônio José Teixeira; DA CUNHA, Sandra Baptista. **Impactos Ambientais Urbanos no Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 253-274. 2010.
- BAHIA. Secretaria do Turismo. *Estratégia Turística da Bahia: o terceiro salto 2007/2016*. Salvador: Secretaria do Turismo. 2011.
- BECKER B. K. Síntese das contribuições da oficina da Política Nacional de Ordenamento Territorial. In: *Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial*. Anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial. Brasília, 13-14 de novembro de 2003. Ministério da Integração Nacional / Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, 2005.
- BUSH, D. M.; NEAL, W. J.; YOUNG, R. S. & PILKEY, O. H. Utilization of geoindicators for rapid assessment of coastal-hazard risk and mitigation. **Ocean & Coastal Management**, v. 42, p. 647-670, 1999.
- COBURN, A. S. Reducing Vulnerability in Five North Carolina Coastal Communities. **A Model Approach for Identifying, Mapping and Mitigating Coastal Hazards**. 2001. <http://www.env.duke.edu/psds/>.
- CORIOLOANO, L. N. M. T; SILVA, S. C. B de M. **Turismo e Geografia Abordagens Críticas. Fortaleza**. Editora: UECE. Ano 2005.
- \_\_\_\_\_, L. N. M. T. **O Turismo nos Discursos nas Política e no Combate à Pobreza**. Edoitorial Annamblume. São Paulo, Brasil, 2006.
- \_\_\_\_\_, L. N. M. T. & VASCONCELOS, F. P. (orgs.). **O Turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências**. Fortaleza: EdUECE, 2007.
- COSTA, W. M. da. Ordenamento Territorial e Amazônia: vinte anos de experiências e zoneamento ecológico e econômico. *Revista do Núcleo de Meio Ambiente da UFPA*. p. 1-28. 2005.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à Geografia do Turismo. São Paulo.** Roca, 2001.

CRUZ, R. C. A. . Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. **Geosul**. v. 20, n. 40, p 27-43, jul./dez. Florianópolis 2005.

EGG, G.C. **Geração de Modelos Digitais de Superfícies Compostos Utilizando Imagens do Sensor PRISM/ALOS**, 2012 159 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2012.

FERRAZ, J. A. Regime jurídico do turismo. Campinas: Papirus, 1992.

FRANÇA, E. B. Ordenamento Territorial e Gestão em Unidades de Conservação de ambientes costeiros. **Revista Geonordeste**. São Cristóvão, Ano XXX, n. 1, p. 200-219, Jan./Jun. 2019.

FREITAS, M. A. P. de. Zona costeira brasileira: delimitação, questões jurídicas, unidades de conservação e natureza de patrimônio nacional. **Revista de Doutrina da 4ª Região**, Porto Alegre, n.66, jun 2015. Disponível em: [https://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao066/Mariana\\_deFreitas.html](https://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao066/Mariana_deFreitas.html) Acesso em: 30 mai. 2024.

GALLOPIN, Gallopín C. Linkages between vulnerability, resilience, and adaptive capacity. **Global Environmental Change**, v. 16, p. 293-303, 2006

GAUDENZI, P. Evolução da economia do turismo na Bahia. In: Conselho Regional de Economia da Bahia. Reflexões de Economistas Baianos. Salvador: CORECON, p. 78-110. 2001.

GOMES SOBRINHO, L. **Luzes e sombras no Litoral Norte da Bahia: os efeitos territoriais, socioambientais e econômicos da implantação das redes hoteleiras espanholas e portuguesas**. 2011. 344 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

GOMES SOBRINHO, L. **Novos processos de desenvolvimento territorial e urbano no Litoral Norte da Bahia**. S/ano.

GOOGLE. Google Earth website. <http://earth.google.com/>, 2023.

HALL, C. M. & MULLER D. K. Introduction: second houses, curse or blessing? Revisited. In: HALL, C. M. & MULLER, D. K. (ed.) *Tourism, Mobility, and Second Homes: Between Elite Landscape and Common Ground*. Chanel View Publ., 2004, p. 3-14, 2004. HALL, C.M. & PAGE S. J. **Managing Urban Tourism**. Pearson Education: Harlow. 2002.

HALL, C.M. & PAGE S. J. **Managing Urban Tourism**. Pearson Education: Harlow. 2002.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

JESUS, R. C. de. **Análise espaço-temporal da cobertura e uso da terra do extremo sul da APA Litoral Norte do Estado da Bahia**. Monografia apresentada no Instituto de Geociências UFBA. 105 p. Salvador, 2017.

KALTHERBORN, B.P. The alternative homes: motives of recreation home use. **Norsk Geografisk Tidsskr**, p.121-134, 1998.

LEFEBVRE, H. **A cidade do Capital**. Tradução: Maria. H. R. Ramos, Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LICKORISH, Leonard J. Introdução o turismo. Tradução de Fabíola de Carvalho S. Vasconcellos. Rio de Janeiro: Campus, 2000

LUND-DURLACHER, D., HERGESELL, A. & MENTIL, K. Alpine pearls: a network promoting environmentally friendly holidays. In: BENCKENDORFF, P. & LUND-DURLACHER, D. (ed.) **International cases in sustainable travel & tourism**, Oxford: Goodfellow publishers limited, p. 9-24, 2013.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo retorna: formas elementares da pós-modernidade**. 1. ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2012.

MAPBIOMAS. O Projeto. [s. l.], 2019. Disponível em: <https://mapbiomas.org/o-projeto>. Acesso em: 01 julho. 2022.

MATTEDI, M. R. M. Espaço e sociedade na Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador, 5, p. 104–113. 2002.

MÁZON, T., LAGUNA, E. D. & HURTADO, J. A. Mortgaged tourists: the case of the south coast of Alicante (Spain). In: ROCA, Z.(ed.) **Second Home tourism in Europe: lifestyle issues and policy responses**. Surrey: Ashgate Publishing Limited. p. 33-52, 2013.

MELLO E SILVA, Sylvio Bandeira de. **Geografia, Turismo e crescimento: o exemplo do Estado da Bahia**. Turismo e Geografia reflexão teórica e enfoques regionais. Editora Hucited. São Paulo 1996.

METZGER, M.J.; et al. The vulnerability of ecosystem services to land use change. *Agriculture, Ecosystems & Environment*, v. 114, p. 69-85, 2006.

MILANEZI, Carlos Henrique da Silva. **Caracterização da Vulnerabilidade Ambiental na Microbacia do Córrego Azul, Ivinhema-MS** [trabalho de conclusão de curso]. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, Curso de Gestão Ambiental, Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais, 2014.

MILANEZI, C.H.S; PEREIRA, J.G. **Caracterização da Vulnerabilidade Ambiental na Microbacia Do Córrego Azul, Ivinhema – MS**. *Geografia (Londrina)* v. 25. n. 1. p.43-63, jan/jun, 2016.

MORAES, A. C. R. Contribuições da gestão da Zona Costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo. Hucited; Edusp. 1999.

MORAES, A. C. R. Ordenamento territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico. In: *Para pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial*. Brasília, Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR), p. 43-47. 2005.

MULLER, D. K. **Second Homes and outdoors recreation: a Swedish perspective on second home use and complementary spaces**. In: Roca, Z. (ed.) *Second Home tourism in Europe: lifestyle issues and policy responses*. Surrey: Ashgate Publishing Limited. 2013, pp 121-140.

\_\_\_\_\_. Second homes in Sweden: patterns and issues. In: HALL, C. M. & MULLER, D. K. (ed.) *Tourism, Mobility, and Second Homes: Between Elite Landscape and Common Ground*. Chanel View Publ., p. 244-259, 2004.

\_\_\_\_\_, D. K., HALL, C. M. & KEEN, D. Second home tourism impact, planning and management. In: HALL, C. M. & MULLER, D. K. (ed.) **Tourism, Mobility, and Second Homes: Between Elite Landscape and Common Ground**. Chanel View Publ., p. 15-30, 2004.

MURICY, I. T. **Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia**. APA Litoral Norte: Introdução e Caminhos da Pesquisa. p. 9-28. Salvador: SEI, 2009.

MUTIM, A. Educação Ambiental e Gestão de Sociedades Sustentáveis: análise da articulação de processos educativos formais e não formais como estratégia para a gestão do desenvolvimento local sustentável. **Revista da FAEBA**, Salvador, v. 16, n. 28, p. 113-119, jul./dez., 2007.

NEFEDONA, T. & PALLOT, J. The multiplicity of second home development in the Russian Federation: a case of seasonal suburbanization. In: ROCA, Z. (ed.) **Second Home tourism in Europe: lifestyle issues and policy responses**. Surrey: Ashgate Publishing Limited. p. 91-120, 2013.

NETTO, A. U. **Modificações da Zona Costeira do Extremo Sul da Bahia nos últimos 150 anos, e sua relação com a sedimentação do Banco de Abrolhos**. Tese apresentada pelo Curso de Pós-Graduação em Geologia, pela Universidade Federal da Bahia. 201 f. Salvador 2008.

NOVO, E. M. L. de M. **Sensoriamento Remoto: Princípios e Aplicações**. Editora Edgar Blucher Ltda. São José dos Campos, 1989.

NUNES, J. M. de C. ; MATOS, M. R. B. de. **Litoral norte da Bahia: caracterização ambiental, biodiversidade e conservação**. Organizadores; prefácio, Eduardo Mendes. - Salvador: EDUFBA, 2017. p. 455.

OLIVEIRA, F. M. de. **Espaço, lugar, identidade e urbanização: conceitos geográficos na abordagem do turismo**. Dissertação apresentada no Instituto de Geociências pela Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2006.

OLIVEIRA JUNIOR, I. de. **Da mata branca ao estado de degradação: a desertificação em Canudos-BA** / Programa de Pós-graduação Em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, Salvador. Ano 2019. 368 f.

PDDU. Plano Diretor do Município de Esplanada. Ano 2008.

PEREIRA, C. A. S. Políticas públicas no setor de turismo. **Turismo em análise**, v. 10, n. 2. ECA-USP, nov. 1999.

SANTOS, O. de A. **O território e a pedra de rumo: uma aexperiência de delimitação territorial da comunidade quilombola de Paus Altos no município de Antônio Cardoso BA**. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial - Planter. Universidade Estadual de Feira de Santana. 152 f. 2017.

SILVA, M. S. da; SANTOS, V. de J. Fitossociologia do estrato herbáceo das dunas do litoral norte da Bahia. **Revista de Geografia** (Recife) v. 40, No . 3, 2023.

SOUZA. A. C; NOIA. A. C; PINHEIRO. L. I. F. Evolução das Políticas Públicas de Turismo no Estado da Bahia. **Anais do Seminário da ANPTUR – 2016**.

PITOMBEIRA, A. R. **Turismo na zona costeira de Aquiraz-CE: um olhar sobre os impactos socioambientais na prainha**. 165 f. Fortaleza, 2014.

POLETTE, M; BARROS, Flavia. L. de. **Os desafios urbanos na zona costeira brasileira frente às mudanças climáticas**. Costas, Cádiz, v. 1, p. 165-180, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPLANADA. Lei Complementar. nº 962 de 2021.

RAIMUNDO, S. Conflitos entre Residências Secundárias, Áreas protegidas e Comunidades tradicionais na costa sudeste do Brasil. **Ambiente e Sociedade**. P. 291-310. São Paulo. 2015.

RODRIGUES, A. B. Percalços do planejamento Turístico: o Prodetur-NE. Turismo e Geografia. Reflexões teóricas e enfoques regionais. Editora Hucitec. 1996.

RODRIGUES, A. B. Turismo e Geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo, Hucitec, 1999.

RODRIGUES, L. C. Turismo em espaços urbanos: processos de turistificação no Nordeste brasileiro e no Caribe Mexicano. **Revista Iberoamericana de Turismo - RITUR**. Pág 81-104. Ano 2015.

ROSS, J. L. S. Análises e Sínteses na Abordagem Geográfica da Pesquisa para o Planejamento Ambiental. **Revista do Departamento de Geografia** da USP. São Paulo. n.9, p.65-75, 1995.

ROSA, R. **Introdução ao Sensoriamento Remoto**. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 3ª ed., 1995.

RUA, M. G. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos**. In: RUA e CARVALHO (Orgs.). O estudo da política: tópicos selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

RÜCKERT, A. A. O processo de reforma do Estado e a Política Nacional de Ordenamento Territorial. In: *Para pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial*. Brasília, Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR), 2005, pp. 31-39.

SAMPAIO, Sarah Andrade. **Cartografia Geomorfológica enquanto subsídio ao Planejamento Ambiental: estudo da cidade de Ipiauí-BA.** 2021. 199f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais – PROET. Departamento de Ciências Exatas e da Terra I. Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Salvador, 2021.

SANTOS, F. B. N. **Padrões de distribuições espaciais e temporais de temperatura de superfície no bioma Cerrado: Uma análise integrada a partir de dados orbitais de resolução moderada.** Dissertação, 94f, (UFG/ Pró - Reitoria de Pós-Graduação/Programa de Doutorado em Ciências Ambientais/Doutorado, 2010).

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil – território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: **Revista Geografia.** Ano 1, nº 1. Universidade Federal Fluminense: Rio de Janeiro, 1999.

SANTOS, T. M. S dos. **Turismo e Urbanização em espaços litorâneos: um olhar sobre Praia do Forte- Bahia.** Feira de Santana: UEFS. Editora, 2013.

SANTOS, J.O. **Relações entre Fragilidade ambiental e Vulnerabilidade Social na susceptibilidade aos riscos.** Mercator, Fortaleza, v. 14, n. 2, p. 75-90, mai./ago. 2015.

SARAVIA, E; FERRAREZI, E. **Políticas públicas.** Coletânea, v. 1. Brasília: ENAP, 2006.

SCHOTER, Dagmar. et al. **Vulnerability assessment - analysing the human-environment system in the face of global environmental change.** The ESS Bulletin, v. 2, p. 11-17,2004.

SILVA, C. H. C. da. O Turismo e a Produção do Espaço: Perfil Geográfico de uma Prática Socioespacial. **Revista Geografia Ensino & Pesquisa**, vol. 16, n. 2, p. 47 – 63. maio/ago. 2012.

SILVA, M. N; COPQUE, A. C. S. M.; GIUDICE, D. S. **Consequências das transformações ambientais no processo de expansão das cidades: o exemplo de Salvador/BA.** Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil. Ano 2009.

SILVA, C. B. da. **Desenvolvimento e Turismo em unidades de conservação potiguares.** Programa de Pós-Graduação em Turismo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas. 255f. Rio Grande do Norte 2021.

SOUZA, S. O. **Proposta de zoneamento geoambiental como subsídio ao planejamento do uso e da ocupação na Região Costa das Baleias (Bahia).** Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. 226 f. Campinas 2017.

TELLES, Daniel Hauer Queiroz; GANDARA, José Manoel Gonçalves. Desenvolvimento do turismo e questões socioambientais na Vila de Encantadas, Ilha do Mel-PR: uma análise a partir da perspectiva da sociedade local. **Revista Turismo Visão e Ação** – p. 23 – 40, jan/abr. 2009.

TRICART, J. **Ecodinâmica.** Rio de Janeiro: IBGE, p. 97, 1977.

TUAN, Yi Fu. *Topofolia: um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Londrina: Eduel, 2012.

TULIK, O. **Turismo e meios de hospedagem: casas de temporada**. São Paulo: Roca, 113 p., 2001.

VIEIRA, I. E. N. S. **Manifestações culturais de saubara-ba: contribuições para preservação do ecossistema manguezal**. 2018. 136f. Dissertação (Mestrado - Programa Multidisciplinar de pós-graduação em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades Artes e Ciências Professor Milton Santos. Salvador, 2018.

VILLA, F.; McLEOD, H. **Environmental Vulnerability Indicators for Environmental Planning and Decision-Making: Guidelines and Applications**. 49 *Environmental management*, v. 29, p. 335-348, 2002.

VITTE, Antônio Carlos. O litoral brasileiro: a valorização do espaço e os riscos socioambientais. **Territorium**. Ano 2003.

VOIROL, O. **Teoria crítica e pesquisa social: da dialética a reconstrução**. Dossiê teoria crítica. P 81-99, Ano 2012.

VULNERÁVEL. In: SÉGUIER, J. **Dicionário prático ilustrado**. Porto: Chardron, 1935. p. 1779.

WILCHES-CHAUX, GUSTAVO, "El Programa de Reconstrucción Desarrollado en Popayán por una Institución de Formación Profesional", **Conferência Internacional sobre Implementación de Programas de Mitigación de Desastres**, Kingston, 1984.

WILLIAMS, D.R. & KALTENBORN, B.P. *Leisures places and modernity: the use and meaning of recreational cottages in Norway and USA*. In: CROUNCH, D. (ed.) **Leisure Tourism Geographies: practices and geographical knowledge**. Routledge, London, p. 214-230, 1999.